

Outro indicador importante é o relativo à taxa de crescimento da produtividade do trabalho. Segundo o economista soviético Notkin esta taxa foi de 7,6 % no quinquénio 1951-55, de 6,3 % no quinquénio 1956-60, e de 4,8 % no de 1961-65⁽¹¹⁷⁾. Veremos adiante alguns exemplos significativos relativamente a este ponto, mas queríamos desde já notar que, para além dos problemas de produtividade directamente relacionados com a questão dos incentivos, certos aspectos muito inquietantes revelavam sérias deficiências de organização e programação⁽¹¹⁸⁾. Referimo-nos ao que Nove considera «uma das principais fontes de ineficiência de toda a economia»⁽¹¹⁹⁾ e que ilustra com uma citação do soviético Krasovsky, de 1975, a propósito dos novos empreendimentos, que dispensa comentários: «[Recentemente] o período de construção era duplo da norma planificada, o período de arranque 1,5 vezes mais longo. Por sua vez as nossas normas para períodos de construção são duplas dos efectivos períodos de construção no estrangeiro (...). O processo de investimento entre nós arrasta-se por 8-12 anos, o que causa pesadas perdas na eficiência económica das novas empresas, contribui para uma imprevisível obsolescência do equipamento, dá origem à desactualização dos projectos do empreendimento, deteriora fortemente os indicadores técnico-económicos planificados para novas capacidades de produção, impede a rápida recuperação dos investimentos em capital (...)»⁽¹²⁰⁾. Este problema, que está intimamente ligado às deficiências do sistema de abastecimento técnico-material, vem muito de trás mas persiste hoje, como se pode concluir desta citação, o que não é de estranhar na medida em que esse sistema também subsistiu às reformas. Admite-se mesmo que se tenha agravado⁽¹²¹⁾.

O mau funcionamento do sistema de abastecimento técnico-material, as suas inconsistências com os planos de produção, as constantes alterações de directivas ao longo do ano, foram outros elementos sujeitos a severas críticas. Com efeito, as empresas, a quem era imposto o estrito

(117) Cit. em LEWIN [1973], p. 12.

(118) No seu relatório de 1965 ao Comité Central do Partido (que esteve na origem da reforma soviética), assinalava o próprio Kossygin: «Em muitos casos as empresas não têm os meios necessários à sua disposição para substituir com suficiente rapidez os equipamentos obsoletos. Donde um decréscimo nas taxas de aumento da produtividade, na qualidade dos produtos, e um aumento nos custos de produção» (KOSSYGIN [1965], p. 325).

(119) NOVE [1977], p. 157.

(120) Id., id.

(121) Sobre este ponto v. LEWIN [1973], p. 153.

cumprimento dos indicadores quantitativos do Plano, viam a sua acção muito dificultada por carência de materiais e irregularidade no seu abastecimento. Isto conduzia a dois fenómenos frequentemente citados na imprensa: o funcionamento das empresas «aos safanões», com períodos de quase paralisia e períodos de super-actividade, e o desenvolvimento de métodos expeditivos de obtenção de materiais, à margem do sistema oficial. Quanto ao primeiro ponto, «em lugar de um desenvolvimento económico constante e regular, os novos economistas [no original: *the new look*] descobriam a existência de amplas flutuações, altos e baixos, arranques e paragens, que “sacudiam” o organismo económico — com as fábricas incapazes de estabelecer por si próprias um ritmo regular de trabalho, descansando pavorosamente por algum tempo, após o que embalam freneticamente para a meta do cumprimento do Plano»⁽¹²²⁾. «Nemchinov [académico soviético — JMP] diz que 60 % da produção nas fábricas soviéticas é realizada durante o “vendaval” da última década de cada mês»⁽¹²³⁾. Também Dobb fala da «característica *shturmovshchina*, ou “storming”, nas fases finais de cada período de planificação»⁽¹²⁴⁾. O segundo ponto é apenas um dos aspectos do conhecido fenómeno dos «mercados paralelos». Num artigo justamente dedicado ao exame dos vários tipos de relações entre agentes económicos (empresas estatais, empresas colectivas e agregados familiares) na URSS, refere-se este caso específico da seguinte maneira: «Devido à falta de segurança nos abastecimentos e à pressão para cumprir os objectivos do Plano, as empresas soviéticas empregam *expediters* [agentes «expeditivos»⁽¹²⁵⁾ — JMP] que “percorrem” a economia em busca de fornecimentos necessários e que utilizam uma variedade de meios monetários e não monetários (incluindo a troca de mercadorias) para os adquirir. Este aspecto das relações inter-empresas está bem pormenorizado na literatura geral sobre a economia soviética; tem sido muitas vezes descrito como o lubrificante das relações horizontais [na economia] que permite que a “command economy” sovié-

(122) Sobre este ponto v. LEWIN (1973), p. 143.

(123) Id., id. — nota 20.

(124) DOBB (1966), p. 376.

(125) Na linguagem técnica ocidental relativa à condução de projectos, o *expediting* (em português deficientemente traduzido por «relançamento») é a actividade de acompanhamento da execução das encomendas, a pressão exercida para que elas sejam cumpridas nos prazos e condições técnicas previstos. A utilização aqui do termo *expediter* constitui uma extrapolação deste sentido, tratando-se obviamente de indivíduos que não só exercem aquela função mas a suplementam com a procura de fornecimentos não-planificados, fora portanto do sistema oficial de abastecimento.

tica funcione»⁽¹²⁶⁾. Lewin, pelo seu lado, diz o seguinte: «Como contrapartida das deficiências do sistema de abastecimento técnico-material e das falhas do sistema de preços, as fábricas, fortemente pressionadas para cumprir os objectivos planificados, mas mal abastecidas de recursos necessários, desenvolveram meios próprios para atingir as "quotas". Surgiu uma importante rede de intermediários, "desbravadores" (*tolkach*) e "fornecedores" (*snabzhentsy*) que ajudavam o preocupado director de uma fábrica, *kolkhoz* ou *sovkhoz* a obter os fornecimentos necessários que, embora oficialmente lhe tivessem sido afectados, nunca lhe chegariam pelos canais oficiais (...). Assim, desenvolveu-se uma espécie de mercado mesmo para bens de capital, tolerado pelo Governo. Era impossível eliminá-lo, e ajudava a economia a funcionar melhor»⁽¹²⁷⁾.

Outra questão, de algum modo inversa da anterior, é a da conhecida acumulação de stocks de produtos que não encontram comprador (os *invendidos*). No seu relatório de 1965, Kossygin refere-se a este problema da seguinte forma: «Não raro as nossas empresas estão produzindo bens de baixa qualidade que o consumidor não quer e que, portanto, ficam por vender. (...) [No entanto], segundo o sistema actual de avaliação de actividades das empresas na base do volume de produção global, considera-se que tais empresas cumpriram o Plano»⁽¹²⁸⁾. Outro autor indica que «na Polónia, os stocks aumentaram em 1970 duas vezes mais rapidamente que as vendas a retalho»⁽¹²⁹⁾. Na realidade, o problema dos «invendidos» não resultava unicamente da baixa qualidade dos produtos. Poderemos citar duas outras razões. Por um lado, deficiências administrativas: «Na falta de instruções de cima, as empresas não tomavam a iniciativa de suspender ou transformar as fabricações [produtos] para os quais a procura tinha baixado, ou havia mesmo cessado, visto que essas fabricações continuavam a constar do indicador. Em caso de reorientação brusca do aparelho produtivo por ordem dos ministérios, elas não procuravam achar destino para os seus *stocks* de produtos acabados ou semi-acabados, visto que estes eram, independentemente disso, integrados no resultado. Todos esses produtos inutilizados iam aumentar aquilo a que os economistas soviéticos chamavam pudicamente "as reservas"»⁽¹³⁰⁾. Outra ainda, e talvez a mais importante, causa de «inven-

(126) KATSENELINBOIGEN & LEVINE [1976], p. 63.

(127) LEWIN [1973], pp. 119-120.

(128) KOSSYGIN [1965], p. 319.

(129) CONNOR [1975], p. 115.

(130) EGNELL & PEISSIK [1974], p. 47.

didados», era a derivada directamente dos «objectivos quantitativos» fixados às empresas, que as levavam a distorcer a gama de produção no sentido de conseguir um mais fácil cumprimento do Plano, com isso produzindo largos excedentes de produtos «favoráveis à empresa», ao mesmo tempo que geravam a escassez dos outros: parte dos primeiros ia aumentar o stock de invendidos.

Finalmente outro aspecto global indiciador da inadequação do sistema à crescente complexidade da economia, e que suscitou naturalmente sérias inquietações foi a de uma evidente incapacidade do sistema para estimular a inovação, a criação de novos produtos, o desenvolvimento de novas tecnologias, e bem assim a melhoria de qualidade dos produtos existentes. Entre outras razões (v. p. ex. a citação de Kossygin na nota 118), o ênfase no cumprimento quantitativo do Plano «virava os gestores contra os novos métodos de produção mais eficientes, pois a sua introdução fazia “perder tempo” ao fluxo corrente da produção»⁽¹³¹⁾. O sistema premiava, deste modo, a rotina, o «conformismo tecnológico», e penalizava a experimentação de novos métodos e produtos, a utilização de novas técnicas, os esforços no sentido de uma melhor qualidade — pois tudo isto perturba o funcionamento «normal» da produção no curto prazo.

Vistos os grandes parâmetros sobre os quais incidiu o essencial das críticas surgidas no período pós-estaliniano, observemos agora como estas «distorções» puderam, na óptica dos reformadores, ser todas reconduzidas a uma responsabilização quase exclusiva do sistema de «preços e incentivos» para tal situação. Assim, os indicadores quantitativos que exprimiam os objectivos do Plano eram considerados como «indicadores de sucesso», e comandavam, como já vimos, a acção dos directores das empresas. Simplesmente, ao mesmo tempo que se lhes impunha que os cumprissem, e por isso mesmo, dava-se-lhes — através da «forma» que tomava o índice — um incentivo a actuações e decisões contrárias aos objectivos (a outros objectivos) do planificador. «Como os vários modos de medir os objectivos do Plano podiam exercer um efeito de distorção é hoje uma história conhecida: se em *peso*, era mais fácil cumprir o Plano se os produtos fossem em menor quantidade e mais pesados (ex.: pregos ou armações de cama); se em *comprimento*, induzia por exemplo ao fabrico de tecidos estreitos e de padrão muito simples; se em *valor bruto* (o que era comum) encorajava a produção de bens

⁽¹³¹⁾ DOBB [1966], p. 376.

“material-intensivos” (...), p. ex. vestuário feito com materiais caros de preferência a “linhas de produtos” menos onerosos, ferramentas feitas de aços especiais, motores ou tractores completos em lugar de peças. Daí as dificuldades de cumprir o *assortment plan* [gama de produção planificada — JMP] e a persistência da escassez de muitos bens»⁽¹³²⁾.

Aliás, mesmo ao nível do trabalho individual pago «à peça» (portanto também um «indicador quantitativo»), o resultado é semelhante. No seu livro (v. nota 132), Antonov cita o caso, que se tornou paradigmático, de trabalhadores empregados na descarga de tijolos de camiões. Segundo ele, 30 % dos tijolos quebravam-se dada a preocupação prioritária de descarregar o máximo de tijolos no mínimo de tempo. Comenta Nove: «se a descarga fosse feita com mais cuidado, os trabalhadores “produziriam” menos e receberiam menor salário, o condutor do camião faria menos viagens, e enfim a sua empresa realizaria menos ton./km». Sobre o mesmo caso, sublinha Lewin: «Os trabalhadores sabiam que a sua acção se opunha quer aos interesses do país, quer ao simples senso comum, mas o facto é que o trabalho lhes era avaliado e pago na base de um indicador quantidade/tempo»⁽¹³³⁾.

Quanto à relação entre as exigências de cumprimento dos objectivos quantitativos e o incentivo à qualidade/inação, já acima mencionámos este ponto. Bastará acrescentar que o polaco Brus articula esta questão com a contradição entre a planificação a prazo e a execução prioritária dos objectivos dos planos de curto prazo: «Um dos mais graves defeitos do sistema actual de planificação e gestão consiste na contradição flagrante entre o facto de que o plano central é a longo prazo, enquanto que as empresas trabalham a curto prazo, sem a menor perspectiva; elas pre-

(132) DOBB [1966], pp. 374-375. Dobb cita um artigo da *Pravda* de 19 de Outubro de 1962: «Conhecemos muitos exemplos de empresas que, na procura de cumprir o Plano em termos brutos, baixam a qualidade e fabricam produtos de uma variedade [assortment] não correspondente às necessidades da indústria e da população». (Id., p. 375, nota 1). Nove, entre numerosos exemplos e citações, refere uma anedota ilustrada publicada no jornal satírico *Krokodil*, na qual se mostrava um gigantesco prego pendurado numa oficina, cujo director, apontando para ele, dizia: «O Plano mensal está cumprido!». E Nove comenta: «em toneladas, é claro» (NOVE [1977], p. 94). O célebre projectista aeronáutico Antonov publicou em 1965 um livro em que descreve também múltiplas destas aberrantes situações. Por exemplo o caso de uma fábrica de lâmpadas cujo plano era fixado em termos de «potência global», e que portanto poucas lâmpadas de baixa potência produzia. Mas se o indicador fosse alterado para «milhares de lâmpadas», muito poucas de alta potência seriam fabricadas (v. NOVE [1977], p. 107).

(133) NOVE [1977], p. 107; LEWIN [1973], p. 148.

ferem muitas vezes — devido aos critérios de apreciação adoptados — soluções piores, desde que dêem resultados no quadro de um período definido de planificação. Inútil sublinhar que isto trava o progresso técnico nas empresas existentes, limita a sua capacidade de se adaptar às modificações previstas de estrutura da procura, etc.»⁽¹³⁴⁾.

Outro ponto de assinalável importância, ainda ligado directamente à formulação quantitativa dos «indicadores de sucesso», consistia no incitamento à fraude informativa. Ninguém melhor do que Dobb descreve este mecanismo e as suas consequências: «As autoridades de planificação tinham de basear-se, no essencial, nas informações sobre normas técnicas e capacidades de produção dadas pelas próprias direcções das empresas. (...) Com a crescente complexidade do sistema, tornou-se cada vez mais difícil a um pessoal de planificação sobreocupado efectuar a verificação de dados fornecidos por 200 000 e mais empresas. Daí que as empresas pudessem, em certa medida pelo menos, e em muitos casos em larga medida, influenciar os objectivos de produção e as normas atribuídas a si próprias, e bem assim a quantidade e tipo de materiais e equipamento que lhes seriam afectados. O ênfase tradicional no cumprimento quantitativo dos objectivos de produção criou uma atmosfera em que os gestores eram fortemente tentados a dar valores inferiores para a capacidade das suas empresas para “ficar com alguma reserva” e para obter “normas” fáceis de cumprir. Daí o dizer-se que “um director inteligente cumpre o seu plano talvez em 105 %, mas nunca em 125 %”. Tornou-se usual, ao que parece, que as autoridades de planificação, suspeitando que os dados sobre normas e estimativas de necessidades vindas de baixo estariam sempre erradas num sentido favorável às empresas, procedessem a uma sobre-compensação através da chamada planificação “tensa”, que frequentemente se tornou “ultra-tensa”. O resultado foi não só penalizar os directores conscienciosos impondo-lhes objectivos impossíveis de cumprir, mas também originou estrangulamentos no sistema de fornecimentos, com as consequentes rupturas nos fluxos de produção»⁽¹³⁵⁾.

⁽¹³⁴⁾ BRUS [1967], p. 255.

⁽¹³⁵⁾ DOBB [1966], pp. 375-376. O académico Nemchinov exprime também muito claramente as suas preocupações quanto a esta questão: «Ocorre com frequência que os esforços realizados pelo pessoal de um estabelecimento se vêem reduzidos a zero pelo plano seguinte, pois este “absorve” de um golpe todos os resultados passados. Nestas condições, os chefes de empresa são frequentemente incitados a dissimular as suas reservas e disponibilidades a fim de que, no período seguinte, o pessoal não se veja colocado nas condições difíceis que acarreta a não-execução de um plano excessivamente sobrecarregado» (NEMCHINOV [1964], p. 34).

Pela nossa parte, chamamos a atenção para o que isto representa em termos de «sistema de desconfiança» generalizada, de autêntico jogo do gato e do rato entre planificadores e directores das empresas, de efectiva desarticulação institucional entre interesses particulares e colectivos (isto se, em primeira aproximação, admitirmos que os objectivos do plano representam o interesse colectivo: se o não pudermos admitir, dada a forma não-participada como eram fixados, então trata-se de uma generalizada competição de interesses particulares, em que cada um utiliza o poder de que dispõe para os fazer valer) ⁽¹³⁶⁾.

Outro aspecto que foi alvo de fortes ataques dos «reformadores» foi a falta de incentivos à «economia de recursos». No seu relatório, diz Kossygin: «O financiamento dos investimentos de capital é actualmente gratuito, através do orçamento do Estado. Os gestores das empresas mostram-se pouco interessados quanto ao custo de reconstrução da empresa [reposição, renovação — JMP] ou quanto à eficiência do investimento adicional, pois as empresas não são obrigadas a restituir as somas postas à sua disposição. Por isso necessitamos de um sistema que induza os nossos gestores a sentirem-se mais implicados em questões como: como utilizar os fundos da forma mais eficiente, de modo a que as novas instalações sejam construídas com o mínimo de investimentos, arranquem em devido tempo e as capacidades projectadas sejam plenamente utilizadas tão rapidamente quanto possível. (...) Acontece por vezes que uma empresa adquire equipamentos de que não necessita meramente com o objectivo de gastar fundos que lhe estão atribuídos» ⁽¹³⁷⁾. Pela sua parte, Dobb exprime-se do seguinte modo: «A experiência mostrou que, sob o sistema anterior [às reformas — JMP], havia pouca economia de instalações e equipamentos, e pouca preocupação a nível da empresa em conservá-los convenientemente e usá-los o melhor possível» ⁽¹³⁸⁾. Segundo ele, isto deve-se essencialmente ao facto de que o valor do capital fixo se não encontra ligado aos custos de produção. E comenta, na linha dos «reformadores»: «Nesta medida, isto pode ser visto como um defeito do sistema de preços mais do que da centralização *per se*. Na realidade as duas coisas são dificilmente dissociáveis, já que é característico dum sistema altamente centralizado o assegurar a conformidade com os seus objectivos por meio de ordens administrativas, em lugar de “medidas

⁽¹³⁶⁾ Sobre este ponto e, em geral, sobre os métodos «informais» de actuação dos directores, v. BERLINER [1952].

⁽¹³⁷⁾ KOSSYGIN [1965], pp. 326-327.

⁽¹³⁸⁾ DOBB [1966], p. 376.

económicas” como incitamento via preços»⁽¹³⁹⁾. Ainda quanto à (des)economia de recursos, é de acentuar a deficiente gestão de stocks: «O problema da escassez vem a lume numa economia que se torna cada vez mais complexa e diversificada. Torna-se impossível deixar acumular stocks de matérias-primas e de materiais que, finalmente, são improduttivos, apenas para fazer frente a imprevistos, tolerando assim imobilizações de capitais sob pretexto de que, por pertencerem ao Estado, a empresa não lhes suporta os encargos»⁽¹⁴⁰⁾.

Outra questão ainda que preocupou seriamente os «reformadores» foi a falta de «incentivos materiais directos (pessoais)» que levassem gestores e trabalhadores a interessar-se pelos aumentos de produção e, particularmente, de produtividade e economia de recursos ou, como frequentemente se exprimiram, que os levassem indirectamente a actuar de acordo com os objectivos do planificador. No que respeita aos primeiros, é indiscutível que as vantagens materiais de conseguir um lucro sensivelmente superior ao planificado não compensavam os inconvenientes já vistos de um «excessivo» cumprimento do Plano, que renunciava um aumento dos objectivos a cumprir para os anos seguintes. Tudo aliás levava um director a preferir as combinações produtivas que lhe permitissem cumprir mais facilmente o plano (quantitativo) do que a escolher as combinações mais lucrativas: era maior o incentivo para agir no sentido de *evitar sanções* do que de obter *benefícios* pessoais.

No que se refere aos trabalhadores, o problema torna-se particularmente delicado, na medida em que, estando *teoricamente* no poder, se torna difícil explicar o seu desinteresse. Ainda assim, não é difícil encontrar múltiplas referências e tentativas de explicação para o facto. Para além da ausência de estímulos directos, outro factor frequentemente mencionado, e para o qual os «reformadores» propuseram medidas, posteriormente adoptadas com mais ou menos rigor, era o do «excessivo igualitarismo salarial», que desencorajaria o esforço individual e o desejo de promoção. Novozhilov afirma peremptoriamente: «No complexo sistema da nossa economia actual, é muito difícil conseguir o interesse pessoal de cada trabalhador nos resultados do seu trabalho»⁽¹⁴¹⁾. Lewin cita Strumilin, sobre o mesmo assunto: «Strumilin explicou que a falta de interesse mostrada pelos produtores, em particular pelos trabalhadores, nos resultados da laboração da sua fábrica era o resultado de que rece-

⁽¹³⁹⁾ DOBB [1966], p. 377.

⁽¹⁴⁰⁾ CHAMBRE [1964], p. 286.

⁽¹⁴¹⁾ NOVOZHILOV [1966], p. 380.

biam apenas uma parte insignificante dos fundos de estímulo da empresa. “É-lhes pedido que desenvolvam um considerável esforço adicional, e a recompensa é de meia dúzia de patacos. Deste modo os interesses dos trabalhadores são desprezados, já que o fruto do seu trabalho lhes está sendo confiscado pelo Estado”⁽¹⁴²⁾. Indirectamente, Kossygin reconhece a mesma situação: «É, pois, necessário deixar às empresas uma parte maior dos lucros que realiza, de modo a que possa desenvolver a produção, aumentar as suas técnicas, encorajar materialmente os seus trabalhadores e melhorar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores fabris e administrativos do seu quadro (...) [Há que] tornar o colectivo global e cada oficina e secção da empresa interessados em cumprir não só os objectivos que lhes são fixados individualmente mas também em melhorar os resultados globais da empresa»⁽¹⁴³⁾.

No que se refere ao «igualitarismo», convém recordar que ele é parte essencial da *ideologia básica* do socialismo, não sendo por acaso que o impulso nesse sentido se verifica sempre em períodos de grande fervor revolucionário, como foi o caso na URSS durante o comunismo de guerra. Anos mais tarde, quando se tratou de forçar a industrialização, foi o próprio Staline a fazer aprovar uma forte diferenciação salarial, denunciando o «igualitarismo pequeno-burguês». A partir dos anos 50, na URSS, e na generalidade dos países de Leste, deu-se um sensível nivelamento salarial, reforçado pelos benefícios sociais (o chamado «fundo de consumo colectivo»). É contra este que se levantam os «reformadores», que colocam a questão em termos de um desajustamento entre os níveis salariais e as qualificações.

De facto, o que essencialmente preocupa os «reformadores» é a *eficiência* e a *economia de recursos* (neste caso, de mão-de-obra), e reconhece-se no sistema um desincentivo geral ao aproveitamento dos mais qualificados, dos mais «produtivos», dos mais eficientes. Um autor húngaro exprime-se com a maior clareza: «As características básicas do bem-estar socialista não podem ser deduzidas a partir do puritanismo de situações de emergência em tempos revolucionários, nem do igualitarismo. O socialismo contradiz os seus próprios objectivos se proclama a pobreza geral e fechará mesmo os caminhos do desenvolvimento se o talento e a mediocridade, a diligência e a preguiça forem igualmente remunera-

⁽¹⁴²⁾ LEWIN [1973], p. 147. A citação de Strumilin é da sua obra «Khoziaistvennyi, Raschet i Problema Tsenoobrazovaniia».

⁽¹⁴³⁾ KOSSYGIN [1965], pp. 324-325.

dos»⁽¹¹⁴⁾. Na realidade, o *sentimento igualitário* tem sido considerado por vários autores como um dos principais obstáculos levantados pelos trabalhadores à introdução das reformas, de um modo geral fortemente diferenciadoras dos rendimentos e prémios⁽¹¹⁵⁾.

A concluir este panorama muito sumário sobre os «princípios» e a prática do sistema de planificação central, apenas queremos retomar o que acima dissemos sobre o seu êxito em termos globais, agora já sob outra luz. Com efeito, há agora que sublinhar que tais sucessos — a industrialização e modernização de um país da dimensão da URSS, ainda por cima polarizado durante mais de dez anos para prioridades de guerra e de reconstrução, e tendo posteriormente de continuar a canalizar vultosos recursos para o sector da defesa — foram obtidos através de um sistema em que a desconfiança, o desinteresse pelos objectivos colectivos, o estímulo à fraude e ao expediente eram generalizados, «um sistema de administração burocrático, baseado sobre a falsa ideia de que os planificadores e os funcionários podem, por si sós, dirigir a produção social sem fazer uso da iniciativa criadora dos que dirigem directamente a produção (...) um sistema que, por estar manietado em excesso no seu funcionamento, se converte num freio ao progresso social e ao progresso das técnicas»⁽¹¹⁶⁾, nas expressões de um destacado economista soviético. Se bem que as reflexões sobre este ponto fiquem reservadas para tratamento mais pormenorizado no ensaio seguinte, é útil desde já assinalar as imensas potencialidades de um modelo deste tipo, se combinadas com uma consciência social desenvolvida através de mecanismos de participação colectiva na fixação dos objectivos e na efectivação de tarefas cujo sentido fosse compreendido e assumido por todos como um imperativo *natural*. Mas é claro que aqui nos situamos já ao nível do sistema político, e uma vez mais nos defrontamos com a impossibilidade de isolar um sistema económico dos outros sistemas de relações que integram a realidade social.

(114) KOZMA [1976]. Recensão em SZABO [1976], p. 212.

(115) V. sobre este ponto CONNOR [1975], pp. 113-114 e 125; neste artigo é citado um jornal húngaro, sobre uma forma de reacção negativa aos estímulos introduzidos pelas reformas: «Os responsáveis pela repartição dos lucros há muito constataram que o princípio "um pouco a cada um" lhes evitaria terríveis dores de cabeça. Pelo seu lado, os beneficiários, operários e empregados, fizeram-se à ideia de que não havia entre eles bons e maus, melhores ou piores: eu recebo um tanto, tu outro tanto (...) e não há razão para andarmos a perguntar porque é que uns recebem menos que outros».

(116) NEMCHINOV [1964]-1, pp. 24 e 26.

4. A terminar este ensaio, e porque o que nos ocupa é a configuração de sistemas económicos *relativamente* diferenciados (ou as *tentativas* feitas nesse sentido), deter-nos-emos um pouco sobre o hoje correntemente designado por «socialismo de mercado», para o que examinaremos o chamado «novo mecanismo económico» introduzido na Hungria com a reforma de 1968.

Antes disso, porém, cremos útil indicar sumariamente como nasceu esse «modelo» a partir do sistema de planificação central, pois essa génese determina, a nossa ver, os próprios limites do novo sistema. Por outras palavras, trata-se de apreciar quais as grandes linhas da contro-*vérsia* teórica que se desenrolou durante os anos 60 na URSS e nos países de Leste, e bem assim as modalidades adoptadas para enfrentar todos aqueles problemas e anomalias descritos na secção anterior.

Poderemos dizer, em síntese, que os pontos de partida para a discussão se centravam em torno de duas grandes questões, aliás muito interligadas: por um lado, a evidente desarticulação entre um sistema de planificação e controlo altamente centralizado e os comportamentos dos agentes económicos (em particular, dos directores e colectivos empresariais), com tendência para um agravamento com a crescente complexidade da economia (problemas de informação, de agregação/desagregação de indicadores); por outro, aquilo que frequentemente se designou por «passagem de um desenvolvimento extensivo a um desenvolvimento intensivo», o mesmo é dizer, a necessidade de tomar em consideração uma crescente escassez de recursos e apostar na produtividade, no progresso técnico, etc. Juntou-se a estes dois grandes temas o da necessidade de acelerar a satisfação das necessidades de consumo das populações, ou seja, o de atender, na própria formulação dos objectivos e afectação de meios, à «procura final». Para além disso, é desde já conveniente assinalar que, fosse por necessidade metodológica (dado o tipo de questões a tratar), fosse por descompressão ideológica (que permitiu levantar certos tabus), fosse ainda por um tácito consenso em não politizar a discussão, e certamente por todas estas razões simultaneamente, um dos terrenos privilegiados do debate foi o da «aplicação das matemáticas à economia»⁽¹⁴⁷⁾.

⁽¹⁴⁷⁾ Para além de KANTOROVICH [1959] e NOVOZHILOV [1959], já referidos, é indispensável, para conhecer com maior profundidade as posições em confronto no debate, a leitura dos textos de numerosos economistas soviéticos incluídos na colectânea «Planificación del Socialismo» [1965] onde se encontram os artigos essenciais de Liberman, Trapeznikov e Nemchinov, além de uma «mesa-redonda» entre economistas sovié-

Abordada a questão em termos estritamente económicos — e foi apenas a esse nível que toda a discussão se processou a partir do momento em que, logo após a morte de Staline, se tentaram (e fracassaram) soluções puramente administrativas, como a criação por Khrushchev dos «conselhos económicos regionais» (*Sovnarkhose*) —, era inevitável que o debate girasse quase exclusivamente em torno do sistema de preços e incentivos, e das suas relações com a planificação. O problema a resolver era, nas palavras de Liberman no seu famoso artigo de 1962: «Construir um sistema de planificação e de avaliação do trabalho das empresas tal que elas tenham um autêntico interesse em cumprir ao máximo os objectivos do Plano, em introduzir novas técnicas e produtos de melhor qualidade, numa palavra em maximizar a eficiência da produção»⁽¹⁰⁾. Não é difícil aos reformadores mostrar que uma boa parte dos vícios do sistema provém da quase completa separação entre o «sistema de preços» e o «sistema de objectivos/indicadores de sucesso». Por um lado, o sistema de preços não é um «condutor de informação», não motivando de qualquer modo os directores das empresas (a não ser nos casos em que o seu «objectivo planificado» é expresso em «valor bruto da produção»), e ainda que o fosse só poderia dar origem a decisões «erradas» — dado tratar-se de um sistema de «preços políticos» em que, por exemplo, a desarticulação entre preços por grosso e preços ao consumidor era, de um ponto de vista «económico», total, já que o que se pretendia era, no essencial, proporcionar ao Estado a principal fonte de receitas orçamentais através do «imposto sobre o volume de vendas». Por outro, e em contrapartida, os «indicadores de sucesso», tendencialmente quantitativos, eram os únicos guias de decisão, e já vimos o tipo de comportamentos anómalos que determinavam.

Sendo assim, e muito inspirados nas teorias de Oskar Lange da «planificação descentralizada», é fácil de compreender que os reformadores imaginassem, como solução mais adequada, a *conjunção* daqueles dois sistemas: os preços deveriam ser calculados de tal forma que, orientan-

tics, bem como textos importantes relativos à Polónia, RDA e Checoslováquia (Ota Sik); a obra dirigida por V. Nemchinov «El uso de las matemáticas en la economía» [1959] incluindo alguns textos fundamentais; os diversos contributos reunidos no capítulo «The great value-price controversy in the URSS and the prospects for the use of mathematics to improve the efficiency of soviet planning» da colectânea «The soviet economy — a collection of Western and Soviet views» [1963]; enfim as descrições sintéticas do debate em NOVE [1977], pp. 49-59 e 174-185, e DOBB [1966], pp. 332-336 e 377-384.

(10) LIBERMAN [1962], p. 309.

do-se por eles com o objectivo de realizar o lucro máximo, os directores de empresas fossem *indirectamente* levados a tomar decisões consistentes com os objectivos do planificador e, subentende-se, com os interesses da economia. A poucos meses de distância, encontramos em Nemchinov e Liberman duas afirmações muito semelhantes, que exprimem esta perspectiva: «Se se querem evitar os choques, é preciso que se respeite o princípio seguinte: tudo o que é útil e vantajoso para o conjunto da economia deve sê-lo também, de acordo com os planos, para a empresa encarregada de executar a tarefa que lhe corresponde»⁽¹¹⁷⁾. «O que é vantajoso para a sociedade, representada pelo Estado, deve ser vantajoso para cada empresa e para cada um dos seus membros»⁽¹¹⁸⁾. E Liberman precisa bem o sentido da palavra «vantajoso»: «É útil observar que não se trata de uma reforma dos índices, mas de uma *reforma das relações entre as empresas e a economia nacional*. É por isso estranho que se discuta para saber o que é melhor: o valor da transformação estabelecido por uma norma, ou o lucro? O lucro deve intervir como a *medida comum, final, da eficácia*»⁽¹¹⁹⁾.

É, de facto, o velho sonho da teoria do equilíbrio geral, segundo o qual o comportamento maximizador do lucro por parte dos empresários é condição para a obtenção do máximo de utilidade colectiva. É neste ponto que intervêm os economistas matemáticos: com efeito, se o sistema geral não é o de um mercado livre concorrencial, trata-se de simular matematicamente o sistema de preços que se estabeleceria nesse mercado livre, preços que reflectirão simultaneamente quer a escassez relativa de recursos, quer as pressões da procura dos consumidores. É claro que, como o planificador terá objectivos que não serão exclusivamente o da maximização da produção com o mínimo de recursos — haverá que realizar despesas públicas, para fins sociais ou outros, haverá que favorecer o crescimento de certos sectores em detrimento de outros —, o cálculo deverá permitir ter em conta esses factores, obtendo-se um sistema «quase-óptimo», no sentido de Baumol-Bradford. Resta ainda ao Estado, por via do controlo do crédito, um sistema «correctivo» que impedirá a anarquia do investimento, ainda que sacrificando parcialmente a «pura racionalidade» económica.

É evidente que tal ousadia não podia deixar de causar uma acesa polémica, já que se iam levantar os problemas da «lei do valor na economia

(117) NEMCHINOV [1964]-1, 28.

(118) LIBERMAN [1964], p. 117.

(119) Id., p. 116.

socialista», da renda e do juro, dos conceitos de «mercadoria», e se era forçado a pôr em questão certos dogmas estalinistas (por exemplo a «lei» da prioridade da indústria pesada) e a reexaminar a teoria do mercado capitalista de Marx, agora em termos de «mercado socialista». Tratou-se, de resto, de uma discussão bastante nebulosa, já que toda a argumentação vinha mascarada por táticas ou interesses não-confessados. Se os reformadores se viam obrigados a difíceis malabarismos para conciliar as suas propostas com a teoria marxista, e a citar abundantemente Marx e Lenine (sobretudo o Lenine da NEP), os seus opositores eram obrigados a esconder o seu temor perante as ameaças que tais reformas comportavam para o poder da burocracia do Partido e da administração, e também o receio de um imparável efeito de arrastamento que tão radical liberalização económica não deixaria de ter no capítulo da (indesejável) liberalização política e cultural. Em ambos os campos se encontraram numerosos «matizes», desde os mais moderados aos mais radicais. Poucos, por exemplo, subscreveriam as afirmações do economista A. Vikentyev, segundo as quais «a planificação e a administração soviéticas, tomadas globalmente, cumpriram com êxito as suas tarefas, principalmente porque assentavam numa sólida base científica. Portanto, a planificação, tomada globalmente, foi sempre *óptima*»⁽¹²²⁾. Na realidade era generalizado um consenso sobre a necessidade de reformas urgentes, e por isso mesmo elas se fizeram, embora ficando muito aquém de um «socialismo de mercado» matematicamente optimizado, mesmo na Hungria, onde, como veremos, se fez uma considerável *ruptura* com o sistema anterior.

Em que consistiram, então, na generalidade, as reformas económicas nos países de Leste? Com acentuação variável de país para país⁽¹²³⁾, elas compreenderam essencialmente:

- a) *Alterações nos «índices compulsivos» ou «indicadores de sucesso» planificados* — Na URSS os índices básicos adoptados de acordo com as propostas incluídas no relatório de Kossygin, foram: produção vendida, gama ou «nomenclatura» de produtos, fundo de salários, taxa de lucro, pagamentos ao e receitas do orçamento. Para além disso

(122) Cit. in NOVE [1970], p. 353.

(123) Uma lista das reformas, sem muito pormenor, por anos e por países, encontra-se em WILCZYNSKI [1976], pp. 26-27. As principais características das reformas nos diversos países encontram-se num quadro incluído em BORNSTEIN [1973], p. 76, onde se indicam as reformas que foram posteriormente anuladas, em particular na Checoslováquia. Para a URSS existe informação detalhada em NOVE [1977]. Quanto à Hungria, citaremos adiante numerosas referências.

eram também planejados o lucro global (em rublos), os investimentos centrais em novas capacidades, as «tarefas básicas para a introdução de novas técnicas», o abastecimento técnico-material. Mais tarde, vários outros índices foram sendo introduzidos: índices de qualidade, taxa de crescimento da produtividade do trabalho, etc. A lista de indicadores não é comum a todos os países: por exemplo na Checoslováquia e na Polónia foi introduzido como índice básico o «valor acrescentado» (salários+lucros). Mas em todos foi abandonado o produto bruto e o plano de redução de custos.

- b) *Introdução gradual de «encargos de capital»* — Isto traduziu-se, de facto, numa revisão geral do sistema de preços e da estrutura orçamental. Com efeito, as reformas, de um modo geral, visavam os preços das matérias-primas, bens de produção e os preços por grosso dos bens de consumo, devendo os preços ao consumidor manter-se inalterados. A tendência era, pois, no sentido de que nas receitas orçamentais deveriam aumentar os impostos sobre lucros e diminuir o imposto sobre o volume de vendas. Por outro lado, o novo sistema de preços, ligado ao capital quer por via dos «encargos financeiros», quer por via da taxa de lucro, deveria reduzir substancialmente o número de empresas não-rendíveis e, por essa via, aligeirar o crescente volume de subsídios orçamentais. As reformas de preços segundo estes novos moldes exigiriam, como é óbvio, um imenso trabalho de «avaliação do capital» das empresas: só na Alemanha Democrática «350 colectivos de trabalho participaram na elaboração dos novos preços e foram necessários 6000 especialistas para recalculer o valor do capital das empresas»⁽¹⁵⁴⁾. Resta acrescentar que em alguns países (Hungria, Bulgária, Checoslováquia, com «regressão» posterior nos dois últimos) foram introduzidos mecanismos de flexibilidade de preços, permitindo em certa medida uma adequação-preço às variações da procura. Voltaremos ao assunto ao estudar o «modelo húngaro».
- c) *Maior incidência do crédito (reembolsável e com juro) e menor do Orçamento no financiamento dos investimentos.* Do mesmo modo, encorajou-se moderadamente o autofinanciamento das empresas.
- d) *Remodelação profunda do sistema de incentivos.* Neste campo, foi criado um sistema extremamente complexo, variável de país para país, de «repartição de lucros» entre fundos empresariais destinados a pre-

⁽¹⁵⁴⁾ BRYSON [1975], p. 145. Nesta referência encontra-se uma exposição bastante completa sobre a teoria e a prática das reformas de preços na RDA.

miar os bons resultados da empresa. De forma geral, foram criados três fundos: fundo de estímulo material (para gestores, quadros e trabalhadores), fundo para aplicações sociais e fundo para «investimento descentralizado» (auto-financiamento). As regras de repartição eram, aliás, não só variáveis de país para país mas também entre sectores e por vezes empresas, e ainda segundo o nível de cumprimento do plano. Quanto a este último ponto, é interessante notar que as normas de contribuição de lucros excedentes aos planificados para o fundo de estímulo são mais desfavoráveis para a empresa do que no caso do lucro «normal»: com isso encoraja-se apenas moderadamente o sobre-cumprimento do Plano, de forma a evitar os «erros» de informação sobre as capacidades produtivas que, no sistema anterior, como se viu, eram correntes.

- e) *Tendência para uma maior autonomia e simultaneamente uma maior concentração empresarial.* Juntamos estas duas tendências, que na prática se traduziram por numerosas fórmulas e experiências, porque, de um modo geral, a manutenção de um plano central imperativo impôs que a atribuição de uma maior autonomia e flexibilidade de gestão fosse feita não a milhares de empresas individualmente (com riscos de uma total perda de «controlo») mas a «associações» ou «grupos» de empresas, criando-se uma espécie de nível intermédio ao qual eram concedidos certos poderes até então do domínio dos ministérios ou entidades centrais. Uniões industriais, ou administrativas (*obyedineniye*) na URSS, VVBs (Vereinigung Volkseigener Betriebe) e *Kombinat*en na RDA, WOG (Wielkie Organizacje Gospodarcz) ou empresas-piloto na Polónia, acordos de associações e fusões na Hungria⁽¹⁵⁵⁾ — são outros tantos exemplos desta tendência, que tem sido frequentemente justificada por razões de mais correcto tratamento de uma informação em constante multiplicação. Um autor soviético explica esta necessidade da seguinte forma: «O número de ligações [económicas] cresce rapidamente com a expansão da produção e a

⁽¹⁵⁵⁾ Sobre este ponto v. LAVIGNE [1975], NOVE [1977] pp. 79-84 (URSS), pp. 303-304 (RDA) e pp. 304-306 (Polónia), DARSKA [1975] (Polónia), MAZIARSKI [1975] (Polónia). Para a Hungria especificamente daremos referências mais pormenorizadas na sequência deste ensaio. Matejko, referindo-se apenas à RDA, confirma a tendência que acima apontámos: «Na Alemanha de Leste, p. ex., o Novo Sistema Económico apresenta duas tendências simultâneas: uma consistindo em delegar certas funções a escalões inferiores da hierarquia, e outra em criar empresas de maior dimensão e menos numerosas» (MATEJKO [1975], p. 98).

aceleração do progresso técnico-científico. Foi demonstrado que o número de ligações económicas aumenta, mantendo-se constantes as restantes condições, pelo menos na razão do quadrado do factor de aumento da produção. Logo, uma duplicação na produção total corresponderia a uma quadruplicação das ligações económicas. {Isto} conduz a um aumento do número de níveis administrativos e da dimensão do aparelho de administração-gestão (...). A solução mais eficiente é concentrar a produção, aumentar a dimensão das empresas e reduzir o seu número»⁽¹²⁶⁾. Para além do maior ou menor grau de autonomia destes «grupos», houve muitas experiências parcelares de uma maior liberdade de acção das empresas (isto sem nos referirmos ao caso húngaro, que adiante abordaremos), de que são bem conhecidas as que na URSS se seguiram às propostas de Liberman (fábricas de confecções *Bolshevichk* e *Mayak*, em 1963, e muitas outras nos sectores têxtil e do calçado, no ano seguinte), e certas outras, controversas, como a da fábrica de Shchekino, igualmente na URSS, em 1967⁽¹²⁷⁾. Para ter uma ideia do ponto a que se chegou, nestes primeiros tempos «reformistas», no sentido de conseguir rápidos aumentos de produtividade, basta dizer que, neste último caso, a concepção da experiência era das menos ortodoxas em matéria de «ideologia socialista»: o Ministério da Indústria Química (tratava-se de um grande *kombinat* químico) comprometia-se a manter o fundo de salários da empresa e este esforçar-se-ia por reduzir substancialmente o emprego num prazo de 4 anos, revertendo uma proporção estabelecida dos salários «economizados» em benefício dos trabalhadores não dispensados. A experiência foi um êxito globalmente, na medida em que foi possível absorver os trabalhadores excedentários em projectos em curso na mesma área, e foi seguida por outras empresas⁽¹²⁸⁾, mas não foi gene-

(126) Droglchilsky, cit. in NOVE [1977], p. 79.

(127) V. referências a estas experiências em LIBERMAN [1964], p. 116, NOVE [1977], pp. 313-314 e DOBE [1966], pp. 379-381, para as primeiras; e em NOVE [1977], p. 220 e EGNELL & PEISSIK [1974], pp. 144-148, para a segunda. Sobre esta última existe um livro com uma descrição muito pormenorizada (DE LAMOTTE [1973]) de que uma súmula com informação interessante é dada em TCHIMICHKIAN [1975]. Refira-se ainda uma fonte soviética, JALNINE [1972] onde, para além de um conjunto de informações quantificadas sobre a experiência, se dá um panorama geral com muito interesse sobre a problemática dos estimulantes materiais e os seus efeitos na distribuição dos rendimentos na URSS.

(128) Segundo JALNINE [1972], em 1972 estavam em curso experiências do mesmo tipo em «121 empresas de diversos sectores, representando um total de 700 000 trabalhadores».

realizada por razões diversas: apreensão dos trabalhadores e sindicatos, necessidade de condições favoráveis para a sua aplicação, e sobretudo por representar uma «lógica» sensivelmente distinta da lógica global das reformas.

Vistas em linhas gerais as grandes linhas de orientação das reformas económicas é útil dedicar ainda algumas palavras aos seus resultados em termos de modelo de «sistema económico». Começando pela conclusão diremos que, à excepção do caso húngaro, é patente que as reformas contribuíram para melhorar muitas das deficiências de funcionamento do sistema, de que demos alguns exemplos, mas não o alteraram no essencial, nem sequer contribuíram substancialmente para uma mudança de comportamento dos directores de empresas e trabalhadores: quando muito, dados os novos índices planificados, os directores tiveram de encontrar novas formas de conseguir «cumprir o plano» da maneira mais «cómoda», a qual, tendo em conta os próprios limites das reformas, dificilmente coincidiria com a aspiração dos reformadores teóricos no sentido de que, sem dar por isso e velando apenas pelos seus próprios interesses, eles deveriam estar a prosseguir os «interesses» do conjunto da economia (o *óptimo* da economia de recursos).

Quais foram então esses limites, e porque não se foi mais longe? Começando pela segunda questão, que é determinante, vejamos brevemente que atitudes face às reformas adoptaram os vários «grupos sociais», ou «grupos de interesses». Segundo o consenso geral entre numerosos autores, os principais opositores às reformas situaram-se entre a burocracia do aparelho do Partido e do Estado, incluindo os directores de empresa, sobretudo os mais velhos, provenientes dos quadros do Partido, para quem o Plano era algo de «sagrado», o seu cumprimento um imperativo indiscutível e a obediência cega às ordens vindas «de cima» (fossem elas absurdas ou incongruentes) um valor absoluto. Quanto à burocracia, compreende-se que visse em reformas de sentido descentralizador uma ameaça ao seu poder, que lhe provinha justamente da sua posição de controlo no sistema. Sobre este ponto, Nove considera erróneo que, como alguns tendem a fazer, se diga que «o Partido» seria contra as reformas, o que de resto teria pouco sentido já que, se assim fosse, elas nunca se teriam realizado. «No entanto», acrescenta, «os funcionários a tempo inteiro do Partido, especialmente a nível local mas também funcionários do Comité Central, exercem poderes muito consideráveis. Eles nomeiam, demitem, afectam e reafectam [meios e pessoas], interferem nos assuntos correntes, adjudicam. Eles preferem naturalmente que este estado de

coisas continue»⁽¹⁵⁹⁾. Quanto às élites dirigentes do Partido, mais sensíveis às dificuldades económicas bem como a eventuais repercussões políticas, a sua atitude foi variável segundo os países: maior resistência na Polónia e na Checoslováquia (Gomulka, Novotny), resistência que persistiu até hoje na Roménia, e na Checoslováquia pós-1968; mais abertura na URSS, de início, na Hungria, na Bulgária, e mesmo na RDA. Há que sublinhar aqui a influência no desencadear das reformas de uma geração de «tecnocratas» dentro dos quadros do Partido, por vezes em posições dirigentes de alto nível — de que o caso mais conhecido é o próprio Kossygin.

Quanto aos camponeses, eles ter-se-ão mantido indiferentes, até porque as reformas lhes diziam relativamente pouco respeito. Mais interessante é a atitude dos trabalhadores da indústria, directamente visados pelas reformas. É geralmente admitido que não acolheram entusiasticamente as reformas: viram nelas uma potencial ameaça à segurança do emprego, temeram aumentos de preços (recorde-se, em particular, os acontecimentos que levaram à queda de Gomulka na Polónia e, mais recentemente, os que, no mesmo país, obrigaram Gierek a um recuo, ambos os casos directamente ligados a aumentos de preços), e recearam igualmente a abertura do leque salarial em favor dos quadros técnicos. Não se pode, no entanto, dizer que se tenham oposto frontalmente às reformas — e nem sequer o poderiam facilmente fazer pois a única estrutura organizada em que se integram, os sindicatos, segue estritamente a linha do Partido.

Enfim, poderá dizer-se que os únicos sectores verdadeiramente «reformadores», para além da já referida burocracia tecnocrática — que foi de facto a decisiva —, terão sido os meios universitários, muitos jornalistas, profissões liberais, e os intelectuais, de uma forma geral. E também foram francamente favoráveis às reformas muitos directores de empresas de formação técnica, mais jovens do que os velhos directores partidários nomeados «por mérito político».

Perante este panorama, é compreensível que, na maioria dos países, as reformas tenham finalmente sido muito menos ambiciosas e mais incompletas do que os teóricos propunham. Passemos então brevemente em revista os limites que os próprios autores das reformas se impuseram, e que permitem a conclusão de que o essencial do sistema se não alterou, ainda que o seu funcionamento tenha obviamente beneficiado. No que se

(159) NOVE [1977], p. 312.

segue excluimos o caso húngaro que, pela sua especificidade, será tratado em seguida.

Um dos elementos nucleares do sistema que se manteve praticamente sem modificações foi o chamado sistema de abastecimento técnico-material, ou seja, a designação dos clientes e fornecedores para cada empresa, com quantidades e preços fixados centralmente, quer para matérias-primas e bens de capital, quer para os diversos *inputs* materiais e bens fabricados. A manutenção deste sistema significa claramente a conservação de um imenso poder de controlo central, de jogos de influência e de pressão, dos circuitos paralelos já antes mencionados, e significa também que dificilmente se poderá falar de uma apreciável autonomia de gestão por parte das empresas, ainda que no quadro do Plano. Quando muito, como também já vimos, terá havido uma delegação ao nível das uniões, trusts ou kombinats de certas decisões, e em particular as relativas a novos investimentos continuaram a ser tomadas centralmente, e nem poderia ser de outro modo, mantendo-se o sistema centralizado de «afecção de recursos» com base nos balanços materiais. Mantiveram-se igualmente as dificuldades de coordenação de empreendimentos a ser realizados sob a responsabilidade conjunta de vários departamentos de vários ministérios. O que se alterou, mais significativamente nuns países do que noutros, foi a forma de financiamento dos investimentos, com maior acentuação do recurso ao crédito.

Outra questão vital para os reformadores mais exigentes, muito ligada à anterior, diz naturalmente respeito ao sistema de preços. As reformas de preços fizeram-se num sentido muito pragmático, e os novos preços foram em boa parte «preços de saneamento», no sentido em que libertaram o orçamento de uma enorme carga de «subsídios» para cobrir prejuízos de empresas, planificados ou não, além de que, nas condições anteriores, o novo papel estimulante que se pretendeu atribuir ao lucro não teria o necessário suporte — a possibilidade de obter um lucro. No entanto, a própria base empírica em que assentaram os novos preços, por exemplo com taxas de lucro variáveis de sector para sector, e bem assim a própria expectativa quanto ao comportamento das empresas face aos novos estímulos, criou uma ameaça «insuportável» à estabilidade das receitas orçamentais. Segundo M. Lavigne, a lógica do novo sistema implicava que as empresas constituíssem os seus fundos de estímulo a partir do lucro e *só em seguida* o orçamento receberia o saldo. Mas então «o orçamento do Estado teria de assumir os riscos da variabilidade e insuficiên-

cia de lucros»⁽¹⁶⁰⁾. Daí que se tenham imaginado mecanismos *estabilizadores* das receitas orçamentais (pagamentos ao orçamento feitos a nível de uniões, com mecanismos previstos de «desdobramento» de eventuais prejuízos a nível das empresas que delas fazem parte; criação de «fundos de regularização dos fundos de estímulo»; etc.), e com isso moderado ou mesmo anulado o efeito estimulante desejado: «o espírito do sistema é claro: há que garantir o interessamento material da empresa, sem que possa ser excessivo»⁽¹⁶¹⁾. A mesma autora nota, aliás, que, na ausência de um autêntico «espírito de empresa» no sentido capitalista, de que faz parte integrante a autonomia de investimento e a plena disposição do lucro, a «*motivação do lucro* resumir-se-á, para o director como para qualquer operário, ao desejo de aumentar os [seus] rendimentos para aumentar o consumo. Mas como este, por sua vez, está limitado, quer pela oferta, quer pela lei (...) o incitamento ao aumento dos rendimentos está, ele-mesmo, limitado. (...) Um director de empresa não tem muito a ganhar se quiser tomar riscos — inovar, diversificar a produção — e tem muito a perder, muito mais do que dinheiro: a função, a posição social que implica. O lucro não é pois um instrumento eficaz para o levar a agir no sentido do interesse colectivo, além de ser um instrumento ideologicamente contestável [num sistema socialista, é claro — JMP]»⁽¹⁶²⁾.

Enfim, um terceiro e último aspecto, complementar dos dois anteriores, aquele que mais directamente suporta os comportamentos «aberrantes» dos directores de empresas. O novo conjunto de objectivos planificados ou «indicadores de sucesso» impostos às empresas, ainda que em número bastante mais reduzido, constitui um apertado espartilho — espartilho esse que, é certo, lhes permite mover-se de forma mais «racional»: por exemplo deixou de lhes ser indiferente a acumulação de «invendidos» — que os obriga a frequentes acções semi-legais (ou mesmo ilegais) para conseguir o cumprimento do Plano: mantêm-se os mercados paralelos, classificam-se trabalhadores em categorias superiores às reais para ludibriar o controlo sobre o «fundo de salários», fazem-se alterações fictícias em produtos para obter preços mais altos, continua a escolher-se (dentro de limites mais estreitos) a gama de produção que permita atingir mais facilmente os novos indicadores, etc., etc. De resto, ainda que de forma geral, como se viu, a motivação do lucro não tenha resultado como previsto, também convém assinalar que, sobretudo na fase inicial mais

⁽¹⁶⁰⁾ LAVIGNE [1975], p. 44.

⁽¹⁶¹⁾ Id., p. 46.

⁽¹⁶²⁾ Id., pp. 48-49.

«liberalizante» da reforma nalguns países (em particular: Polónia, Hungria), se verificaram práticas de carácter «monopolista», em particular a nível de grandes empresas ou «uniões», que impuseram a adopção de legislação contra «lucros ilícitos», obtidos por via da manipulação de preços.

Não é de estranhar, em conclusão, que a partir de 1971-73, conforme os países, se tenha vindo a efectuar um certo retrocesso na aplicação das reformas, reaproximando o sistema do modelo centralizador, ainda que corrigidas muitas anomalias de pormenor. O facto é que, perante os problemas novos decorrentes da introdução das medidas reformistas, o sentido geral das acções tomadas foi o de efectuar correcções por via administrativa — e isso é parte essencial da lógica do sistema de planificação central.

5. Resta enfim examinar aquilo que hoje é corrente designar como «socialismo de mercado», modelo com características próprias que o identificam e diferenciam claramente dos modelos «capitalista» e «de planificação central». Embora muitos autores incluam neste modelo quer o «sistema jugoslavo» de autogestão, quer o «sistema húngaro», e independentemente do interesse muito particular que teria uma cuidadosa análise do primeiro, pela nossa parte escolhemos examinar apenas o segundo, por se tratar de um exemplo teoricamente muito mais consistente, e praticamente muito mais «controlado» e eficiente — no sentido económico, controverso mas preciso, de «eficiência» —. Bastaria constatar que, após mais de 30 anos, o sistema jugoslavo não conseguiu resolver o problema do desemprego e da emigração em massa, para desde logo nos interrogarmos sobre as virtudes de tal «socialismo».

Que especial configuração tiveram então as reformas húngaras que nos possam hoje levar a falar de um terceiro modelo de «sistema económico» (obviamente, no que se refere a economias industrializadas: não queremos entrar no campo da «antropologia económica»)?

Antes de enunciar as características fundamentais da reforma húngara, é importante referir que a Hungria foi o único país em que se procedeu a uma reforma «em bloco»: em 1 de Janeiro de 1968 entrou em funcionamento aquilo a que desde então se passou a chamar, talvez por inspiração da NEP de Lenine, o Novo Mecanismo Económico (NME) ⁽¹⁶³⁾.

⁽¹⁶³⁾ Uma observação curiosa: «Na terminologia utilizada pelos economistas húngaros o adjectivo “económico” (instrumentos ou meios económicos, reguladores económicos, cálculo económico) corresponde na realidade aos adjectivos “monetário”

E este englobava não só a reforma do sistema de preços (que foi feita, mais tarde ou mais cedo, também nos outros países, ainda que nestes muito menos ambiciosa — excepto talvez na RDA), mas uma reforma de todo o sistema «de relações das empresas com a economia nacional». Esta expressão, fomo-la buscar à citação de Liberman que fizemos acima (v. p. 169), para assinalar que, excepto no caso húngaro (e na Checoslováquia pré-1968), aquilo que se fez foram, no essencial, reformas dos índices, associadas a um ajustamento geral dos preços por grosso.

É também útil desde já, ainda que à custa de uma longa citação, dar-mo-nos conta da concepção teórica do NME, e de como os seus promotores pretenderam opor uma nova lógica à lógica da «planificação central». Diz Csikós-Nagy: «O sistema húngaro de controlo económico apoia-se na hipótese dual segundo a qual, por um lado, não pode haver desenvolvimento económico orientado sem planificação governamental e controlo planificado, e, por outro, não é concebível uma organização económica racional sem o funcionamento e a função verificadora do mecanismo do mercado. Foi no interesse de um comportamento racional da empresa que restaurámos a unidade dos processos de produção e venda, anteriormente cortados um do outro, que aumentámos a autonomia da empresa e colocámos a actividade da empresa na base do interesse nos lucros, na tomada de riscos e na responsabilidade. As empresas são crescentemente orientadas por julgamentos de valor mercantis [*market value judgments*]»⁽¹⁴⁾. E mais adiante: «A lógica da regulação planificada do mercado difere radicalmente da do mecanismo de instruções planificadas. Sob o mecanismo caracterizado por instruções do Plano, o processo de realização está separado do processo de produção: o Estado prescreve o volume de produção e também assume o risco de produzir; a realização está deste modo assegurada para a empresa. O que é produzido como valor de uso, pode ser contabilizado como resultado da produção a preços contabilísticos, mesmo que parte dos produtos não possa ser realizada [i. e. vendida — JMP], ou não o possa aos preços oficiais. Assim, o elemento constante para a empresa é a *segurança de realização*. Como as condições de mercado variam, em regra, o Estado neutraliza essas variações mudando continuamente os reguladores financeiros. Isto é conseguido por

ou "financeiro". Este desvio semântico parece reflectir a preocupação dos teóricos em evitar pôr demasiado em foco as categorias mercantis» (CHEVALIER [1948]-2, p. 37). Uma das poucas excepções a esta regra é o economista L. Faluvégi, que utiliza correntemente a expressão «reguladores financeiros» (v. FALUVEGI [1974] e [1976]).

(14) CSIKÓS-NAGY [1970], p. 162.

meio de adequado planeamento financeiro, colectando os lucros originados nas empresas e cobrindo as perdas por via orçamental. *A lógica da regulação planificada do mercado é precisamente a oposta*: aqui os processos de produção e realização são sintetizados num processo de produção uniforme. O risco das decisões económicas é dividido entre o Estado e as empresas de acordo com a divisão de competências. Segue-se que, como regra, os efeitos de alterações nas condições de mercado sobre a empresa não podem ser neutralizados. O mecanismo de mercado tem de actuar como uma sanção [positiva ou negativa, em inglês *check* — JMP] da actividade da empresa»⁽¹⁶⁵⁾. O problema situa-se finalmente naquela «divisão de competências»; ou seja na criação de um sistema de relações entre Estado e empresas que permita a estas uma larga margem de decisão independente, por reacção ao mercado, tal que se verifique o verdadeiro objectivo: «Sob condições adequadas, a motivação do lucro estabelece uma harmonia entre os interesses sociais, da empresa e individuais, mobiliza e estimula as energias da empresa e individuais no sentido dos interesses sociais»⁽¹⁶⁶⁾. São precisamente essas *condições adequadas* que o NME se propõe estabelecer. Vejamos como.

Poderemos considerar como aspectos centrais da reforma húngara os seguintes cinco:

- 1) Fim do sistema de abastecimento técnico-material.
- 2) Liberalização das decisões de investimento.
- 3) Reforma *geral* do sistema de preços, com uma importante zona de «preços livres» e um cálculo dos preços administrativos (fixos) segundo uma fórmula dita «a dois canais».
- 4) Plano central apenas parcialmente imperativo. No restante, «plano-orientador» não desdobrado em planos atribuídos às empresas, com regulação por «incentivos indirectos».
- 5) Redefinição da posição da Hungria na «divisão internacional do trabalho», inclusive com os países capitalistas.

Embora intimamente ligados, e relevando todos de uma mesma lógica, examinaremos estes pontos um por um.

⁽¹⁶⁵⁾ CSIKÓS-NAGY [1970], pp. 164-165.

⁽¹⁶⁶⁾ FALUVEGI [1976]), p. 20.

Vimos o papel decisivo que desempenhava, e continuou a desempenhar, no sistema de planificação central, o famoso *Mattekhsnab* ou sistema centralizado de aprovisionamento técnico-material, pelo qual cada empresa se vê designar os seus fornecedores e clientes, com quantidades e preços fixados. Tal sistema foi simplesmente abolido na Hungria pela reforma de 1968: um aspecto importante «da autonomia das empresas decorre do facto de que o princípio da afectação automática dos bens de produção [e também de destino dos produtos — JMP] em função das normas do Plano foi suprimido e substituído por mecanismos de trocas comerciais entre as empresas, fundadas sobre relações mercantis directas e, em geral, livres. Segue-se que as empresas são livres de escolher os seus fornecedores e de vender directamente a sua produção às empresas utilizadoras ou de a exportar por intermédio de empresas especializadas no comércio externo (certas empresas estão mesmo autorizadas a comerciar directamente com o exterior)»⁽¹⁶⁷⁾. Para se ter uma ideia do ponto a que se pode falar de *abolição*, bastará referir que a reforma de 1968 apenas manteve a afectação central de 2 produtos (um dos quais a carne), embora, para certos produtos ou matérias-primas básicas, em número reduzido, se tenham fixado «quotas de aquisição» ou designado um fornecedor exclusivo⁽¹⁶⁸⁾.

No que respeita às decisões de investimento, foi intenção dos reformadores transferir gradualmente para as empresas uma parte considerável dessa capacidade de decisão, que se pode desdobrar em pelo menos dois aspectos essenciais. Com efeito, decidir sobre um investimento implica uma escolha quanto ao *projecto* concreto e uma capacidade para o *financiar*. No que respeita ao primeiro ponto, veremos de seguida que os planos empresariais, e em particular os planos de investimentos, deixaram de ser o resultado de uma simples desagregação do plano central e, nessas condições, excluídos os grandes projectos de «vocação» central e os que implicam a criação de novas unidades/empresas, as empresas passaram a ser livres de decidir que projectos lhes interessa executar, os quais *em princípio*, dentro da lógica do novo sistema, deverão ser os que proporcionem uma maior rendibilidade. Já quanto à segunda questão, a do financiamento, o sistema é necessariamente mais restritivo mas, também em princípio, não o será finalmente muito mais que numa economia de mer-

⁽¹⁶⁷⁾ CHEVALIER [1978]-2, p. 36.

⁽¹⁶⁸⁾ CSIKOS-NAGY [1976], pp. 42-44. Este artigo contém um quadro em que se mostra como o número de produtos (ou grupos de produtos) sujeitos a regulação central evoluiu de 1968 a 1976.

cado com uma banca fortemente concentrada e um sector público poderoso e interveniente. De facto, a criação de um «fundo de desenvolvimento da produção» a partir do lucro, a nível das empresas, e bem assim a sua liberdade contratual (que lhes permite em muitos casos estabelecer ou acordar preços de venda, e, por exemplo, decidir exportar, com elevados benefícios, numa situação de inflação mundial), dá às empresas uma importante capacidade de autofinanciamento. Por outro lado, se é certo que o recurso —incentivado pelas reformas— ao crédito bancário pode ser (e crê-se que tem sido) um meio de controlo e de orientação por parte do Estado no que toca à natureza dos investimentos a realizar, não é menos certo que o critério de apreciação dos pedidos de crédito, dentro da lógica do sistema, é, ainda aqui, o da rendibilidade esperada. Enfim, subsiste quase sempre um recurso marginal a subvenções do Estado que, embora possam ser em reduzida percentagem do investimento, nem por isso deixarão de constituir um meio adicional de controlo e eventual dissuasão. Se se admitisse que, em todo este esquema, não subsistiam vestígios de pressões administrativas ou de relações de «poder», não há razão para não reconhecer que ele poderia ser perfeitamente conforme com a teoria do «mercado regulado».

Para dar uma ideia das perspectivas iniciais da reforma, basta referir que «em 1967, os autores das reformas a entrar em vigor no ano seguinte pensavam que a proporção dos investimentos produtivos decididos e financiados centralmente caíria a cerca de 35 % em 1976. Se se considerasse, não o volume dos investimentos produtivos, mas o número de projectos de investimento, eram apenas 10 % das decisões que deviam manter-se centralizadas [dado o maior valor unitário dos investimentos centralizados — JMP]»⁽¹⁶⁹⁾.

Chegamos agora ao elemento nuclear da reforma, ou seja, o novo sistema de preços. É evidente que num sistema em que o critério básico das decisões económicas das empresas é o lucro, o sistema de preços é um elemento determinante da «afecção de recursos», pois é em função deles que são efectuados os cálculos relativos à gestão e ao investimento. Como já vimos, o debate sobre o papel dos preços e o seu «conteúdo informativo» foi justamente um dos «pontos quentes» do debate geral sobre as reformas a introduzir no sistema de planificação central. Foi nele que se confrontaram, e que de algum modo se procuraram articular, os conceitos da teoria marxista do valor (valor-trabalho, preços de produção,

⁽¹⁶⁹⁾ CHEVALIER [1978]-2, p. 71, nota 38.

valor socialmente necessário) e os conceitos da «teoria económica ocidental» (preços óptimos, preços marginais, custos de oportunidade). Na realidade, adoptada a categoria «lucro» (ou «rendimento social líquido») como aferidor de eficiência e componente dos preços, a discussão centrou-se sobre a questão seguinte: na formação dos preços, qual a base em que devia assentar a determinação do lucro? Afrontaram-se sobretudo 3 teses: o lucro deveria ser uma percentagem dos custos salariais (preços da forma «valor» de Marx); o lucro deveria ser proporcional aos activos fixos e circulantes («preços de produção» de Marx); o lucro deveria ser proporcional aos custos de produção. Na prática, as soluções adoptadas nos diversos países não foram comuns, mas relevaram muito mais do pragmatismo do que de uma «racionalidade» definida uma vez por todas, «racionalidade» essa que era a defendida pelos economistas matemáticos mais radicais, para quem o sistema de preços que pudesse fundar decisões «óptimas» no plano da afectação de recursos só poderia resultar de uma programação matemática — e restava ainda o problema da articulação entre os «preços óptimos» para efeitos de cálculo e o sistema *real* de preços (e salários).

No caso húngaro adoptou-se um sistema de preços que combinava os dois primeiros tipos acima indicados: aos custos de produção adicionava-se uma «taxa sobre o capital» (5% do valor bruto do activo fixo e sobre o valor médio do activo circulante), e uma «taxa sobre os salários» (25%, repartida em 17% para o fundo do seguro social e 8% de taxa sobre os salários propriamente dita). Este sistema é conhecido como «sistema de preços a dois canais» e, como veremos, permite uma grande flexibilidade. De qualquer modo, ainda neste caso, «os cálculos que serviram de base a estas taxas foram aproximados e rudimentares em muitos aspectos»⁽¹⁷⁰⁾. Mas esta questão diz naturalmente respeito ao conjunto de preços que continuou a ser fixado centralmente. De facto, a reforma húngara introduziu dois outros tipos de preços: preços limitados e preços livres. A primeira destas categorias subsistiu pouco tempo, já que os preços nela incluídos rapidamente se fixaram no limite máximo estipulado e passaram praticamente a funcionar como preços fixos. Quanto aos preços livres, a gama de produtos abrangida foi muito ampla, no que se refere aos «preços ao produtor», e muito mais estreita no respeitante aos «preços

⁽¹⁷⁰⁾ ASSELAIN & BONCOEUR [1978], p. 152.

ao consumidor»⁽¹⁷¹⁾). Resta dizer que, mesmo no caso dos preços livres, o Plano central fixa os limites máximos do aumento médio dos preços livres: é dentro desta média que, por concertação entre as empresas e os ministérios, se situa a margem de flexibilidade.

Ainda quanto ao sistema de preços, há que focar uma outra preocupação central dos reformadores húngaros, que se compreende pela importância do comércio externo no produto nacional (aquele representa em média 50 % do PNB húngaro): a articulação do sistema de preços interno com os preços internacionais. A resolução do Partido Socialista Operário Húngaro de 7 de Maio de 1966, o verdadeiro ponto de partida das reformas, estipulava: «O novo mecanismo deverá estabelecer estreitas relações entre os mercados interno e externo. Ele deve fazer com que aumente a influência dos mercados externos sobre a produção e os consumos nacionais»⁽¹⁷²⁾. E em 1975, já sob os efeitos da crise ocidental, o XI Congresso afirmava: «As alterações duráveis de preços do mercado mundial devem repercutir-se na medida economicamente necessária sobre os preços internos à produção de modo a melhorar a eficiência económica»⁽¹⁷³⁾. Na realidade, a reforma, neste campo, foi relativamente prudente, limitando-se a introduzir, para as operações com o exterior, os chamados «multiplicadores de comércio externo», que correspondem de facto a uma taxa de câmbio «desvalorizada», tendente a fomentar as exportações. Mas, de um modo geral, no tocante às importações, a indústria manteve-se largamente protegida, suportando o Estado os diferenciais de preços internos e externos, ainda que o mecanismo de protecção fosse variável segundo os sectores e os bens a importar. A situação alterou-se profundamente, como veremos, após a crise de 1973. Mas este é um assunto de permanente debate, muitos economistas considerando que o objectivo a atingir é a livre convertibilidade do *forint*⁽¹⁷⁴⁾. Para dar uma

(171) Em 1974, 34 % do volume da produção industrial obedecia a preços fixos, 64 % tinha preços livres e subsistia 2 % com preços limitados. Inversamente, para os preços ao consumidor, 65 % do volume de vendas tinha preço fixo e 35 % preço livre. O objectivo inicial da reforma era atingir em 1975 uma liberalização a 50 % dos preços ao consumidor, o que não foi atingido (CHEVALIER [1978], pp. 53 e 55).

(172) CHEVALIER [1978], p. 58.

(173) *Id.*, *id.*

(174) Por ex.: «Num estado ulterior de desenvolvimento, aumentarão os esforços para atingir a convertibilidade» (TIMAR [1973], p. 289); «Temos de nos concentrar no reforço dos factores que favoreçam a convertibilidade» (CSIKÓS-NAGY [1970], p. 168). Estes dois autores são: o primeiro, J. Timár, Governador do Banco Central da Hungria; o segundo Csikós-Nagy, presidente do Gabinete húngaro das matérias e dos preços.

ideia do ponto a que muitos deles se aproximam das teses ocidentais sobre o efeito «racionalizador» de uma economia totalmente aberta ao mercado mundial, basta a seguinte citação: «Contudo, para uma economia aberta como a húngara, podemos realisticamente levantar a questão: como evoluiria a estrutura de *inputs* de um produto, sector ou ramo, o que aconteceria à sua rendibilidade se, em lugar de preços fortemente autárquicos, os diferentes recursos fossem avaliados com base nos preços de um dado mercado externo? Um tal cálculo alteraria só por si a produção, a estrutura de *inputs*, a rendibilidade, a produtividade para um dado ano?»⁽¹⁷⁵⁾. E o autor conclui que um tal cálculo, a serem os seus efeitos «reconhecidos» pelos gestores económicos, «proporcionaria um incentivo indirecto para a mudança no plano material, tecnológico, do *input* (...), [além de que] também afectaria a política de investimento, inspirando uma nova afectação de capital fixo e trabalho»⁽¹⁷⁶⁾.

O quarto aspecto característico das reformas foi o novo papel atribuído ao Plano central e o dispositivo «indirecto» posto em prática no sentido de levar as empresas, dotadas de maior autonomia, a não se afastarem dos objectivos planificados. «A função de orientação geral do Plano é não só essencial mas exclusiva: como o enunciam os autores húngaros, o plano é o *regulador da macroestrutura e o mercado o da microestrutura*, o que significa que deixou de haver índices imperativos para a empresa, que esta elabora o seu plano em total autonomia»⁽¹⁷⁷⁾. Segundo outro autor: «A principal característica do sistema húngaro de planificação, que o distingue fundamentalmente dos que vigoram nos outros países do CAEM é que os planos das empresas não resultam de uma “desintegração” [*éclatement*] do plano nacional. O plano de Estado e os planos das empresas são elaborados de forma coordenada mas as empresas preparam os seus planos de modo relativamente autónomo no sentido em que não são obrigadas a ter em conta senão as decisões governamentais que directamente lhes dizem respeito (por ex. a realização de um investimento importante) e, naturalmente, o conjunto dos reguladores económicos»⁽¹⁷⁸⁾. De notar que uma das obrigações impostas centralmente às empresas é o cumprimento de acordos comerciais com os outros países do CAEM (nomeadamente as exportações para esses países), no que directamente lhes diga respeito.

⁽¹⁷⁵⁾ GLATTFELDER & MATEFFY [1971], p. 105.

⁽¹⁷⁶⁾ Id., p. 106.

⁽¹⁷⁷⁾ LAVIGNE [1975], p. 28.

⁽¹⁷⁸⁾ CHEVALIER [1978]-2, p. 63.

Nestas condições, é patente a importância conferida ao sistema de «reguladores económicos» e de controlo das actividades das empresas, sendo certo que «todo esse controlo não incide sobre a execução do plano mas sobre o grau de eficiência das empresas»⁽¹⁷⁷⁾. O dispositivo global da regulação indirecta (para além da função selectiva, que já referimos, da concessão de meios de financiamento) repousa no princípio de que, se o sistema de preços estiver adequadamente estruturado, a atribuição à empresa de uma parcela considerável dos lucros que efectuar (em particular para efeitos de prémios e de autofinanciamento) incitá-la-á a fixar-se como objectivo prioritário a maximização do lucro, logo dos fundos de participação e de investimento, e, com isso, a cumprir *indirectamente* os objectivos do planificador (que foi, para fechar o circuito, quem estabeleceu ou fixou as regras desse mesmo sistema de preços). O planificador pode mesmo ir mais longe — e foi-o no caso húngaro — e fixar as normas de repartição do fundo de participação, ou de prémios, de modo a estimular uma «diferenciação salarial», reputada indispensável como incentivo à produtividade e ao interesse pelo trabalho e pela promoção. Assim, na Hungria, a reforma de 1968 determinou que, na repartição do fundo de participação, os dirigentes empresariais pudessem receber «adicionais» até um limite de 80 % do salário-base, que os quadros intermédios pudessem ir até 50 %, e os trabalhadores não pudessem exceder 15 % (sendo que estes últimos, em número, representavam cerca de 90 % do total de empregados na indústria)⁽¹⁷⁸⁾.

De um modo geral, o sistema de «regulação» incide sobre os lucros e os salários e envolve todo um mecanismo de repartições, de impostos e normas, traduzido em numerosas fórmulas, diferenciadas segundo os sectores. Resumidamente, o lucro obtido pela empresa é repartido pelo «fundo de participação» e pelo «fundo de desenvolvimento» em função da intensidade capitalística do sector. Segundo a reforma de 1968, 60 % do fundo de desenvolvimento é entregue ao Estado, como imposto, e, quanto ao fundo de participação, a taxa de imposto é variável (entre 0 e 70 %) em função da relação entre o montante do fundo e a massa salarial. Para além disto, existe igualmente uma regulação salarial que impõe às empresas um limite de aumento do salário-médio (4 % segundo a

(177) CHEVALIER [1978]-2, p. 69.

(178) Dada a forte reacção havida, logo em 1969 este esquema foi alterado: máximo de 25 % para todos, mas com «prémios especiais» para os quadros superiores em caso de lucros importantes (v. NOVE [1970], p. 346; LAVIGNE [1975], p. 48; CONNOR [1975], p. 123).

reforma de 1968). Resta apenas acrescentar que o fundo de participação se não destina unicamente a «prémios» mas também a fins de ordem social: financiamento de habitação, criação de lares para trabalhadores, formação profissional, iniciativas culturais, desportivas, recreativas, etc.

Finalmente, é do jogo combinado de directivas ou orientações centrais (que se procurou minimizar), do controlo dos meios de financiamento, e do mecanismo de reguladores, jogo esse que visa assegurar uma «saúdável» repartição dos fundos líquidos gerados entre as empresas, os trabalhadores e o Estado — o que depende em primeira análise da «correção» do sistema de preços, que não deve originar comportamentos «anómalos» —, que deverá resultar o êxito do «novo mecanismo económico».

Quanto à última característica da reforma, relativa à inserção da economia húngara na «divisão internacional do trabalho», já no essencial nos referimos a ela quando descrevemos as preocupações centrais no domínio dos preços, ou seja, a relação preços internos/preços mundiais.

Estão assim definidos os traços fundamentais do «novo mecanismo económico» tal como foi concebido pelos reformadores húngaros e posto em prática a partir de 1968. Cremos ter conseguido dar uma ideia suficientemente clara quanto à radical diferença de filosofia (e de «ousadia») entre este sistema e o sistema de «planificação central» que, como vimos, não foi na sua essência alterado com as reformas introduzidas nos outros países do Leste europeu.

Contudo, este sistema de «socialismo de mercado» conta hoje mais de 10 anos de funcionamento. Em 1971, e sobretudo em 1975, por ocasião do lançamento do 5.º Plano 1976-80, foram-lhe introduzidas apreciáveis alterações, e existem numerosos artigos de autores húngaros que as explicam e comentam, passando em revista os resultados positivos e negativos verificados na prática⁽¹⁵¹⁾. Outros especialistas, ocidentais, muitos deles francamente favoráveis aos princípios do novo sistema, dão-nos testemunhos e informações, que nos permitem completar um juízo sobre a sua evolução.

Vejamos em primeiro lugar o balanço geral dos aspectos positivos do NME, segundo os próprios responsáveis húngaros. «Provou-se que o controlo central da nossa economia socialista pode ser solucionado na

(151) Entre outros: FALUVÉGI [1974] e [1976], BIHARI [1974], GADÓ [1976], TIMAR [1973] e [1976], CSIKÓS-NAGY [1970], [1973], [1974], [1975] e [1976], REVESZ [1972] e [1974], SZIKSZAY [1976], TALLÓS [1976], SZEGÓ [1972], NYERS [1976], BALASSA [1973].

sua maior parte com o auxílio de medidas indirectas; de facto com as nossas disponibilidades de recursos, isto conduz a melhores resultados do que o sistema baseado em instruções detalhadas. (...) A “pesada” afectação central de meios de produção foi, na maioria das áreas, substituída pelo comércio. A separação rígida entre actividades produtivas e comercialização cessou. (...) Desenvolveram-se relações de produção racionais, quer no mercado interno quer nos mercados externos. (...) De um modo geral, o princípio de que os preços se deviam aproximar das proporções de valor, e que deveria ser desenvolvido um sistema de preços flexível que desse lugar, num âmbito bem definido e devidamente controlado, ao jogo da oferta e de procura, resistiu à experiência. (...) O sistema de motivação pelo lucro suportou geralmente o teste e provou ser um poderoso estímulo ao trabalho dos dirigentes e colectivos das empresas. (...) As empresas aproximaram-se dos mercados, puderam sentir mais imediatamente as exigências, a concorrência e o nível dos mercados externos, e tudo isso provou ser um útil factor de promoção»⁽¹⁸²⁾. Em resumo, «se medirmos os resultados do novo sistema de controlo económico e gestão pelos dados dos últimos cinco anos, o balanço pode considerar-se definitivamente positivo»⁽¹⁸³⁾. E o mesmo autor aponta que, nestes 5 anos, a taxa de crescimento do rendimento nacional atingiu uma média anual de 6,1 %, contra a média de 5,2 % nos sete anos anteriores. Outro autor, referindo-se ao período de execução do Plano para 1971-75, assinala que «as tarefas mais importantes (fixadas como objectivos) da política de nível de vida, foram concluídas com êxito. O consumo pessoal aumentou cerca de 28 % nos últimos 5 anos. O aumento quantitativo foi também acompanhado por uma considerável melhoria na qualidade. O aparecimento de novos produtos, o alargamento da gama de bens e serviços e, em geral, uma proporção crescente de produtos modernos e mais apreciados promoveu uma adequada satisfação de procuras diferenciadas»⁽¹⁸⁴⁾. Enfim, «ficará para as futuras gerações o juízo sobre o papel dos novos métodos de controlo e gestão planificados, mas é já indiscutível que a história económica considerará a reforma do sistema de gestão económica iniciada em 1968 como de extraordinária importância, ainda que a cabal confirmação [dos seus méritos] exija mais tempo e mais ajustamentos do que se havia suposto»⁽¹⁸⁵⁾.

⁽¹⁸²⁾ TIMAR [1973], pp. 278-281.

⁽¹⁸³⁾ Id., p. 277.

⁽¹⁸⁴⁾ SZIKSZAY [1976], p. 26.

⁽¹⁸⁵⁾ FALUVÉGI [1976], p. 20.

Esta última breve reserva introduz-nos, de imediato, nas interrogações levantadas quanto aos aspectos negativos surgidos com a reforma. E é o mesmo autor que, justamente, na sequência do mesmo texto, nos vai dar um panorama geral desse lado negativo, que adiante examinaremos com mais pormenor. O autor examina três ordens de dificuldades patenteadas no decurso dos primeiros sete anos de aplicação do NME. A primeira diz respeito em boa parte à própria concepção e dispositivos do mecanismo, e bem assim à sua adequação a condições que nem sempre corresponderam ao que inicialmente fora previsto: «Não se desenvolveram as condições de uma sã competição, nem mesmo no caso de capacidades paralelas internas, pelo que os seus supostos efeitos benéficos se não puderam verificar (...) A concorrência do mercado internacional não estimula suficientemente a melhoria da qualidade e de tecnologia, [entre outras coisas porque] não regulámos suficientemente a procura e porque os fenómenos de uma economia de escassez persistem no nosso sistema (...). O papel orientador dos preços, depois de um temporário reforço, enfraqueceu cada vez mais. [Não só] não se acentuou a perspectiva de “proprietário” por parte dos trabalhadores, [como] os dirigentes das empresas foram incapazes de reconciliar os interesses de hoje com os de amanhã: a visão de longo-prazo ainda não se expandiu suficientemente. [Além disso] os reguladores não estimularam suficientemente uma eficiente economia de trabalho; o sistema de regulação do salário médio induziu pelo contrário uma economia do trabalho demasiado descontrolada [*loose*]. Os encargos de capital foram demasiado altos, e em comparação com eles os encargos sobre o trabalho vivo demasiado baixos, ainda que se devesse ter sabido prever — e alguns exprimiram esse conhecimento — que o trabalho se tornaria escasso na nossa economia»⁽¹⁸⁶⁾. A segunda ordem de dificuldades tem que ver com a inércia social, ou seja, com os problemas de transformação da consciência social, «quer nas empresas, quer nas instituições de controlo», transformação que «não pode ter lugar de um dia para o outro». «Vemos a cada passo que no nosso pensamento e frequentemente nos próprios dispositivos de regulação o velho e o novo estão ambos presentes. Estão tão imbricados que nem sempre é possível distinguir se se trata de vestígios do passado se de contradições internas do novo sistema de regulação»⁽¹⁸⁷⁾. Enfim, a última questão refere-se à incapacidade de adaptação do sistema às «alterações nas condições externas que entretanto se produziram, e não exactamente

⁽¹⁸⁶⁾ FALUVÉGI [1976], p. 21.

⁽¹⁸⁷⁾ Id., p. 22.

como tinham sido previstas»⁽¹⁸⁸⁾. Trata-se da crise do sistema capitalista mundial, desencadeada a partir de 1973. Os termos de troca agravaram-se substancialmente para a economia húngara no seu conjunto, quer com os países capitalistas quer com os países socialistas. Ora sucede que «acreditámos que era possível proteger a economia húngara da influência das relações de preço no mercado mundial sobre os preços internos. Então, as perdas no comércio externo foram cobertas pelo orçamento, enquanto as empresas e a população puderam continuar a comprar os bens importados aos preços antigos. (...) A microeconomia nem sequer se deu conta daquelas alterações»⁽¹⁸⁹⁾.

Temos assim o panorama geral dos aspectos negativos, ou melhor, das deficiências no funcionamento do NME, a que as medidas de 1975 vieram tentar dar resposta. Se excluirmos o último ponto focado (os efeitos da protecção relativamente ao mercado mundial), a crítica mais frequentemente presente em outros artigos de especialistas húngaros traduz-se em expressões como «o trabalho é barato para as empresas e a tecnologia é cara»⁽¹⁹⁰⁾ ou «o trabalho é "barato", o capital é "caro" no nosso país»⁽¹⁹¹⁾, afirmações produzidas a seis anos de distância uma da outra. Não é, pois, de estranhar, que tenha sido neste ponto, como vemos, que foram mais substanciais as modificações introduzidas.

Vejamos então, com mais pormenor, quais os efeitos concretos que os erros ou a rigidez do novo sistema trouxeram a lume, impondo uma apreciável revisão.

Em primeiro lugar, verificou-se um *sobreinvestimento*, nem sempre concordante com os objectivos do planificador. «Não conseguimos evitar que arranquem investimentos injustificados financiados por fundos das empresas, nem que os custos adicionais que daí vêm a resultar, devido a "sub-planificação" [*underplanning*], aumentem a tensão existente [no domínio dos recursos financeiros disponíveis — JMP]. Em certos sectores, as fronteiras entre autoridades esvairam-se, não podendo as responsabilidades ser satisfatoriamente definidas»⁽¹⁹²⁾. E o mesmo autor acrescenta: «Ao regular os incentivos materiais, em lugar de iniciar novos investimentos, deveria ser privilegiada a conclusão de projectos. O nosso sistema actual não estimula esta suficientemente, o que con-

(188) FALUVÉGI [1976], p. 22.

(189) Id., p. 23.

(190) CZICÓS-NAGY [1970], p. 162.

(191) REVESZ [1976], p. 295.

(192) TIMAR [1973], p. 281.

tribui para a dissipação de fundos e para o crescimento do stock de projectos incompletos»⁽¹⁹³⁾. Um autor ocidental precisa este ponto com alguns números: «[Deu-se] uma “explosão” dos investimentos e dos custos de construção: de 1968 a 1971 o volume de investimentos subiu de 36 %, e a sua parte no Produto Nacional Líquido passou de 32,2 a 37,7 %, ultrapassando sempre os objectivos planificados»⁽¹⁹⁴⁾. É certo que logo em 1971 foram tomadas medidas para contrariar esta tendência, vindo a conseguir-se que, para o período 1970-75, a taxa média de crescimento do investimento se tenha situado em 6,2 %⁽¹⁹⁵⁾. Simplesmente, e aqui passamos ao segundo ponto, ainda que o «sobreinvestimento» tenha podido ser *quantitativamente* controlado, manteve-se uma grande pressão sobre o *emprego*: mais precisamente, verificou-se que, contrariamente a um dos grandes objectivos da reforma — passar da fase de desenvolvimento extensivo à fase de desenvolvimento intensivo — se processou um fenómeno de «sobreemprego» que, no plano económico, viciou a «eficiência» do investimento, a economia de recursos e os planos de aumento acelerado da produtividade. Révész expõe o problema com muita clareza, atacando-se particularmente ao aspecto da «regulação do salário-médio», que tem aqui um papel essencial: de acordo com o sistema vigente «concretamente, substituir por máquinas trabalhadores com altos salários é extremamente vantajoso [para a empresa, para os trabalhadores não substituídos], enquanto a mecanização afectando trabalhadores com baixos salários é desvantajosa para os rendimentos dos trabalhadores que se mantêm na empresa (...) [ou seja] esta regulação retarda a mecanização do trabalho precisamente dos trabalhadores não qualificados ou semi-qualificados e promove a dos mais bem pagos. Isto é contraditório com a tarefa de modernizar e intensificar a tecnologia de produção e a gama de produtos, o que é uma exigência objectiva e actual na fase já atingida de desenvolvimento económico. Ao mesmo tempo, isto é também uma pré-condição para uma participação mais efectiva na divisão internacional do trabalho»⁽¹⁹⁶⁾. De facto, como vimos, no sistema inicial (1968), as empresas viam-se fixar um limite para o aumento do salário médio. A partir de Janeiro de 1971, as empresas são sujeitas a uma taxa sala-

(193) TIMAR [1973], p. 288.

(194) ASSELAIN [1978], p. 154.

(195) Sobre o 1.º ponto v. BALASSA [1973], p. 344; sobre o 2.º, v. NYERS [1976], p. 14.

(196) RÉVÉSZ [1972], p. 297.

rial progressiva sobre o aumento do salário médio, que é função da relação entre esse aumento e o rendimento «per capita» na empresa. Num caso como noutro, as empresas têm interesse, de um modo geral, em alterar a composição do seu quadro de pessoal no sentido de baixar o salário-médio, quer dispensando trabalhadores com altos salários, quer admitindo trabalhadores para os níveis salariais mais baixos. Segundo aquele autor, «pode calcular-se que, supondo lucros constantes, se trabalhadores com um salário duplo do valor médio da empresa a deixam, cerca de metade da economia feita na massa salarial é liberta para aumentos nos salários dos trabalhadores que nela permanecem (...) É óbvio que o colectivo da empresa está interessado em tirar partido de tais oportunidades de aumentos salariais»⁽¹⁹⁷⁾. Este problema só vem naturalmente agravar a questão da «escassez de trabalho» que, segundo Timár, já há muito fora prevista, dada a rigidez da oferta e as necessidades crescentes decorrentes do processo de desenvolvimento: «A escassez relativa de trabalho, a fonte básica do crescimento económico, torna cada vez mais difíceis quer iniciativas economicamente eficientes e socialmente importantes quer a utilização das capacidades existentes: *a escassez de trabalho tornou-se geral*. Em tal situação, as empresas e outras organizações competem com crescente intensidade por trabalhadores. Isto, em si, não causaria problema, se as actividades da empresa fossem suficientemente reguladas por exigências de rentabilidade e eficiência. Não sendo assim, no entanto, a competição por trabalhadores aumenta irrealisticamente a procura e agrava a escassez. (...) [Ora] a política económica húngara não pôde adaptar-se a tempo e adequadamente à situação previsível do mercado de emprego: *foi incapaz de regular e controlar a procura de trabalho satisfatoriamente*»⁽¹⁹⁸⁾.

Segundo ele, as empresas, já não apenas pelas razões acima, mas como «reserva interna» (na sua própria expressão) para futuras necessidades, tendem a «reter trabalhadores excedentários, e tanto mais quanto maior a escassez, [quando] deveriam dispensar trabalhadores que não lhe servem ou que são supérfluos, deste modo aumentando a oferta, o que permitiria a satisfação da procura em actividades a ser desenvolvidas»⁽¹⁹⁹⁾. Pior: «Dispomos de escassa informação sobre quais os sectores em que existe excesso de trabalho. (...) E se as exigências

⁽¹⁹⁷⁾ REVESZ [1972], p. 297.

⁽¹⁹⁸⁾ TIMAR [1976], pp. 123-126.

⁽¹⁹⁹⁾ Id., pp. 128-130.

de rendibilidade e a eficiência não estimulam — ou forçam — as empresas a revelar e eliminar esse excesso, e mais ainda, se a intervenção externa — central ou regional — põe em perigo as suas reservas ciosamente guardadas, elas não só tentam reter trabalhadores mas também os escondem cuidadosamente»⁽²⁰⁰⁾. Ora, «segundo várias estimativas este trabalho perdido [por trabalhadores supérfluos] atinge uma ordem de 5-25 % do fundo de tempo de trabalho total. Os dirigentes responsáveis pela gestão do emprego na Hungria calculam esta reserva em 10-15 % em média nacional, por vezes mesmo em 20-25 %»⁽²⁰¹⁾.

Sobreinvestimento, por um lado, mas também sobreemprego, por outro, resultam naturalmente dum inteligente aproveitamento pelas empresas de um sistema de incentivos que a isso as incita, mas revela obviamente um surpreendente à-vontade na disponibilidade de fundos. E aqui chegamos ao terceiro efeito do NME, intimamente associado aos anteriores, ainda que mais directamente ligado ao sistema de preços: deu-se um deslocamento pronunciado na repartição do «produto social líquido» entre as empresas e o Estado, tendo aquelas realizado, na expressão de um autor, lucros «anormalmente elevados» e este, ao contrário, sentido uma forte diminuição relativa das suas disponibilidades. Mas, pior do que isso, constata-se que, por deficiências próprias do NME, naturalmente aproveitadas, esses importantes lucros das empresas não se repartiram de acordo com a «eficiência» relativa das mesmas, mas por factores circunstanciais que vieram a distorcer as intenções dos reformadores. Oicamos alguns depoimentos sobre este ponto, nos quais encontraremos, explícitas ou implícitas, algumas das origens destes lucros excessivos ou deficientemente repartidos: «Enquanto certos preços individuais contêm demasiado, em certos casos injustificado, lucro, que deve ser colectado pelo orçamento do Estado, outros não asseguram sequer as condições de simples reprodução, que têm de ser proporcionadas por meio de subsídios»⁽²⁰²⁾; «As empresas mais eficientes nem sempre obtêm um rendimento proporcionado aos seus esforços, enquanto, devido ao efeito combinado de preços e “apoios”, empresas menos eficientes, com produções de menor qualidade e menos modernas, conseguem manter-se lucrativas»⁽²⁰³⁾; «[devido à alta de preços mundial] os subsídios aos preços de importação pagos pelo orça-

⁽²⁰⁰⁾ TIMAR [1976], p. 130.

⁽²⁰¹⁾ Id., p. 129.

⁽²⁰²⁾ FALUVÉGI [1974], p. 162.

⁽²⁰³⁾ TIMAR [1973], p. 279.

mento em 1974-75 atingiram 4-5 vezes os relativos a 1973. Ao mesmo tempo o lucro das empresas crescia rapidamente devido ao aumento dos preços de exportação, enquanto que o correspondente aumento dos impostos [sobre lucros] apenas contrabalançava parte dos subsídios à importação, e a diferença tinha de ser coberta por créditos orçamentais. Em resultado de subsídios à importação e lucros de exportação, as empresas receberam maiores rendimentos do que lhes era devido em função da sua real eficiência»⁽²⁰⁴⁾. Mas, para além do aproveitamento de deficiências próprias do sistema de preços e do jogo sobre os preços internacionais, certas informações dão-nos conta de outras formas de realização de lucros «anormais». Diz-nos, por exemplo, Csikós-Nagy: «A fim de pôr um limite à acumulação especulativa de aço laminado, o Ministério das Finanças decretou em 1975 que 10 % da diferença em valor deveria ser paga sobre o excesso, em relação ao stock de 1973, a título de encargos suplementares sobre activos. Para a regulação dos stocks, pode revelar-se necessário no futuro, no caso de algumas empresas, fixar um limite superior de stocks (sob a forma de prescrição do número de dias a que devem corresponder os stocks permissíveis) para algumas matérias-primas e produtos semi-acabados usualmente escassos»⁽²⁰⁵⁾.

A combinação, segundo mecanismos de que nos é fácil aperceber-nos, da crescente autonomia das empresas orientadas por dispositivos nem sempre consistentes com as intenções do planificador com o assumir pelo Estado das consequências financeiras da crise capitalista pós-1973, teve ainda dois efeitos importantes, um dos quais, aliás, já referido acima: a crescente escassez de recursos do Estado, em comparação com a situação folgada das empresas (no seu conjunto). Sobre este ponto, bastará assinalar que, apesar de numerosas medidas pontuais que foram sendo adoptadas, «a parte que representam as taxas sobre os salários e sobre os activos no “rendimento social líquido” tendeu mesmo a diminuir até 1975, e a dos lucros, pelo contrário, a aumentar»⁽²⁰⁶⁾. O outro efeito, que não deveria surpreender no quadro de um mecanismo «liberalizador», mas cujo *sentido* não correspondeu às intenções da reforma, foi o de uma crescente mobilidade da mão-de-obra. Timár situa a questão em poucas palavras: «É esta opinião [a de que as formas que toma a mobilidade do trabalho devem ser vistas como um “sistema de sinais”

⁽²⁰⁴⁾ FALUVEGI [1976], p. 23.

⁽²⁰⁵⁾ CSIKÓS-NAGY [1976], p. 44.

⁽²⁰⁶⁾ ASSELAIN [1978], p. 155.

pelo planificador] que se exprime em análises que contrastam os movimentos de trabalhadores “justificados” ou “necessários” com a flutuação e mobilidade “prejudicial” ou “desnecessária”. Esta classificação mostra que o problema não é que a mão-de-obra “se mova” mas que a direcção e estrutura desse movimento não é adequada: os trabalhadores em movimento não são os que deviam, e não se dirigem para os lugares em que seriam socialmente mais necessários ou onde poderiam responder mais adequadamente aos requisitos postos pelo trabalho [pela natureza do trabalho — JMP]:»⁽²⁰⁷⁾. Outro autor explica, mais próximo do concreto: «A mão-de-obra tem migrado de empresas com baixos lucros para as de maiores lucros, porque os salários mais altos atraem os trabalhadores. A rotação de mão-de-obra chegou ao ponto de pôr em perigo a continuidade da produção num certo número de fábricas. Isto levou a uma situação em que tiveram de entrar na “competição salarial” mesmo empresas sem elevada produção nem altos lucros. Além disso, os trabalhadores não viam justificação para que, para o mesmo trabalho, fábricas diferentes pagassem salários muito afastados, não devido a qualquer mérito seu [das empresas, dos trabalhadores — JMP]; mas porque uma empresa pôde modernizar o seu equipamento com auxílio do investimento estatal, enquanto a outra o não pôde fazer, e que uma fábrica recebe maior apoio porque o seu produto é reputado “mais importante” que outro, etc.»⁽²⁰⁸⁾. Isto acaba por resultar anárquico e contraditório, quer no plano prático, quer mesmo no plano dos princípios, ainda não suficientemente «actualizados». No plano prático: «O afluxo de mão-de-obra para as empresas de ponta faz baixar a massa dos prémios, muitos gestores preferindo manter o lucro recrutando assalariados com baixa remuneração em lugar de aumentar os investimentos, demasiado penalizados fiscalmente, a seu ver. Logicamente, a produtividade sofreu um declínio sob o peso desta mão-de-obra sub-empregada, se não mesmo em desemprego disfarçado, e da baixa de perspectivas de miríficos prémios»⁽²⁰⁹⁾. No plano dos princípios: «Este problema [da mobilidade] envolve a [seguinte] contradição, do ponto de vista das leis do trabalho: enquanto as normas legais estimulam a lealdade ao empregador, a racionalidade económica e considerações humanitárias frequentemente depõem a favor do dinamismo e da mobilidade»⁽²¹⁰⁾.

⁽²⁰⁷⁾ FALUVÉGI [1976], pp. 25-26.

⁽²⁰⁸⁾ Id., id.

⁽²⁰⁹⁾ THEVENON [1978], p. 103.

⁽²¹⁰⁾ BIHARI [1974], p. 244.

Enfim, convém referir um aspecto que tem sido muito discutido, ou seja o dos reflexos inflacionistas. M. Lavigne coloca a questão sob a forma de uma simples equação. Segundo ela, a introdução de mecanismos de mercado em economias com estrangulamentos na oferta, com uma estrutura oligopolística e protegida do mercado internacional, mas obedecendo a certos objectivos centrais, nomeadamente o pleno emprego, conduz à seguinte identidade: pleno emprego + rigidez estrutural na oferta + formas oligopolísticas do mercado = inflação⁽²¹¹⁾. Esta autora considera mesmo que é este o maior risco de reformas «liberalizantes» em países com a estrutura económica dos países de Leste (para além da questão «de princípio» que é a de que as empresas crescentemente se desviem dos objectivos do Plano, por deficiência dos dispositivos de estímulo). O que podemos constatar na Hungria quanto a este aspecto?

Já vimos (nota 171 acima) que, precisamente por se ter presente estes condicionalismos, houve o cuidado de manter um controlo muito mais estreito sobre os preços ao consumidor do que sobre os preços à produção. Além disso, também as políticas de crédito, as políticas salariais e aquilo a que se poderá chamar a política cambial foram todas traçadas no sentido de obviar aos efeitos de ruptura traduzidos pela equação acima. Segundo Nove, «os reformadores procederam cautelosamente, procurando combater o excesso de procura (por políticas de crédito e salariais apropriadas, e por alterações de preços) antes de ser introduzida a reforma. Os coeficientes de conversão cambial foram calculados (i. e. o *forint* foi efectivamente desvalorizado) de modo a reduzir a procura de bens importados, mas isto teve de ser reforçado por um sistema de limitações quantitativas e licenciamentos, ainda que a intenção fosse tratar-se apenas de medidas temporárias»⁽²¹²⁾. Concretamente, foi possível, até 1973, conter a alta de preços ao consumidor, ainda que a taxa de aumento se fosse acentuando de ano para ano: 1,3 % em 1970, 2 % em 1971, 3 % em 1972 e 3,6 % em 1973⁽²¹³⁾. A partir de 1973, este aumento agravou-se, ainda que moderadamente, atingindo em 1976 a ordem dos 5 %, mas isso só foi possível à custa de uma intervenção estatal que sobrecarregou fortemente o orçamento, o que não evitou certos aumentos «espectaculares»: em Julho de 1976 a carne aumentou 25-30 %, e o mesmo sucedeu às bebidas em princípios de 1977⁽²¹⁴⁾. No entanto, convirá sublinhar a

(211) LAVIGNE [1975]-1, p. 30.

(212) NOVE [1977], p. 293.

(213) BALASSA [1973], p. 345; LAVIGNE [1975]-2.

(214) THEVENON [1978], p. 102.

enorme diferença a que ficam estes valores daqueles que nos mesmos anos se verificaram nos países ocidentais. Em todo o caso, é também substancial a diferença em relação à estabilidade que era corrente nos países de economia planificada, e que tende a manter-se mesmo após as reformas — sendo certo que as «tensões inflacionistas» neles se manifestam sob outras formas. Csikós-Nagy chama a atenção para este ponto: «Poder-se-ia pensar que no caso de restrições administrativas de preços e salários, há possibilidade de evitar a espiral preços-salários, pois espirais preços-salários espontâneas são associadas a economias de mercado. Os factos, contudo, desmentem esta suposição em muitos aspectos. (...) A experiência dos países socialistas quanto a sistema administrativo de preços em tempo de paz (...) mostra que, mesmo nesse caso, tem lugar um *aumento escondido* de preços»⁽²¹⁵⁾. E refere várias formas que toma este «aumento»: abandono de produtos mais baratos por produtos mais caros, deterioração da qualidade (a preço constante), menor variedade e escassez de produtos. E comenta: «Nada disto é reflectido nas estatísticas de preços, pois estas não trabalham com preços médios mas com preços de produtos, que se mantêm para grupos de mercadorias; para além disso, as estatísticas não entram em conta com a escassez e são construídas na base de qualidade inalterada»⁽²¹⁶⁾. Aliás, a legislação de Junho de 1973 contra «lucros ilícitos», refere, entre os métodos que «violam directamente os interesses da sociedade e os princípios de uma economia socialista», alguns que têm precisamente efeitos inflacionistas deste tipo⁽²¹⁷⁾.

Pode, pois, concluir-se, o que é perfeitamente lógico tendo presente a natureza das reformas introduzidas, que a uma nova combinação direcção central-mercado, com reforço deste, correspondeu uma proporção diferente entre inflação escondida e inflação manifesta (nos preços), com acentuação desta. Mas poderá assinalar-se, de qualquer modo, que o fenómeno foi mantido sob controlo, nas suas diversas componentes (incluindo a política e social), e daí que certos aumentos de preços «impopulares», tenham podido ser levados a efeito sem as consequências verificadas na Polónia.

Passados em revista os efeitos «negativos», em termos da desejada «racionalidade económica», interessa, ainda que muito brevemente, examinar o tipo de medidas correctivas adoptadas em 1975. Se o fazemos de

⁽²¹⁵⁾ CSIKÓS-NAGY [1973], pp. 170-175.

⁽²¹⁶⁾ Id., p. 170.

⁽²¹⁷⁾ LAVIGNE [1975]-1, p. 21.

forma muito sucinta é, naturalmente, porque o nosso problema se não situa ao nível das medidas pormenorizadas de «política económica», mas ao do «funcionamento do sistema económico». Sendo assim, o que reterá sobretudo a atenção será uma eventual alteração substancial de *filosofia* do sistema (das reformas que a materializam) que porventura se tenha verificado.

Quais então as medidas tomadas face às distorções no comportamento dos agentes económicos e aos desequilíbrios globais acima apontados? Listemos as principais: *a)* A taxa sobre o capital passou a ser calculada sobre os activos líquidos, o que corresponde, nessa base, a um abaixamento de 7 para 5 %⁽²¹⁸⁾; *b)* A taxa sobre os salários passou de 25 a 35 %; *c)* A repartição dos lucros entre o fundo de desenvolvimento e o fundo «social» (prémios, acção social) passou a ficar ao critério das empresas, ficando isenta de imposto a parte afectada ao primeiro; *d)* Foram sensivelmente aumentados os preços de factores de produção com forte componente importada, por redução dos subsídios à importação ou por aumentos directos de preços, em particular de matérias-primas, energia e transportes; *e)* Foram criados importantes incentivos de crédito e de mobilização de reservas para projectos «captadores de divisas»; *f)* Tomaram-se medidas no sentido de nivelar os salários *entre* empresas e de os diferenciar *dentro* das empresas, em função do «rendimento» do trabalho; *g)* Os grandes projectos financiados centralmente passam a sê-lo de forma reembolsável e por critérios que terão directamente que ver com a sua capacidade de reembolso; *h)* Reforçaram-se certos controlos «administrativos», nomeadamente sobre a mobilidade da mão-de-obra (não é permitido mudar de emprego mais de três vezes por ano), na fixação de quotas de aquisição no mercado interno e externo, na afectação de fornecedores e clientes para certos produtos, etc. Entretanto, prosseguem certas experiências limitadas no sentido de alterar a regulação do salário médio, cujos efeitos já vimos, para uma regulação da «massa salarial». E assinale-se, também, entre as medidas tomadas anteriormente a 1975, a colocação sob «supervisão especial» das cinquenta

⁽²¹⁸⁾ Esta medida poderá parecer surpreendente, se se tiver presente o clima de «sobreinvestimento» acima referido. Asselain explica: «A variável “custo do capital” mantém uma importância secundária nas condições actuais da economia húngara, dependendo a procura de investimentos pelas empresas antes de mais das possibilidades imediatas de financiamento» (ASSELAIN [1978], p. 159). Ora estas, como veremos, foram fortemente amputadas. Aliás, a intenção das novas medidas não é reduzir drasticamente o investimento, mas torná-lo «mais eficiente».

maiores empresas estatais, ainda que «isso não envolva quaisquer normas especiais, preferências particulares ou uma posição de privilégio. De certo, se a observação revelar anomalias, podem ser tomadas medidas individuais, mas sempre no quadro do sistema geral de regulação»⁽²⁰¹⁾.

Julgamos que, no essencial, será justa a conclusão de Thevenon relativamente ao *sentido* destas medidas: «O traço fundamental desta reforma [de 1975] é que o Estado parece aplicar à letra a ideia do Novo Mecanismo Económico, tornando-se ao mesmo tempo muito mais restritivo [*contraignant*, no original — JMP] face às empresas»⁽²⁰²⁾. Na realidade, só para dar um exemplo, enquanto se dá maior autonomia às empresas e se procura inseri-las mais plenamente em relações de mercado «reais» (por via, por exemplo, de uma maior «verdade» dos preços internacionais, do ponto de vista das empresas), por outro lado, grande parte das medidas tomadas visa reduzir-lhes o lucro, sendo objectivo confesso dos planificadores «fazer baixar o lucro residual [i. e., o que fica efectivamente à disposição da empresa — JMP] das empresas de 35 % por ano»⁽²⁰³⁾. Aparentemente, estar-se-ia assim a reduzir o papel do lucro como principal incentivador e motivador das decisões empresariais. A isto respondem os economistas húngaros da seguinte forma: «Espera-se que as empresas, descontentes com os lucros decrescentes, tentem opor-se a isso economizando materiais, particularmente os importados cujos preços aumentaram muito, e tentando substituir os materiais mais caros vindos dos países capitalistas por materiais mais baratos dos países socialistas ou internos»⁽²⁰⁴⁾. «Com uma mais baixa taxa de lucro, aumentará a sensibilidade aos custos, estimulando as empresas à redução dos custos de produção, economia de materiais, aumento da produtividade do trabalho, melhor utilização dos activos fixos e circulantes. Isto está de harmonia com os mais importantes objectivos do 5.º Plano. Consequentemente, a harmonia entre os interesses nacional e das empresas melhorará»⁽²⁰⁵⁾.

Em resumo, cremos poder concluir que a filosofia geral do NME se mantém, e que não é por ora justificado presumir, como parece fazê-lo M. Lavigne, que a experiência tem os dias contados e tenderá a reaproximar-se do modelo de planificação central.

(201) TIMAR [1973], p. 296. Sobre este ponto v. LAVIGNE [1975], p. 21.

(202) THEVENON [1978], p. 102.

(203) Id., id.

(204) FALUVEGI [1976], p. 25.

(205) GADO [1976], p. 353.

Deixando agora de lado os aspectos estritamente económicos, será de muito interesse, do nosso ponto de vista, observar como paralelamente terão evoluído as formas de comportamento social e institucional no contexto geral das reformas económicas.

Começando pelos ajustamentos institucionais, vejamos a forma como Faluvégi aborda o problema: «A repartição das unidades económicas por ramos de acordo com os objectivos fixados em termos físicos, que foi estabelecida durante o sistema de Plano aplicado por instruções administrativas, manteve-se no essencial até hoje; naquele sistema, cada empresa tinha uma tarefa que lhe era atribuída do exterior e de cima; as funções produtiva, grossista, retalhista, de comércio externo e de serviços estavam rigidamente separadas umas das outras. O carácter das organizações, o conteúdo da sua actividade alterou-se profundamente. A planificação a nível do ramo só lentamente está atingindo um novo sentido; no controlo a nível do ramo, as organizações funcionais e bancárias têm dificuldade em encontrar métodos ajustados ao seu novo tipo de tarefas»⁽²²⁴⁾. Timár, pelo seu lado, referindo-se ao «primeiro período» da aplicação da reforma, refere: «A máquina [dos órgãos por ramo] alterou-se com alguma dificuldade para os novos métodos de trabalho e isto causou problemas. Em certos locais prevaleceram os antigos métodos, enquanto noutros era o outro extremo que se observava: o ministério não interferia quando isso competia à sua autoridade e quando era desejável que o fizesse»⁽²²⁵⁾. Na realidade, isto não parece estar totalmente ultrapassado, mantendo-se relações entre as instituições e as empresas que relevam, em importante parcela, do «antigo sistema»: «Se já não acontece que um ministério transmita instruções escritas a uma empresa, em contrapartida as instruções verbais são frequentes. A sua frequência aliás aumentou nos últimos anos, na medida em que as perturbações do mercado mundial impuseram ajustamentos feitos muitas vezes por tacteio. Ao mesmo tempo que reconhecem que, em certos casos, os reguladores indirectos são inoperantes ou insuficientes e que, por esse facto, as instruções administrativas directas são inevitáveis, os planificadores húngaros estimam que se recorre ainda excessivamente a esse tipo de processos, que se trata na realidade com muita frequência de manifestações intempestivas de autoritarismo, e que isso impede de situar claramente as responsabilidades. [Além disso] os dirigentes das empresas mantêm-se bastante dependentes dos ministérios de tutela, que os nomeiam, fixam

⁽²²⁴⁾ FALUVÉGI [1974], p. 169.

⁽²²⁵⁾ TIMÁR [1973], p. 292.

as modalidades da sua remuneração e podem exonerá-los»⁽²²⁰⁾. Que esta questão da persistência institucional das «velhas relações» preocupa os reformadores húngaros, prova-o a apresentação de numerosas propostas tendentes a solucioná-la. A mais ousada, citada com frequência, é a de Márton Tardós, segundo a qual as empresas passariam a ser controladas por «uma “organização dos proprietários de activos” (designada por Tardós como a rede dos Bancos Comerciais e de Produção), que seria independente da organização da administração do Estado (e subordinada não ao Conselho de Ministros mas directamente ao Parlamento). As empresas não estariam relacionadas com estas organizações em função da sua filiação sectorial. O seu papel de supervisão estender-se-ia à investigação do uso efectivo dos activos da empresa, bem como a um reagrupamento parcial destes, e também à apreciação da actividade dos dirigentes da empresa, sua nomeação e exoneração. Segundo Tardós, sob tais condições institucionais, a concorrência de unidades económicas socialistas motivadas pelo lucro poder-se-ia desenvolver num mercado organizado, bem como a prossecução de uma economia efectiva de factores de produção, e, entre outros, de trabalho vivo e da sua implicação: os custos salariais»⁽²²¹⁾. Tardós pretendia, com isto, a criação de um «quase-mercado» de trabalho, no qual os aumentos salariais só seriam decididos se lhes correspondesse um aumento de lucros (via aumento da produtividade). Segundo o autor que acabamos de citar, «a proposta de Tardós funda-se no conflito entre dirigentes e trabalhadores (Tardós considera que, desde que tal conflito necessariamente existe, só é vantajoso que seja evidenciado). [Ora] é, pelo menos, duvidoso que este procedimento seja viável e compatível com a estrutura social socialista»⁽²²²⁾.

Passemos, então, aos aspectos mais directamente ligados ao comportamento dos agentes económicos e sociais, e sobretudo ao exame da medida em que terão sido influenciados pelas reformas húngaras. É, de um modo geral, a questão, constantemente referida pelos economistas, da *consciência social*.

Apenas dois anos após o arranque das reformas, escrevia Csikós-Nagy: «Tem sido feito muito mais para colocar o desenvolvimento económico numa base equilibrada e planificada do que é, por enquanto, percebido pela consciência social. Vejamos o caso da *oferta de bens*. Durante mais de duas décadas foram típicas as situações periódicas de escassez

(220) CHEVALIER (1978)-2, pp. 69-70

(221) REVESZ (1974), p. 70.

(222) Id., p. 71.

de carne, materiais de construção, automóveis ligeiros e vários outros bens de consumo. O abastecimento de numerosos bens de consumo era insuficiente, ou era mesmo nulo. Com a reforma de 1968, a oferta de bens melhorou muito mas uma solução completa dos problemas com ela relacionados levará alguns anos. [Ora] generalizou-se a opinião de que a reforma resolveria estes problemas de um só golpe. Não conseguimos tornar claro que uma estrutura económica centrada sobre bens de produção não pode ser mudada de um dia para o outro no sentido de elevar o consumo ao mesmo nível»⁽²²⁹⁾. E, depois de dar outro exemplo interessante, relativo à sensibilidade social à «flexibilidade» de preços, conclui dizendo serem múltiplos os «factores indicando que aqueles que formulam a política económica têm também de actuar na *formação da consciência social*. (...) O que constitui o mais grave dilema a este respeito é sem dúvida a existência de *expectativas sociais desligadas dos resultados [performance]* ou, por outras palavras, o juízo sobre as condições de vida independentemente do estado das forças produtivas»⁽²³⁰⁾. Dois anos mais tarde, é Timár que aborda o problema, em termos de *democracia económica*: «A reforma do controlo e gestão económica criou as pré-condições para a necessária evolução da democracia socialista, a ausência das quais apenas permitia, antes [i. e. no sistema anterior — JMP], a sua referência meramente formal. (...) Como resultado da reforma, os processos económicos tornaram-se mais controláveis e mais inteligíveis pelo grande público»⁽²³¹⁾. «A possibilidade de contribuição espontânea dos trabalhadores — quer directamente, quer através dos seus órgãos representativos — para determinar e resolver problemas alargou-se. A actividade pública da população, a sua participação nos assuntos públicos aumentou»⁽²³²⁾. No entanto, «uma melhor apreciação das relações de valor também traz à superfície fenómenos socialmente indesejáveis (aparecimento mais aberto de símbolos de estatuto, esforços na obtenção de benefícios, etc.), mas também facilita o reconhecimento e o combate aos problemas. (...) O desenvolvimento da democracia dentro da empresa não se pode considerar satisfatório (...) A contradição entre a direcção estatal representando os interesses do proprietário e os interesses imediatos dos trabalhadores torna-se manifesta sob várias formas: o dilema entre aumentar os lucros anuais ou a longo prazo, a contradição entre conservar ou

⁽²²⁹⁾ CSIKÓS-NAGY [1970], p. 171.

⁽²³⁰⁾ Id., p. 172.

⁽²³¹⁾ TIMAR [1973], p. 299.

⁽²³²⁾ Id., id.

desenvolver a estrutura, a escolha entre a segurança e o assumir riscos, entre aumentos salariais e desenvolvimento, i. e., os pares representando o presente e o futuro, e o seu conflito»⁽²³³⁾. Mais recentemente ainda, em 1976, Faluvégi exprime-se de modo a podermos pensar que se avançou pouco neste campo: «O novo sistema de incentivos financeiros não consolidou suficientemente a “perspectiva de proprietário” [*owner's approach*] por parte dos trabalhadores, não se ampliaram suficientemente os direitos democráticos dos colectivos de produtores e, portanto, o controlo social não se pôde verificar com a amplitude desejada. Os dirigentes das empresas não foram capazes de reconciliar os interesses de hoje com os de amanhã: ainda não se expandiu suficientemente a perspectiva de longo prazo»⁽²³⁴⁾. E mais adiante afirma: «A fim de que se obtenha os efeitos desejados é necessário uma *completa transformação da consciência*, que também se tem de manifestar no comportamento económico. (...) Novas ordens e regulamentações não devem ser apenas “aceites”, mas as pessoas têm de trabalhar dentro do seu espírito, a sua actividade quotidiana tem de ser permeada pelos novos princípios e pela nova perspectiva, elas devem ousar avaliar por si próprias as novas oportunidades, e isto não acontece de um dia para o outro, quer nas empresas quer nas instituições de controlo. (...) A transformação da consciência social e o processo de cristalização expresso também nos reguladores estão a ter lugar nos nossos dias; têm de ser intensificados e canalizados na direcção correcta»⁽²³⁵⁾.

Esta questão da «deficiente» consciência social manifesta-se sob as mais diversas formas e é apontada, segundo os casos e os autores, quer como um «entrave» ao bom funcionamento do sistema (logo, em certa medida, como uma «causa» do seu mau funcionamento) quer como uma resultante de certos mecanismos, a corrigir, do próprio sistema. Examinaremos apenas alguns aspectos mais concretos em dois domínios distintos: os comportamentos na empresa e os comportamentos em certas áreas da vida social.

Ao nível da empresa teremos, por um lado, o problema da participação nas decisões e por outro o da disciplina no trabalho. Sobre o primeiro, e para além de numerosas referências, algumas já citadas, sobre a difícil adaptação da organização interna das empresas às novas condições, que exigiriam uma «democratização» da empresa, dispomos de

⁽²³³⁾ TIMAR [1973], p. 299.

⁽²³⁴⁾ FALUVÉGI [1976], p. 21.

⁽²³⁵⁾ Id., p. 22.

um texto muito elucidativo e recente, justamente intitulado «La participation directe des travailleurs aux décisions dans les usines hongroises» de dois autores húngaros, que têm procedido a estudos e inquéritos directos sobre a matéria⁽²³⁶⁾. Começam naturalmente por pôr as questões de princípio e as afirmações genéricas de origem oficial: «Trabalhadores instruídos e animados de uma consciência social, assegurados do seu emprego e disfrutando de condições de existência em constante melhoria têm a possibilidade de se interessar pelo conteúdo do seu trabalho e pelo quadro social mais largo em que se exerce a sua actividade», e, citando as decisões do 11.º Congresso do Partido (1975), «a democracia na oficina e no serviço faz parte integrante da democracia socialista (...) [mas] a democracia na oficina e no serviço não está à altura das nossas esperanças e o seu conteúdo como os seus métodos têm de ser melhorados»⁽²³⁷⁾. Passando ao concreto, mencionam os resultados de um inquérito efectuado na fábrica de vagões e material ferroviário, em que os trabalhadores se pronunciavam sobre os domínios de actividade da empresa em que seria *possível* a sua participação, directa ou indirecta, nas decisões. As conclusões são significativas: uma maioria de trabalhadores julga possível essa participação em decisões relativas ao seu próprio trabalho e à sua própria situação na empresa, e impossível essa participação em domínios como «planificação da produção» (59 % contra 30 %), «adopção de máquinas e materiais novos» (65 % contra 24 %), «política de pessoal e planificação da mão-de-obra» (76 % contra 13 %), «recrutamento» (82 % contra 11 %) e «redução da produção e encerramento de unidades fabris» (53 % contra 6 %). Os autores comentam do seguinte modo: «A investigação e a experiência quotidiana mostram que na Hungria as necessidades e as motivações dos trabalhadores são antes de mais de ordem material, donde se segue que as questões salariais deverão ter um lugar importante em qualquer programa de participação. Há todas as razões para pensar que as decisões a um escalão inferior (oficina, fábrica) e as que têm consequências práticas imediatas tocam mais de perto o pessoal que as que são tomadas a um escalão superior (o da sociedade ou da empresa) e cujos efeitos (estratégicos) só se manifestarão a longo prazo. Tratando-se das primeiras, os trabalhadores podem realmente acompanhá-las, apreender-lhes o sentido e mesmo influenciá-las, já que estão ligadas à sua actividade quotidiana; quanto às segundas, elas situam-se a um nível que ultrapassa o da sua informação, da sua

⁽²³⁶⁾ HÉTHY & MAKÓ [1977].

⁽²³⁷⁾ Id., pp. 10-11 e nota 1 da p. 11.

competência, da sua instrução e dos seus poderes»⁽²³⁸⁾. Os autores assinalam, de resto, que «a muitos directores (...) a participação aparece como um fardo suplementar, ou mesmo como um elemento de natureza a conduzir a um afrouxamento da disciplina e a uma baixa de rendimento», mas acrescentam, não sem um certo cinismo, que nos casos em que os directores aceitaram experiências participativas, estas tiveram justamente o mérito de «aligeirar o fardo da direcção, deixando às equipas [de trabalhadores] a tarefa difícil de avaliar o trabalho realizado pelos seus membros e, com ela, as tensões e conflitos que lhe são inerentes»⁽²³⁹⁾. Referindo-se ainda às decisões de política, que implicam assumir riscos e a correspondente responsabilidade, os autores dizem que «se o exercício de tais atribuições é questão de rotina para o pessoal de enquadramento e de direcção, para os trabalhadores é, pelo menos por agora, algo de novo e de bastante arriscado; quem não tem o hábito de se exprimir em público arrisca-se a tornar-se ridículo, ou mesmo a provocar conflitos que podem prejudicá-lo ou à sua equipa»⁽²⁴⁰⁾, o que é uma forma quase brutal de sublinhar o baixo nível de consciência *política*, a completa ausência de hábitos de discussão colectiva, a forte hierarquização vigente e, como síntese, o retrato mesmo da famosa dicotomia «nós/eles» (dirigentes/trabalhadores) que prevalece. Sobre esta dicotomia diremos algo mais adiante.

Os autores concluem, de resto, com lucidez que «não é possível considerar a democracia na oficina e no serviço como uma questão estritamente administrativa; temos de ver nela um problema mais vasto de organização política e social»⁽²⁴¹⁾, e, com um optimismo tão oficial quanto contraditório, após o que disseram sobre o «poder efectivo» dos trabalhadores, que «o facto de que os meios de produção são propriedade do Estado e que o poder político está nas mãos dos trabalhadores e do seu partido, facilita por certo a adopção das medidas que se impõem, mas não cria automaticamente as condições necessárias»⁽²⁴²⁾.

Quanto à questão da disciplina no trabalho, outro autor exprime a sua preocupação, relacionando-a mais directamente com as deficiências, já acima apontadas, do sistema de «regulação», que, como vimos, incita as empresas a manter um excedente de trabalhadores relativamente às

⁽²³⁸⁾ HETHY & MAKÓ [1977], p. 13.

⁽²³⁹⁾ Id., pp. 13-14.

⁽²⁴⁰⁾ Id., p. 16.

⁽²⁴¹⁾ Id., p. 22.

⁽²⁴²⁾ Id., p. 23.

suas necessidades. Diz ele: «Nesta situação de “precisa-se tremendamente de trabalhadores” e “se não gosto, vou-me embora”, os dirigentes de empresa cada vez menos podem tomar medidas enérgicas contra a ausência ou o decréscimo de disciplina no trabalho, e a baixa intensidade [de trabalho daí resultante] induz novos aumentos de procura (...) [Esta] frouxa disciplina de trabalho, que pode ser atribuída, entre outros factores, à situação tensa do emprego, actua contra a mecanização e contra a aplicação de soluções de alto nível tecnológico (...) [Pior ainda], com um baixo nível de disciplina, mesmo uma mecanização racional noutras condições pode tornar-se num factor de aumento de perdas e de desordem»⁽²⁴³⁾. Também Timár, no seu texto sobre política de emprego, se refere naturalmente a este ponto. E, enfim, porque na perspectiva dominante todas as questões se acabam por traduzir no problema dos estímulos mais adequados para obter os resultados desejados, é interessante citar uma passagem do «compte-rendu» da conferência sobre «Estimulação económica e social dos trabalhadores», de Março de 1974, onde se coloca uma dramática interrogação: «O reforço dos “requisitos mínimos” [de rendimento], de “responsabilidade”, etc. mencionado por vários participantes identificava-se com o problema geral de saber se pode haver uma estimulação eficiente sem uma certa forma de coerção. A este respeito, dever-se-ia acentuar uma dupla exigência, segundo a qual os trabalhadores deveriam por um lado sentir a natureza humana e progressista do nosso sistema social, e, por outro, cumprir os seus deveres para com a sociedade»⁽²⁴⁴⁾.

Se passarmos aos comportamentos «fora da empresa», em vários domínios da vida social, podemos colocar-nos na perspectiva do «desenvolvimento de fenómenos socialmente indesejáveis» (v. citação de Timár, pág. 202), mas convirá interrogarmo-nos sobre se tais fenómenos não serão inerentes à lógica mesma do sistema que se procura aplicar, por oposição à rigidez do sistema anterior. Assim, um autor assinala, no domínio do consumo, as distorções causadas no «ideal de bem-estar» por aquilo a que chama o «efeito pequeno-burguês», referindo ainda que «a sociedade não pode, no curto prazo, proporcionar a cada um as condições necessárias para um desenvolvimento diversificado da personalidade», para concluir que aquelas distorções «não podem ser eliminadas lutando contra os fenómenos mas apenas pela formação planificada das condições

⁽²⁴³⁾ REVESZ [1972], pp. 300-301.

⁽²⁴⁴⁾ BIHARI [1974], p. 246.

de vida e da consciência [social]»⁽²⁴⁵⁾. O mesmo autor sublinha, de resto, a importância que têm, na criação desta distorção do ideal de bem-estar (ou seja, no desenvolvimento de expectativas de uma «sociedade de consumo» de tipo ocidental), os fenómenos de escassez de habitação, de transportes e de serviços, associados com um aumento dos rendimentos e com aspirações que a introdução do NME alimentou, sem poder satisfazer a curto prazo. Kornai, pelo seu lado, num artigo justamente intitulado «A medida da escassez», aponta idênticas frustrações não só naqueles sectores, mas mesmo ao nível de certos bens de consumo, sofisticando a análise e abordando a questão da «substituição forçada» (não faltam *sapatos*, faltam *os sapatos que os consumidores desejariam*). Diz ele: «A oferta melhorou muito na Hungria nos últimos anos, no entanto a escassez de certos bens e serviços ocorre repetidamente (...) Ou faltam completamente nos armazéns, ou a sua oferta é flutuante e desigual a sua distribuição regional (...) O consumidor húngaro médio tende a crer que [a substituição forçada] é um fenómeno característico especificamente da economia do seu país. Está errado, contudo, pois a substituição forçada existe em qualquer sistema económico (...) A diferença essencial está nos domínios em que se verifica, na frequência, na intensidade e nos mecanismos que a induzem ou eliminam»⁽²⁴⁶⁾.

Ocorre então interrogar-nos, na esteira de Timár, se um sistema que incita à iniciativa e à prossecução dos interesses materiais individuais, mas ainda não conseguiu dominar fenómenos de escassez em sectores essenciais e, sobretudo, dá indício de um baixo nível de «consciência socialista», não estará a fomentar comportamentos expeditivos, legais ou mesmo ilegais, que precisamente contrariam o aprofundamento dessa mesma consciência. É certo que no jornal oficial *Nepszabadsag* já se escreveu (Julho de 1973) que «é possível viver e pensar como socialista mesmo numa casa de campo e mesmo tendo um automóvel»⁽²⁴⁷⁾, mas esse mesmo jornal já antes (19 de Outubro de 1970) também se interrogava: «Muitos economizam para um carro, uma casa de campo ou uma viagem, e alguns já o conseguiram. “Como e com quê?”, poder-se-iam perguntar dezenas ou mesmo centenas de milhar de pessoas que se esforçam por viver dentro do orçamento ou que têm problemas de alojamento. Como podem alguns mandar construir casas de campo quando faltam materiais para construir novos edifícios? As pessoas mais privilegiadas são também as que mais

⁽²⁴⁵⁾ KOZMA [1976], p. 212.

⁽²⁴⁶⁾ KORNAI [1976]-2, pp. 321, 325 e 326.

⁽²⁴⁷⁾ Cit. em CONNOR [1975], p. 121.

fazem para a prosperidade da comunidade? Até onde podem ir as diferenças de rendimento e de nível de vida numa sociedade socialista? E o que será dos filhos? A que levarão as desigualdades da propriedade privada quando alguns herdaram riquezas e outros apenas as preocupações da vida quotidiana?»⁽²⁴⁸⁾. E não se pense que, ao referir «os mais privilegiados» se está necessariamente a apontar para as camadas dirigentes do Estado ou do Partido. Ainda no mesmo jornal (10 de Agosto de 1973) se denunciam os «especuladores que sabem sempre fazer muito dinheiro sem trabalhar: tais pessoas preferem acima de tudo os negócios ligados ao imobiliário e à revenda de condomínios [apartamentos em propriedade horizontal, cujo crédito é facilitado e a transacção posterior autorizada — JMP]»⁽²⁴⁹⁾.

Mas mesmo no plano estritamente legal, vejamos em que resulta a combinação da escassez de serviços com o incitamento à utilização dos tempos livres para fins lucrativos: «No que toca à classe operária, pode hoje distinguir-se uma clivagem cujo efeito moral tem de ser seguido com atenção. Em numerosos ramos os operários têm a possibilidade de completar o seu rendimento por meio de actividade no domínio dos serviços. Em si, tal não tem gravidade pois cada moeda ganha resulta de um trabalho fornecido. (...) Sabidas as insuficiências crónicas do sector dos serviços, e a verdadeira necessidade deste tipo de trabalho, conclui-se inevitavelmente que há que encorajá-lo e não travá-lo. O problema está noutro ponto: (...) será difícil em breve substituir a mão-de-obra nos ramos em que os operários não têm qualquer possibilidade de ter actividades fora das empresas. Um fundidor, um laminador, um operário textil, um tipógrafo não podem trabalhar em serviços privados [contrariamente aos operários da construção civil, da reparação de automóveis, exemplos também citados pelo mesmo autor — JMP]»⁽²⁵⁰⁾.

Cremos serem suficientes estes exemplos, e mais poderíamos citar, de que, enquanto a aplicação do NME, no domínio estritamente económico, e como acima vimos, foi cuidadosamente implantada e provida de dispositivos de controlo que permitiram evitar uma inflação galopante (e melhores seriam os resultados, não fora a crise do sistema capitalista), já no domínio da «motivação colectiva» a evidência é relativamente desencorajadora, não parecendo, antes pelo contrário, que a consciência política e social se esteja desenvolvendo no sentido de uma cada vez maior

⁽²⁴⁸⁾ Cit. em CONNOR [1975], p. 122.

⁽²⁴⁹⁾ Id., p. 132.

⁽²⁵⁰⁾ Id., pp. 124-125, cit. da revista *Uj Iras*, Fevereiro de 1973.

participação colectiva ou de um empenhamento crescente em tarefas de utilidade colectiva, como tal assumidas independentemente dos benefícios materiais daí resultantes. O problema é, de resto, crucial e certamente de difícil solução, já que o NME se funda numa teoria em que apenas se pede a cada *individuo* ou *organização* que maximize o seu próprio benefício, com base no sistema de preços e incentivos vigente. Ora tal sistema encontra precisamente a sua dinâmica na crescente «diferenciação de rendimentos», que não pode deixar de acentuar os conflitos de interesses e a própria «discriminação» social. É interessante deixar aqui registada a posição de um dirigente sindical húngaro sobre estas questões, e sublinhar a sua perspectiva de facto muito mais «sociológica» do que «política» (citação no discurso indirecto por se tratar do relato de uma intervenção sua numa Conferência): «O orador [Tamás Meitner, dirigente do Conselho Nacional dos Sindicatos] foi de opinião de que se tem de tornar claro em que medida o interesse é um factor objectivo e em que medida e onde é um factor subjectivo; em que medida a estimulação é simplesmente um meio para realizar o interesse objectivo; o que pode ser considerado como uma situação estimulante do ponto de vista da pessoa estimulada. (...) Tendo-se referido ao conflito de interesses, o orador acentuou que a total eliminação de conflitos é uma ilusão; a verdadeira tarefa é “tornar clara a relação real de interesses, tratá-la através do desenvolvimento de métodos e mecanismos de síntese de interesses, de tal modo que os interesses perspectivados da sociedade saiam reforçados”. (...) Os interesses materiais e económicos têm uma real prioridade, os factores morais, conscientes, idênticos aos interesses perspectivados da sociedade, têm uma preferência de valor. As questões dos interesses materiais, da estimulação material, os erros e excessos que se verificam na prática são indicadores da necessidade de aprofundar a investigação sobre motivação e necessidades. As funções de interesses e estimulação não se restringem ao seu efeito no desenvolvimento da economia — eles têm também um papel na formação [*shaping*: dar forma] do Homem, cujas necessidades têm de ser reveladas por um vasto trabalho de investigação»⁽²⁵¹⁾.

Temos, então, por um lado, um sistema económico cujos *fundamentos teóricos* são justamente a optimização material dos comportamentos individuais (conducente a uma diferenciação crescente de rendimento e de *poder*) e a não-participação colectiva (pois é do simples jogo daqueles

(251) BIHARI [1974], p. 242.

comportamentos, supostos *independentes*, que resultará o máximo de *utilidade colectiva*), e cuja *aplicação prática*, na forma planificada, supõe um corpo de dirigentes políticos e económicos capazes de traduzir num mecanismo óptimo de preços e incentivos os «interesses perspectivos da sociedade»; e, por outro, a persistência, a nível ideológico, de uma afirmação «socialista» a que está associada uma ideia «moral» de solidariedade, de cooperação, de igualitarismo, que, no período anterior, ainda que utilizada sobretudo com fins de propaganda e buscando criar um generalizado conformismo político, não deixou de penetrar nas massas, tornando difícil a sua adaptação ao novo sistema e imprevisível, se não incontrolável, a sua resposta aos «incentivos» nele contidos: quer pressões «igualitaristas» que anulam o próprio efeito incentivador, quer comportamentos expeditivos ou mesmo especulativos, «socialmente indesejáveis». W. Brus formulou de forma clara, e em poucas palavras, este dilema fundamental: «O conflito entre a necessidade de manter um leque definido de rendimentos e as tendências igualitárias, em certa medida naturais no nosso regime [socialista], constitui uma das contradições essenciais do socialismo, contradição que não se poderá ultrapassar de um “salto”»⁽²⁵²⁾.

Um autor húngaro procura tornear a questão do seguinte modo: «Sempre desejámos que o trabalho e os seus resultados se reflectam nos rendimentos. Este desejo foi satisfeito, e hoje temos cientistas, especialistas e artistas que ganham dez vezes mais que uma operária da confecção, o que nos parece perfeitamente natural. Penso que as pessoas compreenderam que, agindo assim, nós não procuramos depreciar os operários, mas antes reforçar o poder dos trabalhadores concedendo uma compensação financeira aos que triunfam na investigação, na organização e na modernização. As pessoas razoáveis estimam connosco que não há nisso nenhum mal, pois que a afirmação de um princípio fundamental do socialismo não pode ferir o sentido de justiça dos trabalhadores» [sublinhados meus — JMP]⁽²⁵³⁾. A mediação é aqui feita, entre a diferenciação e o igualitarismo («o sentido de justiça dos trabalhadores»), por meios do princípio «a cada um segundo o seu trabalho». Mas o mais interessante neste texto é a clareza com que surge a famosa dicotomia «nós-eles» (aqui, muito concretamente, nós-dirigentes/eles-operários) que é a negação mesma não só da «sociedade participada» mas, sobretudo, da afirmação de um «Estado operário» ou dos «trabalhadores no

⁽²⁵²⁾ BRUS [1967], p. 252.

⁽²⁵³⁾ MINC [1976], p. 11. Citação do *Del-Magyarország* de 22 de Janeiro de 1972.

poder». Aliás, em muitas das citações que fizemos é evidente o assumir, pelos seus autores, de tal dicotomia. Muitas outras poderíamos fazer, mas limitamo-nos apenas às mais sugestivas:

«Depende da relação entre dirigentes de alto, médio e baixo nível e os trabalhadores, quando e em que medida a população poderá compreender as novas tarefas que as empresas enfrentam, e então eles [trabalhadores] poderão apoiar os seus dirigentes organizando o seu trabalho diário mais eficientemente»⁽²³⁴⁾; «*As aspirações suscitadas na sociedade* pela política económica aumentaram enormemente (...) *Temos de agir, de preparar as nossas decisões e responder às exigências de trabalho operacional num ambiente social altamente crítico. (...) A política económica tem de se justificar a si-própria nos processos reais de vida e tornar-se aceitável também pela sociedade*»⁽²³⁵⁾; «Devem ser detectadas as opiniões dos operários, camponeses e da classe trabalhadora em geral, e depois discutidas, generalizadas e tomadas em conta na política económica»⁽²³⁶⁾ [sublinhados JMP].

A situação, neste aspecto fundamental, parece pois não divergir muito (e, dada a natureza e a filosofia da reforma, poderá até apresentar-se mais aguda) daquela que cruamente nos é relatada por um autor polaco sobre o seu próprio país: «Assinalamos a este respeito um facto característico, nomeadamente o funcionamento, na consciência social, de uma categoria mágica, designada pelo vocábulo "eles" e que engloba todo o aparelho económico, desde o escalão da brigada de trabalho até ao das autoridades supremas. A categoria "eles" é empregada em oposição às noções "eu" ou "nós". Ela traduz o sentimento de não ter qualquer influência sobre as decisões tomadas. (...) A persistência da categoria "eles" na consciência social explica-se, primeiro que tudo, pelo facto de que a população não conhece nem os mecanismos reais da tomada de decisões, nem os critérios que a ela presidem, nem os principais actores que nela participam. As pessoas tomam conhecimento dessas coisas pelos rumores públicos»⁽²³⁷⁾.

Terminamos aqui o exame que nos propusemos fazer do Novo Mecanismo Económico húngaro, e julgamos ter deixado bem patentes as diferenças essenciais da sua concepção relativamente ao chamado modelo de «planificação central». Não terá sido difícil reconhecer, mesmo quando

(²³⁴) TIMAR [1973], p. 290.

(²³⁵) CSIKÓS-NAGY [1970], p. 171.

(²³⁶) CSIKÓS-NAGY [1973], p. 78.

(²³⁷) KOZMINSKI [1972], p. 27.

não chamamos explicitamente a atenção para o facto, a filosofia profundamente «Langiana» do sistema ou, em última análise, uma concepção de «eficiência económica» muito afim das teses neo-clássicas e dos seus pressupostos.

6. Do exame, a que procedemos sucessivamente, de um debate teórico e da prática efectiva de dois «sistemas económicos» que se reclamam, ambos, do socialismo, que conclusões podemos e *queremos* tirar⁽²⁵⁸⁾ ?

Uma primeira conclusão, que terá porventura já ressaltado com suficiente clareza da exposição feita, é a enorme diferença de «empenhamento político» entre os intervenientes no debate soviético dos anos 20, por um lado, e os construtores de sistemas *reais* (Staline e os seus seguidores, primeiro; os reformadores húngaros de hoje), por outro. Com efeito, os teóricos dos anos 20, que na sua maioria eram também dirigentes e militantes, procuravam, através da reflexão teórica sobre a prática, numa fase em que ainda muito estava por definir, em que o campo de manobra quer da acção quer do pensamento ainda era vasto, equacionar os problemas de funcionamento do «sistema económico» em ligação íntima (estrutural) com a *necessidade* de motivação e adesão *políticas*, sobretudo das grandes massas camponesas. A questão da «aliança operário-camponesa» e da forma de a concretizar, utilizando para isso os instrumentos económicos, foi central, como vimos, naquele debate. Por exemplo, a prioridade a dar à indústria ou à agricultura, ao Plano ou aos mecanismos de mercado, eram discutidas em termos de relação a estabelecer entre o campo e a cidade — e nessa discussão os argumentos económicos e políticos chegavam a ser de difícil destrinça. Note-se, a propósito, que um Bukharine, aparentemente mais preocupado com os aspectos estritamente económicos, nomeadamente com o desenvolvimento de relações de mercado (liberalização da iniciativa «privada» camponesa, do comércio externo), ao ponto de ser hoje considerado por alguns um autêntico precursor do «socialismo de mercado», era também quem mais acentuava

⁽²⁵⁸⁾ Uma oportunidade mais para assinalar o considerável grau de subjectividade nestas matérias: as conclusões que adiantaremos são, muito conscientemente, as que *queremos* tirar, em articulação com a *démarche* geral deste trabalho, com a sua lógica própria, com a inexpurgável parte de ideologia contida na nossa visão *prévia* destas questões. Outros poderão tirar *outras* conclusões, o que não poderão é reivindicar para elas uma maior objectividade: apenas será distinta, se não oposta, a ideologia que as suporta, e como tal terá de ser assumida.

a necessidade de conquistar os camponeses para a revolução e quem acusava os seus opositores de pretenderem liquidar a aliança operário-camponesa.

Aqueles a quem acima chamamos os «constructores de sistemas», talvez por disporem de indisputáveis situações de domínio político, ou, por outras palavras, por partirem de sistemas políticos já estruturados e controlados, «montaram» (no sentido técnico do termo) *sistemas económicos* em que a componente de *participação ou adesão política conscientes* não tinha qualquer relevância. A articulação entre sistema político e sistema económico era (é) feito ao nível das instâncias dirigentes do Partido e do Estado. O cidadão-trabalhador é, em qualquer dos casos (planificação central ou socialismo de mercado), considerado apenas como um «agente económico», servindo, no primeiro caso, uma lógica central de acumulação acelerada, ou comportando-se tendencialmente como um «maximizador de utilidade» semelhante ao «átomo económico» do mercado livre teórico e servindo, desse modo, uma lógica central de «utilização eficiente de recursos», no segundo caso. Num e noutro caso, os indivíduos são *motivados* ou *incentivados*, segundo formas concebidas a nível central, para agir no sentido do melhor cumprimento dos objectivos fixados pelo «Centro».

Estranhar-se-á que de algum modo se identifique aqui, nos termos que acabamos de expor, dois sistemas tão distintos como o de planificação central e o de socialismo de mercado, ou, com maior rigor, que não se assinale suficientemente a conhecida oposição entre incentivos *morais* (políticos) e incentivos *materiais* (económicos), que por vezes se associam a cada um dos dois sistemas, para precisamente marcar a sua oposição. Nesta óptica, o que dissemos aplicar-se-ia ao segundo destes sistemas, mas não ao primeiro, em que habitualmente é posta em relevo a componente *política*, o voluntarismo com que sobranceiramente se olhavam as «leis económicas». Sublinhámos, a seu tempo, esse aspecto, indiscutível, do sistema estaliniano, mas de igual modo respondemos, antecipadamente, a esta objecção: «Este sistema de “estímulos morais” era, ele-próprio, inteiramente dirigido “de cima”, como tudo o resto. Isto é, não se tratava de qualquer “estrutura de participação” mas, pelo contrário, era o Estado/Partido que procurava *conseguir* o entusiasmo e a participação dos trabalhadores, apontando-lhes casos *exemplares* ou incutindo-lhes a ideia de uma fervorosa “sociedade solidária” (o que releva, no mínimo, de uma atitude claramente paternalista) — entusiasmo e participação na execução de tarefas e objectivos que ele próprio, Estado/

/Partido, definira previamente»⁽²⁵⁹⁾. Dito por outras palavras, mais próximas da perspectiva em que agora colocamos a questão, o sistema de estímulos era *parte exclusiva* do sistema político, e era por ele «aplicado» ao sistema económico: este era um sistema económico puro, que não continha *em si* elementos extra-económicos, e que estava simplesmente submetido a um conceito de «eficiência» totalmente distinto do conceito de eficiência económica da teoria clássica, que o «socialismo de mercado» retomou: no sistema de planificação central, eficiência é identificada com acumulação. A lógica que preside ao sistema é a de uma acumulação acelerada e este objectivo entronca naturalmente no objectivo político de «*reforço do Estado socialista*»⁽²⁶⁰⁾: entroncamento que se faz aos níveis superiores do Estado. A motivação política é imposta ao sistema económico (sistema *puro* de produção/acumulação) de fora para dentro, e ela não é apenas positiva ou incentivadora. É-o, no caso das campanhas de «trabalho voluntário», dos «heróis do trabalho», dos operários de choque e dos «stakhanovistas», etc. — tudo incentivos à produtividade, ao contributo de recursos não-onerosos para a acumulação planificada. Mas não o é no caso do mecanismo repressivo de «trabalho obrigatório»: aqui verifica-se um duplo efeito — por um lado uma produção a custos laborais de pura subsistência, mas por outro um «incentivo» muito forte ao conformismo político. De qualquer modo, e é isso que importa para as nossas conclusões, o sistema económico, tal como foi «construído», apenas comportava *elementos económicos* e apenas previa *comportamentos económicos*. A intervenção política e social estava *ausente* do sistema económico — como, de resto, no sistema económico de mercado livre, que a teoria concebe *independentemente* do sistema político, o que, aliás, permitiu a numerosos reformadores dos países de Leste perfilhá-la no essencial.

A separação entre o político, o económico, o social, o cultural é algo que impede os indivíduos de se «totalizarem» e de «totalizarem» a socie-

(²⁵⁹) V. p. 154 acima.

(²⁶⁰) Como vimos, as reformas pós-1965 na União Soviética e nos outros países de Leste (com exclusão da Checoslováquia até 1969 e da Hungria) vieram moderar um pouco o objectivo de acumulação «a qualquer preço» e introduzir elementos tendentes a induzir no sistema comportamentos de «economia de recursos» e uma maior atenção à produção de bens de consumo e à inovação tecnológica. Isso não impede que, conforme foi assinalado, o essencial do sistema não se alterou, em particular a afectação central de bens de produção e o ênfase no cumprimento dos objectivos planificados: de igual modo se não alteraram (antes se «adaptaram») os comportamentos «fraudulentos» de que cada um se serve para cumprir o Plano da maneira mais cómoda.

dade em que vivem: é um instrumento *ideológico* de domínio em todos aqueles sectores da vida social. E é justamente na medida em que a realidade social é ideologicamente compartimentada que se torna impossível estabelecer uma teoria *científica* dos comportamentos políticos, económicos, sociológicos, etc. Já vimos, no 1.º ensaio, o estrondoso divórcio entre a «teoria económica» de raiz neo-clássica e o funcionamento *real* do «sistema económico» nos países capitalistas, e bem assim constatámos a impossibilidade de formular uma teoria do sistema económico que não tenha em conta múltiplos elementos extra-económicos, muitos dos quais violam frontalmente os pressupostos básicos da teoria «oficial». Mais importante ainda, convém salientar que, embora essa teoria «oficial» seja correntemente associada à defesa ideológica dos sistemas políticos de «democracia representativa», não existe de facto nenhuma implicação necessária entre as duas coisas: um sistema económico de mercado pode coexistir (e coexiste em numerosos países) com regimes políticos ditatoriais. Até ao momento parece não existir *démarche* mais fecunda para abordar esta articulação do que a metodologia marxista, em que ela é feita não em termos de relação entre sistema económico e sistema político, mas em termos de relações de classe, que podem, em função das *situações históricas concretas*, integrar o político e o económico segundo esquemas diferenciados.

Retomando as conclusões que buscávamos para este 2.º ensaio, não será difícil admitir que, ainda aqui, a mesma compartimentação do real social em domínios estanques, imposta agora por um Estado/Partido todo-poderoso, seja igualmente responsável por não ter sido possível até hoje formular uma satisfatória «teoria económica do socialismo», para a qual tantos elementos básicos pareciam ter sido lançados pelos intervenientes no debate dos anos 20. Como já antes dissemos, aquilo que tem sido apresentado como «economia política do socialismo» (v. na nota 4 deste ensaio as várias designações usadas para a «ciência económica do socialismo») não é mais do que um conjunto de regras, normas e objectivos a atingir por uma economia centralmente planificada ou, quando muito (veja-se, por exemplo, o livro «Economics of Socialism», de Wilczynski), uma *descrição* de como funcionam, *aparentemente*, as economias que adoptaram o sistema de planificação central. De resto, tivemos ocasião de citar numerosos comportamentos que, violando os pressupostos subjacentes a essas «teorias», nem por isso contribuem menos para que tais sistemas funcionem na prática — o que é, finalmente, muito semelhante ao que sucede nos sistemas capitalistas *reais*, face ao que prescreve a teoria. Não existe, de facto, sequer uma «teoria do sistema

económico de planificação central», e muito menos, naturalmente, do *sistema socialista*, que não pode de algum modo ser reduzido a um simples «sistema económico» — ainda que fosse possível conceber um «sistema económico» desligado do resto. Após a exposição que fizemos, estaremos em melhores condições para compreender a afirmação já citada do húngaro Madarász, segundo a qual «a economia política do socialismo não existe, ainda tem de ser criada» (v. pág 119 acima).

Resta perguntar: será esse o caminho que estão a trilhar os próprios húngaros, com o seu Novo Mecanismo Económico? Após o que dissemos, a resposta afigura-se indiscutivelmente negativa. De facto, a «teoria económica» em que se funda o NME não é mais do que a teoria do equilíbrio geral, a noção de «eficiência» económica é a que nela se contém, simplesmente a sua aplicação, contrariamente ao que sucede nos países capitalistas (em que o sistema nasceu *antes* da teoria), é feita por um «planificador», numa perspectiva teórica muito próxima da «economia do socialismo» de O. Lange (ou, talvez mais, do «regime óptimo» de Tinbergen), e que ganhou todo o sentido com a aquisição teórica que foi o teorema da dualidade. Não é por acaso que o sistema húngaro tem merecido uma particular atenção, se não mesmo simpatia, de muitos economistas ocidentais, que vêem nele a possibilidade de serem eliminadas, pela «mão visível» dos planificadores, muitas das divergências entre os pressupostos da teoria e a realidade, e também de atenuar o efeito de certos elementos que a teoria não engloba, como por exemplo a incerteza. A dificuldade prática de estabelecer um rigoroso sistema de preços (custos de oportunidade dos recursos escassos, preços de mercado) através do cálculo não impede que a teoria considere essa possibilidade. O que já surge mais problemático, e os dez anos do NME parecem confirmá-lo, é a possibilidade de conseguir dos «agentes económicos» os comportamentos maximizadores sem os quais a «eficiência óptima» não poderá, de acordo com a teoria, ser atingida. Neste ponto, e dado o imenso suporte ideológico existente nas sociedades ocidentais, é de admitir que estas se encontrem, apesar de tudo, mais próximas da teoria, em particular no que respeita aos empresários. Mas, em contrapartida, as decisões de consumo, que no sistema de mercado se confrontam com uma imensa diversidade de preços para os mesmos produtos e também com uma escolha de produtos fortemente viciada pela publicidade, poderão no sistema de socialismo de mercado conformar-se melhor com a teoria, já que o sistema de preços é muito mais uniforme e a influência da publicidade muito menos cons-

tragedora. Mas, num e noutro caso, os princípios de «independência» e da «transitividade» das preferências mantêm-se fortemente afastados da realidade, por factores claramente extra-económicos.

Seja como for, e é este o ponto que nos interessa, o socialismo de mercado não pode fornecer qualquer teoria económica do socialismo, exactamente na medida em que o que procura fazer é uma utilização da teoria económica do capitalismo, promovida para o efeito ao estatuto de «teoria económica neutra». Por isto mesmo não será exagerado dizer que, no limite, o socialismo de mercado tal como concebido na Hungria, é por certo o «sistema económico» mais despido de qualquer articulação política que já terá existido: apenas se procura conseguir um tal sistema de preços e incentivos que os «agentes económicos», motivados pelos seus próprios interesses individuais, se comportem de forma a que a «colectividade» cumpra os objectivos *centralmente fixados* por tecnocratas «iluminados», mas não impostos a cada um como imperativo. Económica-mente muito mais «liberal» do que o sistema de planificação central, a sua concepção mesma *exclui* a participação política, a formulação colectiva dos objectivos: neste sentido o sistema é tão paternalista, se bem que menos autoritário, como o sistema de planificação central. E, como seria inevitável numa situação de completa ausência de «motivações colectivas», o sistema acaba por reproduzir e mesmo incentivar comportamentos obviamente anti-socialistas (a competição material, a valorização do dinheiro e dos bens de prestígio, uma ideologia de sociedade de consumo) e por pôr em marcha mecanismos que geralmente se associam a uma economia de mercado (inflação, crescente dependência externa — de que se espera uma afectação mais «racional» dos recursos nacionais...).

Estamos, pois, concluindo, desprovidos de uma «teoria económica do socialismo», ou mesmo da «transição», tal como constatámos estar também relativamente ao capitalismo.

Mas não será ocioso averiguar o que de positivo nos terá deixado este exame — necessariamente breve — de dois sistemas em funcionamento prático, ambos reclamando-se do socialismo.

O sistema de planificação central é, certamente, o grande responsável pela persistência, mesmo nos países de Leste mais profundamente «reformados», da famosa categoria nós/eles na consciência social. Mas não deixou de enraizar nela, em particular nas grandes massas, um forte sentimento igualitário, um sentimento de segurança do emprego e de «estabilidade de preços», uma noção muito mais acentuada do que nas sociedades de economia de mercado da «utilidade física e social»

dos bens e serviços, independentemente do seu «preço»: tudo «sentimentos» e «comportamentos» inerentes a uma sociedade socialista, ainda que eles tenham sido determinados por uma propaganda obsessiva e não tenham resultado da consciência do papel de *cada um* (a não ser passivo) no seu desenvolvimento e na íntima ligação que eles deveriam ter com uma efectiva participação *política* na «construção» da sociedade. Alguns, de resto, terão mesmo resultado em grande parte das condições específicas de carência em que o sistema foi implantado — como o sentimento de igualitarismo, hoje combatido em *todos* os países de Leste, por ser contrário à produtividade e à valorização profissional individual, e já menos «necessário» devido à maior abundância relativa de bens de consumo.

Quanto ao socialismo de mercado, trata-se sem dúvida de uma experiência interessante de «economia mista programada» (ainda que a Hungria dificilmente se possa considerar uma economia «mista» no sentido de uma combinação de propriedade estatal e privada de meios de produção, mas tão só mista no sentido de uma articulação de Plano e mercado como mecanismos *não exclusivos*). O problema do socialismo de mercado húngaro deriva em boa parte de ele aparecer aplicado a uma sociedade em que se supunham «adquiridos» aqueles valores de igualitarismo, segurança de emprego e de estabilidade de rendimento que o sistema anterior *produzira* e, nessa medida, os incentivos programados serem com frequência anulados ou distorcidos conduzindo a efeitos contrários.

Para sermos mais claros, admitimos que um sistema de tipo húngaro seja de considerar como «progressista» e resulte plenamente se introduzido *na sequência* de um sistema de mercado e suportado por uma grande participação colectiva a todos os níveis — ou seja, numa fase de transição para uma economia de *planificação central participada*. Ainda mais concretamente, o sistema de planificação central poderá ser, se assumido *colectivamente*, isto é, se for um *sistema social* integrando (o que não significa *planificando!*) todos os domínios da actividade humana e com igual intervenção em todos eles das grandes massas da população, a verdadeira «economia do socialismo», conseqüente de uma fase de «socialismo de mercado» em que gradualmente se vão aprofundando (e *não o contrário*, como parece suceder na Hungria) as aquisições colectivas e as relações sociais de carácter socialista. É uma experiência que está por fazer, mas, assim como Lange concebeu nos anos 30, muito antes da sua efectivação prática, o sistema económico do «socialismo de mercado», nada impede

que hoje se aprofunde, a partir das experiências disponíveis, o que será o sistema social de transição e o sistema social socialista, numa óptica multidisciplinar, em que o político terá de ser uma das dimensões essenciais.

Não parece ser isto o que está sucedendo: quer no ocidente quer nos países de Leste (nomeadamente na União Soviética), os desenvolvimentos teóricos em curso vão no sentido de uma «teoria dos sistemas» que está nas mãos de matemáticos, ciberneticistas, biólogos, no limite filósofos, e nela o «subsistema político» aparece com uma identidade própria e não lhe é dado — o que não é por acaso — o papel intersticial que necessariamente lhe caberá numa sociedade socialista. Não é, de resto, esta a preocupação dos teóricos dos sistemas: para eles não existirá em definitivo socialismo ou capitalismo, mas apenas infinitas combinações de subsistemas num espaço contínuo, cada uma constituindo um *caso específico*, um *ponto* nesse espaço multidimensional. A teoria será tanto mais geral (e inútil, diremos nós), quanto se verifique não existirem pontos *reais* que caíam fora desse espaço teórico. Uma vez mais, não se vê saída socialmente operacional para analisar os problemas que põe uma sociedade socialista, e em particular uma sociedade de transição, que não seja um alargamento — por certo multidisciplinar — da *démarche* marxista a áreas que para os clássicos marxistas seriam do domínio da utopia, mas que para nós se encontram ao alcance do pensamento, se aplicado a tudo o que desde então decorreu. O próximo ensaio esboçará um pouco do que deveria ser esse percurso teórico, que não poderá aprofundar precisamente porque, ao fazê-lo, estaria a contrariar a própria exigência de interdisciplinaridade.

III — PROJECTO SOCIALISTA E CONSCIÊNCIA SOCIAL

1. Muitos se reclamam do socialismo. Não é porém preciso mais do que pôr em confronto os «objectos» designados pelas conhecidas expressões Internacional Socialista e Países Socialistas para que se evidencie o abismo de significado que se situa entre adjectivos formalmente idênticos. Uma certa distinção tem vindo a ser feita, inversamente, agregando ao substantivo adjectivos qualificativos: socialismo africano, socialismo democrático, socialismo revolucionário, socialismo autogestionário, socialismo «realmente existente» (ou socialismo real), etc., etc. A própria distinta natureza de tais qualificativos dá bem conta da sua insuficiência para diferenciar o objectivo: de facto porque não poderá o socialismo «africano» ser também democrático ou autogestionário, e não poderá o socialismo democrático «realmente existir»? Todas estas expressões nunca foram definidas com precisão, são conceitos vagos, exceptuando talvez a última, que se define pelo «facto consumado»: socialismo realmente existente ou socialismo real é muito simplesmente o sistema que existe nos países socialistas, como os próprios ideólogos desses países o designam⁽¹⁾, querendo marcar bem com essa expressão que procurar, na prática ou na teoria, outro socialismo, releva da pura heresia.

É claro que a realidade é bem mais complexa e, tendo necessariamente em conta (e pela nossa parte tivemos-la, pois lhe dedicamos todo

(1) Por ex., num documento oficial húngaro, encontramos, insistentemente, expressões como: socialismo real, socialismo já realizado ou em curso de realização, formas práticas existentes do socialismo, socialismo existente. (V. *Prise de position...* [1973], pp. 2754, 2755 e 2757).

o segundo ensaio deste trabalho, e mais dela falaremos adiante) a proveitosa experiência daqueles países — proveitosa, e mais variada do que correntemente se supõe —, *mas também* muitas outras experiências e debates sobre o assunto, reivindicamos a legitimidade de falar de «projecto socialista», tomando como referente um objecto (social) que realmente ainda não existe. Recusada assim a «desnecessidade», enfrentemos o argumento da «utopia»: uma sociedade não se idealiza ou imagina, constrói-se e desenvolve-se na prática, em função das circunstâncias históricas concretas que em boa parte lhe determinam a configuração e as normas. Aceitamos a objecção de princípio pelo que contém de advertência quanto aos excessos ou aos desafios da imaginação descontrolada, mas rejeitamos a ideia de que possa ser comparável a situação em que hoje nos encontramos e aquela em que ganharam forma as «utopias socialistas» do século XIX. A riqueza da informação produzida pela acção concreta de quantos, em particular desde o princípio deste século, se empenharam na «luta pelo socialismo» em países e condições os mais diversos não permite mais, a nosso ver, *se nela nos apoiarmos*, a construção de utopias. Diríamos mesmo que é chegado o tempo de um «projecto socialista», nem utópico, nem desnecessário. Cremos que os elos que faltam à definição dos parâmetros essenciais desse projecto estão à mercê de um esforço intelectual não desmedido — mas por certo exigente e objectivo.

Não desconhecemos, também, as perplexidades em que têm sido lançados muitos estudiosos e militantes políticos pelos inesperados obstáculos que a complexidade crescente e a aparente flexibilidade das chamadas «sociedades industriais» tem vindo a colocar-lhes, quando durante tanto tempo se agarraram, uns ao inevitável aprofundamento das crises e dos conflitos de classe à medida que a industrialização avançasse e a concentração se acelerasse, até se chegar à manhã gloriosa em que as «insuperáveis contradições» do sistema imporiam o poder proletário, outros a um idealismo libertário de pequenos produtores independentes ou de comunas autónomas onde vigorasse uma democracia directa e permanente, sem Estado nem poderes organizados. A retracção numérica do proletariado fabril (para já não falar nos seus «aliados naturais», os assalariados agrícolas) nas sociedades capitalistas mais avançadas não faz mais do que sublinhar a necessidade de reflectir seriamente e, se necessário, reformular conceitos e perspectivas.

Entretanto, a própria experiência dos países ditos socialistas terá exemplarmente dissipado as ilusões «economicistas», inspiradas por uma leitura primária de Marx, segundo as quais o simples desenvolvimento

das forças produtivas, no quadro da sua apropriação colectiva, seria suficiente para *determinar* relações de produção socialistas. Isso não sucedeu com o sistema de planificação central e, ao que a experiência húngara, com os seus dez anos, nos parece ensinar, também não está em vias de acontecer, pelo contrário, no sistema de «socialismo de mercado». Segundo os sociólogos húngaros da chamada Escola de Budapeste este sistema está produzindo uma sociedade orientada para o lucro, uma sociedade de tipo «aquisitivo» (voltaremos mais adiante ao exame destas posições).

Quais então as grandes questões que hoje se levantam à formulação de um «projecto socialista», em particular se considerarmos a sua viabilidade em sociedades industrializadas ou semi-industrializadas? Enunciemos apenas algumas, e comentemo-las sumariamente, sem que a ordem por que as apresentamos seja necessariamente a da sua maior ou menor prioridade.

1) Como conciliar *autogestão* e *planificação*? — Seja qual for a nossa concepção de socialismo, estas duas ideias não poderão deixar de lhe estar de algum modo associadas. Por oposição à anarquia do mercado capitalista, a necessidade de a sociedade «organizar» a produção de forma planificada de modo a que a utilização dos recursos seja orientada por objectivos colectivos e não por objectivos individuais privados, parece ser indiscutível como ponto de princípio. Em contrapartida, a socialização dos meios de produção também não pode ser identificada com a sua simples estatização. Para além da separação entre as unidades produtivas — que à planificação competiria eliminar —, o que se pretende — e julgamos por enquanto continuarmos a mover-nos em águas não controversas — é o fim da separação dos produtores dos respectivos meios de produção, o fim da relação salarial, que exprime essa separação e materializa a exploração. Sendo assim, é óbvio que só haverá real socialização se houver, de algum modo, uma autogestão: só ela significará a *posse* efectiva dos meios de produção pelos trabalhadores. Planificação e autogestão serão, neste sentido, a resposta socialista à famosa «dupla separação» característica das sociedades capitalistas.

A questão que surge de imediato, e que está longe de ser uma questão académica, pois são as práticas existentes que directamente a colocam, é então: como conciliar uma planificação global, necessariamente centralizadora da informação e por isso mesmo instrumento de poder *sobre* a sociedade, com uma gestão descentralizada e autónoma de unidades de produção e de serviços (para não ir mais longe), que de um modo geral não terão uma visão global dos grandes interesses colec-

tivos⁽²⁾ e cujos objectivos próprios podem contrariar os estabelecidos no Plano? Entrando desde já em terreno controverso, diremos que, até agora, não foi encontrada resposta satisfatória para este problema. Tanto no «socialismo» de planificação central como no de mercado são os órgãos superiores da tecno-burocracia dirigente o juiz supremo dos «interesses colectivos», num caso determinando imperativamente o que devem fazer as unidades produtivas («repartindo o Plano» por elas), no outro procurando levá-las, por mecanismos indirectos, a agir de acordo com a vontade do planificador. Por oposição, no «socialismo autogestionário» jugoslavo, prevalecem em larga medida os interesses dos «colectivos de trabalhadores», porventura em conflito uns com os outros, e surge uma «anarquia» análoga à dos sistemas de mercado em que problemas vitais da sociedade — como é nesse caso o do desemprego — não encontram solução, pois nenhuma empresa, seja ela autogerida, faz disso um objectivo prioritário.

Há pois, provavelmente, um *novo sentido* a dar a estes dois conceitos, que permita a sua articulação e compatibilização, condição de um projecto socialista. Este projecto terá de encontrar uma chave para a dicotomia, ainda não resolvida, que opõe uma suposta identidade entre Plano e centralização a outra suposta identidade entre Mercado e descentralização.

2) Como dissociar o *poder do saber*? Como conciliar *poder democrático* e *complexidade tecnológica e organizacional*? — Esta questão adquire uma crescente acuidade e manifesta-se com cada vez maior evidência à medida que o processo de industrialização se acentua e invade *todos* os domínios da actividade social. Trata-se de uma situação que foi rigorosamente prevista pelos clássicos do marxismo — a lógica da inevitável concentração económica é sem dúvida um dos pontos em que a sua análise do modo de produção capitalista triunfa largamente da «teoria económica» neo-clássica, que pressupõe a atomização dos agentes económicos —, e sobre cujos efeitos, o próprio Lenine, na esteira das previsões por eles formuladas, centrou um optimismo que os factos concretos infelizmente contrariaram: «*Sem os grandes bancos o socialismo seria irrealizável. Os grandes bancos são o “aparelho do Estado” que nos é necessário para a*

(²) Mesmo admitindo, por hipótese, que as «unidades de gestão» tenham essa visão global, muito mais difícil ainda será possuírem uma noção clara dos efeitos macroeconómicos das decisões que terão de tomar, isto é, da articulação, na prática, entre as acções desenvolvidas a esse nível e os «interesses colectivos» globais.

realização do socialismo, que nós *tomamos pronto a usar* ao capitalismo [...] Um único (o maior possível) banco de Estado, com um ramo em cada distrito, em cada fábrica — isso já constituirá nove décimos do aparelho *socialista*»^(*). Mas foi o próprio Lenine, pouco tempo depois, já com a Revolução em marcha, que não hesitou em clamar pela necessidade de especialistas e técnicos, sem os quais a «organização económica» corria o risco de sossobrar. E isto passa-se numa sociedade predominantemente rural, em que o aparelho industrial e financeiro ainda era, relativamente à economia no seu conjunto, diminuto, embora bastante concentrado. Actualmente, as sociedades industrializadas, ou mesmo apenas semi-industrializadas, são extremamente diversificadas, dispõem de tecnologias cada vez mais complexas e sofisticadas, a sua própria estrutura é dominada por grandes organizações (não apenas económicas) burocratizadas — no sentido Weberiano^(*) — que são os verdadeiros centros de *poder*. Tem sido vigorosamente discutido entre sociólogos e outros especialistas da «teoria das organizações», se justamente esta forma de organização, em lugar de conferir um poder cada vez maior aos especialistas, não tenderá, pelo contrário, a diluir esse poder dentro da organização, distribuindo-o por múltiplos níveis e múltiplas funções^(*).

A evidência não parece dar razão a esta hipótese, mas antes favorecer uma outra, segundo a qual os *fatores de decisão*, internos e externos à organização, se tornam mais diversificados (arbitragem de interesses de grupos dentro da organização, multiplicação da informação técnica, económica, política, etc., considerações estratégicas sobre os comportamentos de organizações concorrentes, etc., etc.), os especialistas de tratamento da informação adquirem por esse facto um papel de crescente importância na formação das decisões, mas, em definitivo, o verdadeiro centro de decisão compreende um número relativamente restrito (face à dimensão da organização) de indivíduos, que age no quadro das direc-

(*) LENINE [1917].

(*) Para Marx Weber, o conceito de *burocracia* (conceito sociológico que, contrariamente ao uso corrente do termo, não tem nada de depreciativo) exprime uma forma de organização hierarquizada e «racionalizada», no sentido em que funciona segundo um sistema explícito de regras impessoais que definem funções e repartem responsabilidades, tendo como objectivo o máximo de eficiência e o mínimo de conflitos.

(*) Era a posição que, com certas nuances, defendia M. Crozier na sua grande tese sobre o «fenómeno burocrático»: «Gostaríamos de sustentar, a concluir, que os receios tão frequentemente manifestados face à ascensão da tecnocracia, são pouco fundamentados. O poder do especialista, enquanto tal, tentámos mostrá-lo, diminui à medida que o progresso se acelera». (CROZIER [1963], p. 374).

tivas e prioridades definidas pelos proprietários, grandes accionistas ou seus directos representantes. Esses homens, que podem ser economistas, engenheiros, juristas, etc., são os «especialistas de gestão», e sem eles torna-se difícil conceber um funcionamento e crescimento regulares de tais grandes organizações. Nas grandes administrações e empresas do sector público dos países capitalistas o modelo organizativo é semelhante, os mesmos homens transitando com frequência entre os sectores público e privado, muitos deles passando mesmo mais transitória ou mais duradouramente pelas cadeiras do poder político — o que facilita a difusão do «modelo» (e da ideologia que lhe é subjacente) a todas as esferas da actividade social.

Muitos dos que defendem as teses de convergência (v. 1.º ensaio, pp. 86-87) fundam-se no argumento da implicação necessária entre a industrialização e o modelo burocrático de «organização», que acabará, segundo eles, por tornar as «sociedades industriais» ou «pós-industriais» finalmente *análogas* no seu funcionamento, na sua estrutura, nos seus valores dominantes. Mas também muitos dos que, nos países de Leste, se opõem violentamente às teses de convergência, não deixam de reconhecer que uma das principais carências desses países se situa precisamente ao nível das «capacidades de gestão», do controlo das relações «informação-decisão-objectivos», carências cada vez mais evidenciadas pela dimensão gigantesca das grandes organizações económicas, sociais e administrativas, numa fase de passagem do «crescimento extensivo» (recursos abundantes, objectivos «simples») ao «crescimento intensivo» (recursos escassos, objectivos «complexos»).

O mesmo é dizer que, ao pretender definir-se um «projecto socialista» para sociedades industrializadas ou semi-industrializadas, uma das questões fundamentais que não é possível iludir é por certo, num primeiro tempo, o da articulação entre o «poder democrático» e o dos detentores do «saber» (os que *sabem* «produzir», gerir, decidir, mas também os cientistas, os professores, toda a «elite» cultural que, conscientemente ou não, reproduz as condições *do poder*, e de facto *o exerce* também). Num segundo tempo, estará na ordem do dia a submissão clara dos segundos ao primeiro, até que, a mais longo prazo, a completa reformulação das relações sociais (a começar pelo sistema educativo) venha simplesmente a eliminar o problema, não no sentido — esse obviamente utópico — de que «todos saberão tudo», mas no sentido em que a própria estrutura de relações sociais será tal que os especialistas nos vários domínios (*que os haverá sempre*) estarão integrados num sistema em que os mecanismos do poder serão *outros*, colectivos, e em que eles par-

ticiparão não enquanto especialistas, mas enquanto membros activos da comunidade: o *saber* necessário para intervir e participar politicamente será *de outra natureza*.

3) Como conciliar *capacidade criativa* (individual, de grupos) com *produção de massa*? — Aqui poder-se-á dizer que, no sentido habitualmente pejorativo, «produção de massa» é algo inerente às sociedades capitalistas avançadas ou às que lhe seguem as pisadas, mas não a um verdadeiro projecto socialista, e como tal a alternativa (ou a «compatibilização») não se poria. Ora sucede, por um lado, que as sociedades a que nos estamos a referir *estão* organizadas em função da produção de massa: por razões económicas de rendibilização da produção (economias de escala, produções de série), *mas também* por razões ideológicas de uniformização de gostos, comportamentos, valores (e neste sentido convém incluir no conceito geral de produção de massa a própria *produção de informação* e de ideologia: a comunicação de massa, a cultura de massa, etc. — a produção do marcusiano homem unidimensional). É, pois, uma situação de partida que é impossível ignorar, a qual, quando muito, será possível *recusar* e, mesmo assim, importa analisar as formas de transição para um projecto alternativo. De qualquer modo, se fosse esta a única objecção, a interrogação estaria mal colocada: não se trataria de um «como conciliar», mas de um «como passar de (...) a». Mas, por outro lado, se entendermos «produção de massa» no sentido de uma abundância crescente, para todos, de bens e serviços *úteis*, de um acesso generalizado de *todos* ao conhecimento dos mecanismos económicos e sociais, e portanto à instrução, à informação, à cultura — se assim o entendermos, não podemos negar a *necessidade* de equacionar, num projecto socialista, os problemas de escala, de eficiência, de «produtividade», de técnica, que estão associados a uma «produção de massa», nesse sentido *novo*. Só que, ao fazê-lo, estaremos simultaneamente a colocar-nos uma questão adicional, uma nova aparente contradição a resolver. De facto, ao projecto socialista *não pode ser* alheio o despertar de toda a capacidade inventiva e criativa existente na sociedade, e é indiscutível que as grandes organizações burocratizadas que estão intimamente ligadas à «produção de massa» não são o caldo de cultura ideal, nem o estimulante indicado para tal processo criativo. Pelo contrário, em princípio elas funcionarão tanto melhor quanto cada um cumprir com maior rigor e eficácia as funções que lhe estão atribuídas, sem aventuras imaginativas. Num colóquio sobre «Estimulação social e económica dos trabalhadores» realizado na Hungria, e a que já várias vezes nos referimos ao longo do

2.º ensaio, esboçou-se uma discussão sobre este ponto, que assim nos é descrita pelo autor do respectivo relato: «De acordo com vários participantes, o trabalho criativo envolve um sentido mais profundo de vocação e, em tais actividades, a importância da estimulação material é menor. Outros discordaram. Segundo János Timár “*trabalho criativo* tem sido entendido num sentido demasiado restrito, e um *sentido de vocação* atribuído apenas a esse tipo *superior* de trabalho. (...) No sentido mais amplo — e na realidade — qualquer tipo de trabalho, mesmo o mais simples, é de natureza criativa e, sob condições favoráveis, um sentido de vocação pode desenvolver a alegria do trabalho (satisfação com o trabalho) nas massas do povo trabalhador, por meio de um uso complexo de incentivos materiais e não materiais”»⁽⁶⁾. Esta última posição, que contém um duplo vício ideológico, é típica da «boa consciência» com que os dirigentes políticos e económicos, no Ocidente como no Leste, procuram exercer o seu poder — e Timár, já o vimos, é um dos mais destacados tecnocratas do «socialismo de mercado» húngaro. Com efeito, ele por um lado confunde «alegria ou satisfação com o trabalho» — a qual pode simplesmente encobrir falta de sentido crítico, de noção das servidões e implicações sociais da divisão do trabalho, enfim, de conformismo — com «trabalho criativo», que, pelo contrário, pressupõe uma atitude activa e *inteligente* face ao próprio trabalho. Por outro lado, afirma sem reboço que qualquer trabalho, *mesmo o mais simples*, pode ser criativo. Seria encantador se assim fosse, mas sabemos bem que o não é: justamente a parcelização levada ao extremo do moderno trabalho industrial, sem falar na multiplicação das tarefas administrativas (desde a dactilografia à perfuração mecanográfica, passando pelo preenchimento, verificação, arquivo dos mais variados impressos e documentos), desenvolveram uma infinidade de actividades sem qualquer potencial criativo, perante a qual esbarra a mais fértil imaginação, o mais forte espírito criador daquele que as desempenha, ainda que motivado por um «uso complexo de incentivos materiais e morais». E nem sequer a «desproletarização» que resulta da crescente mecanização/automação de tarefas melhora a situação neste ponto: a permanência durante várias horas por dia numa sala de controlo, atento a que não acendam algumas luzes vermelhas que devem manter-se apagadas é, sob este ponto de vista, talvez ainda menos estimulante que o trabalho do carregador de tijolos. Esta evolução responde a outro tipo de problemas: reduz (ou elimina) os postos de trabalho

(6) BIHARI [1974], p. 246.

fisicamente violentos ou desgastantes, e tende a eliminar os riscos de «falha humana» na condução das operações industriais, ao mesmo tempo que aumenta a produtividade. Também as experiências nórdicas, aparentemente «bem sucedidas», de «recomposição de tarefas» nos trabalhos de cadeias de produção de série não alteram em nada a natureza dessas mesmas tarefas, apenas dão maior grau de liberdade aos componentes das equipas de trabalho na «gestão do tempo» e tornam-lhes o trabalho mais *variado*, o que não significa mais estimulante ou criativo⁽¹⁾.

Estamos, pois, perante um problema real, que dificilmente pode ter resposta ao nível do posto de trabalho ou mesmo da própria oficina. Um projecto socialista não o pode ignorar, e provavelmente só lhe poderá dar resposta dando um suporte social sólido à noção de *criatividade*. Ainda que muito possa ser feito nesse domínio, não cremos que se possam depositar demasiadas esperanças numa «revolucionarização tecnológica» que eliminasse por inteiro os postos de trabalho não estimuladores da criatividade individual: são os próprios horizontes individuais, abertos *pelo exterior*, que têm de ser objecto de uma «revolucionarização», de raiz eminentemente político-cultural.

4) Como conciliar *qualidade de vida e industrialização*? — Ao colocar esta interrogação, situamo-nos desde logo fora dos projectos «utópicos» de alguns ecologistas (de direita e de esquerda) que sonham, ainda que quase nunca o explicitem, com o idílico retorno a uma asséptica sociedade rural — intelectuais geralmente de raiz literária ou filosófica, que ignoram tanto a dureza e as servidões do trabalho agrícola, quanto os seus inimigos jurados que falam da criatividade do trabalho industrial ignoram este. Pela nossa parte, estamos a admitir, como o temos vindo a fazer, que o projecto socialista não só não rejeita a existência de indústrias como exige, para plenamente se realizar, um considerável desenvolvimento industrial, única forma de assegurar à sociedade a abundância de bens materiais *por ela considerados* úteis, se não mesmo indispensáveis.

Posto isto, queremos assinalar, para vincar com a força necessária as dificuldades inerentes a esta «conciliação», que damos aqui aos dois

(1) Sobre a descrição de tarefas e os limites da criatividade numa cadeia de montagem de motocicletas na Hungria, v. KEMÉNY (1978). Neste texto encontram-se também informações com muito interesse sobre a hierarquia na empresa, a utilização das horas extraordinárias e os seus efeitos no rendimento salarial e na qualificação, a persistência da «obsessão do cumprimento do Plano», etc.

termos da dicotomia enunciada o seu mais amplo sentido. Assim, qualidade de vida não se referirá apenas, como é frequente, à eliminação dos efeitos da poluição, mesmo no sentido mais vasto (incl., p. ex., poluição sonora, ou até «visual»). Para o projecto socialista, a qualidade de vida tem de ser entendida no sentido marxiano original, de «desenvolvimento completo do indivíduo»⁽⁸⁾ ou, na expressão de uma socióloga húngara, da apropriação pelos indivíduos da *riqueza* social que resulta do «desenvolvimento multilateral das forças essenciais do género humano»⁽⁹⁾. Trata-se, muito simplesmente, de um novo modo de relacionamento dos indivíduos entre si e com a natureza (nomeada, mas não exclusivamente, através dos meios de produção e dos processos de trabalho). O que significa a realização do «indivíduo social», também na expressão de Marx, por um lado, e por outro uma relação com a natureza que não pode ser de mera contemplação, e muito menos de submissão (e é esse o carácter *real* da relação existente na tal idílica sociedade rural), mas de *apropriação* — e a decisão consciente de conservar a paisagem, de manter protecções naturais, de assegurar os equilíbrios naturais estabelece, pelo simples facto de ser *uma decisão política* visando o benefício da colectividade, uma relação de poder sobre a natureza, ou de apropriação. Aumentar a qualidade de vida é, pois, nesta acepção global, aumentar a capacidade de *apropriação* de cada um e de todos sobre a sua própria vida e sobre a vida social, aprofundar o conhecimento de cada um e de todos sobre os mecanismos de relacionamento social, económico, cultural, que determinam o devir da comunidade, para os dominar e, dentro dos seus limites, exercer uma autêntica *liberdade*.

Se passarmos ao polo oposto, ao conceito amplo de «industrialização», encontramos aí uma necessidade do projecto socialista, como já vimos, mas igualmente um factor imensamente poderoso de continuidade, isto é, de reprodução de relações *anteriores* dos homens entre si e deles com a natureza. Foi a industrialização moderna que gerou o sistema salarial e a relação de exploração inerente ao modo de produção capitalista. Foi ela que parcelizou as tarefas, que aniquilou o trabalho criativo, que «burocratizou» a sociedade — diluindo, na aparente impessoalidade das suas regras, na hierarquização das funções que desenvolveu, o conflito central entre exploradores e explorados. Neste sentido, a industrialização, mais do que uma (entre outras) formas de desenvolvimento

(8) MARX [1857-58]-2, p. 230.

(9) HELLER [1970], cit. em FRANKEL & MARTIN [1973], p. 278, de «Hipótese para uma teoria marxista do valor» (em Húngaro), de Agnés Heller.

económico, foi também um poderoso processo «modelador» de comportamentos sociais, um sistema de *poder*, um destruidor da «qualidade de vida», não apenas pelos seus efeitos mais patentes de poluição ou de concentração urbana, mas pelas contrapartidas que «estruturalmente» propõe de afluência de bens de consumo, constituída em objectivo máximo de vida e sinal de prestígio, se não mesmo de «libertação».

È nesta acepção global que se torna patente a oposição frontal entre «qualidade de vida» e «industrialização», oposição muito mais profunda do que a que correntemente é colocada por numerosos ecologistas entre os mesmos termos. E é por isso que, ao perspectivar um projecto socialista, se terá de ir ao fundo da questão e encontrar, numa nova formulação dos termos, ou na sua mediação através de novos conceitos e de novas práticas, a solução da contradição e os caminhos de transição para essa mesma solução.

5) Como passar da noção de *rendimento* (ou de valor material/mone-tário) à de *fruição de bens socialmente úteis* (ou valor qualitativo)? — Quando a Leste se assiste a uma indiscutível penetração dos «valores» da chamada sociedade de consumo ocidental, de que a sua própria imprensa frequentemente se faz eco (com mais severidade nos países de planificação central, com mais indulgência numa Hungria, em que é o próprio modelo económico que finalmente segrega comportamentos de tipo «consumista» — mas em ambos os casos dando testemunho do que «realmente existe»); quando, nos países ocidentais, os partidos socialistas, implícita e muitas vezes explicitamente, tendem a identificar «socialismo democrático» a um «socialismo de distribuição», que não é mais do que uma social-democracia, ou um neo-capitalismo, gestão inteligente de uma economia capitalista que procura diluir os conflitos sociais e atenuar as suas próprias crises através de uma elevada capacidade de consumo assente na articulação entre altas produtividades, altos salários e publicidade intensiva, esta última com uma função preponderante, não apenas económica mas talvez sobretudo ideológica; quando nós-próprios já acima nos referimos, a propósito do «projecto socialista», a uma «abundância crescente», ainda que julguemos ter sido claros quanto à natureza dessa mesma abundância; enfim, quando nos defrontamos com tais «factos sociais», se não com o risco de certos equívocos, cremos indispensável sublinhar a importância vital, para a identificação do «projecto socialista», do equacionamento preciso do problema cultural que consiste na passagem do quantitativo ao qualitativo. Para utilizar uma fórmula suficientemente sugestiva, trata-se de encontrar as vias de passagem de

uma suposta (ou desejada) abundância indiscriminada de bens a uma «abundância de vida». A preocupação obsessiva centrada na luta constante por rendimentos monetários mais altos para comprar produtos cada vez mais caros (e com uma relação marginal qualidade/preço fortemente decrescente) terá de gradualmente substituir-se a valorização do que é socialmente útil, tenha ou não um preço monetário, independentemente de efeitos de prestígio alimentados por uma publicidade falaciosa. Não queremos com isto dizer que muitos desses bens socialmente úteis não sejam bens de consumo *formalmente* idênticos aos que hoje conhecemos, e que para os adquirir não seja necessário dispor de dinheiro. O importante é que se altere a *atitude* do «consumidor» face ao produto, no sentido de esse mesmo consumidor se tornar, acima de tudo, um «utilizador». Apenas para exemplificar, a eliminação da necessidade artificialmente fomentada de substituir bens duráveis periodicamente (automóveis, frigoríficos, instalações de reprodução sonora, etc., etc.), eliminação que implica acções ao *nível da produção*, onde hoje a «obsolescência» é como se sabe cuidadosamente programada, e alterações de comportamento sociológico ao *nível do consumo*, já que faz parte de um certo estatuto mudar de carro, como mudar de «toilette», de tanto em tanto tempo — tal eliminação colocaria só por si em bases totalmente diferentes não só a relação utilizador/produto, mas também as relações entre os diversos utilizadores, ao mesmo tempo que modificaria a relação salário/preço e que tornaria transparentes os mecanismos actuais de dominação da produção sobre o quotidiano de consumidores condicionados. Outro exemplo possível de alteração de todas estas relações poderá ser o da utilização colectiva de certos bens que hoje são possuídos não apenas pela sua utilidade intrínseca mas como símbolos sociológicos de «riqueza» ou de propriedade/prosperidade individual. Os casos mais evidentes são talvez os de máquinas de lavar roupa utilizadas colectivamente pelos moradores de um mesmo prédio, e também a tão discutida inversão transporte colectivo/transporte individual.

Na realidade, o problema é muito mais vasto, alargando-se a todas as esferas da vida social, e não apenas aos comportamentos detectáveis ao nível do mercado de bens de consumo. O projecto socialista tem de ser um projecto de «desmercantilização» de toda a vida social, tem de apontar vias para a transformação das relações de troca mercantil, que dominam hoje toda a estrutura de comportamentos (desde os «económicos», até ao sistema educativo, às relações entre sexos, à ocupação dos tempos livres), em relações de cooperação. É óbvio que, a este respeito, serão decisivos os sistemas de comunicação e confrontação/con-

vívio, necessariamente desierarquizados e abertos, entre indivíduos e grupos, não condicionados pelo local de trabalho e/ou de habitação. Esta será uma das chaves para a transformação do homem unidimensional, tendencialmente indiferenciado dos outros, mas efectivamente deles isolado, apenas «comunicando» com os outros através da mensagem comum que todos *recebem* (via televisão, via imprensa, via publicidade), num homem multidimensional, simultaneamente mais diferenciado e dotado de vida própria, e mais *social*, pela apreensão da experiência colectiva na sua totalidade.

6) Como conciliar *igualitarismo* e *dinamismo económico/social*? — É um facto indiscutível que a ideia igualitária, ou seja, a de uma exigência de nivelamento de rendimentos, de oportunidades, de condições de vida (habitação, educação, saúde, mas também actividades lúdicas, culturais, etc.), é inerente à ideologia socialista e tem de encontrar resposta num projecto socialista. Mas é também um facto que, *até hoje*, não foi encontrado motor mais eficaz de dinamismo económico e social do que, precisamente, a existência de desigualdades de rendimento e condições de vida entre os indivíduos, que os incitam ao trabalho e à poupança. Isto é verdade no que diz respeito aos países capitalistas, onde tal desigualdade faz parte da lógica própria do sistema e da sua ideologia, mas também, como vimos, nos países que se reclamam do socialismo se veio a constatar a insuficiente motivação criada quer pelos estímulos propagandísticos quer pelo sistema de sanções político-repressivas da era estaliniana, pelo que uma das componentes genéricas das reformas dos anos 60 foi a do acento posto no papel dos «incentivos materiais» e mesmo, com frequência explicitada, a da necessidade de uma crescente abertura dos leques salariais e de uma maior diferenciação social.

Para nos darmos conta do ponto a que a ideia igualitária é estruturalmente estranha ao sistema de mercado e com ele radicalmente incompatível, bastará ler uma série de artigos publicada em 1975 na *Business Week* sobre o igualitarismo e o «movimento igualitário» nos E. Unidos, de que o primeiro tem o título elucidativo «Igualitarismo: ameaça ao mercado livre»⁽¹⁰⁾. Julgamos útil fazer algumas citações esclarecedoras: «Enquanto os porta-vozes deste movimento [igualitário] ainda falam sobretudo em termos de direitos, o objectivo é cada vez mais

(10) COBBS [1975]-1, 2 e 3.

o nivelamento de bens e poderes na sociedade americana. Os igualitaristas de hoje pretendem utilizar o governo federal para redistribuir a riqueza e os rendimentos, eliminar as diferenças na educação e na origem familiar e ultrapassar o princípio clássico segundo o qual o que um homem consome tem de estar determinado pelo que produz ou pelo que possui. Para atingir a uniformidade e a igualdade, eles estão preparados para sacrificar a diversidade e a liberdade individual. O movimento igualitário é essencialmente autoritário. É altamente crítico do *business* e da economia do *laissez-faire*. Os meios de negócios [o *business*], pelo seu lado, vêem o impulso igualitário como uma ameaça — não exactamente para os seus encargos salariais mas para os princípios fundamentais de uma economia de mercado. E têm razão nisso»⁽¹¹⁾.

Mais adiante cita Arthur Okun, segundo o qual: «Ao prosseguir tal objectivo [de igualdade de condições, por oposição a igualdade de direitos], a sociedade desperdiçaria toda a oportunidade de usar recompensas materiais como incentivos à produção. E isto conduziria a ineficiências que seriam prejudiciais para o *welfare* da maioria»⁽¹²⁾. Enfim, oferece-nos uma imagem clássica, que nos recorda as referências feitas no 1.º ensaio aos teóricos da «neguentropia económica»: «Um sistema capitalista utiliza as diferenças de salários e lucros para manter a máquina económica em funcionamento tal como uma máquina a vapor utiliza diferenças de calor e pressão para manter o volante em movimento. Diferenciais de salários movem os trabalhadores de actividades menos produtivas para outras mais produtivas. Diferenciais de lucros movem o capital de actividades em declínio para áreas em crescimento». E acrescenta, logo a seguir: «Mesmo os sistemas socialistas e comunistas descobriram que os incentivos salariais são o único caminho para obter produção»⁽¹³⁾. Esta última citação, que poderia levantar dúvidas se não nos tivéssemos já referido largamente ao assunto no 2.º ensaio, leva-nos, apesar disso, a referir um autor polaco que, do mesmo passo, nos dá algumas interessantes informações sobre o «igualitarismo» no seu país: «O que mais ressalta, neste ponto [i. e., no que respeita ao problema dos rendimentos], é a aceitação por toda a população, e antes de mais pela classe operária, dos princípios igualitários da repartição. (...) Este igualitarismo traduz incontestavelmente transformações socialistas na consciência da nossa sociedade e constitui um

⁽¹¹⁾ COBBS [1975]-1, p. 62.

⁽¹²⁾ Id., p. 64.

⁽¹³⁾ COBBS [1975]-3, p. 87.

factor que facilita a aplicação, no domínio da repartição, de soluções próprias aos estádios superiores de desenvolvimeto do socialismo, quando a pressão das necessidades materiais deixa pouco a pouco de ser a premissa fundamental da actividade humana. No entanto, não devemos esquecer também que o igualitarismo polaco contemporâneo é um fenómeno demasiado complexo e ainda demasiado pouco conhecido para ser considerado como um estado de consciência que não necessita de correcção do ponto de vista das exigências que impõe a continuação da expansão económica. Parece, em primeiro lugar, que este igualitarismo tem por origem uma condenação moral do sucesso material dos indivíduos ou, mais exactamente, dos meios pelos quais este sucesso foi obtido. Se os rendimentos elevados provocam uma desaprovação social é porque se tem como certo que foram adquiridos por operações moralmente condenáveis. De facto, à nossa sociedade faltam quase completamente modelos de sucesso material que a opinião aprovasse. Pelo contrário, uma má situação material é quase considerada como uma garantia de honestidade. Situação que está longe de ser normal para uma sociedade ainda incapaz de poder renunciar à aplicação de estimulantes materiais que incitem a trabalhar»⁽¹⁴⁾. Também um sociólogo checo, Machonin, lamentava em 1969 «uma ideologia igualitária largamente expandida, para a qual as diferenças, no entanto insuficientes, de estatuto social que existem actualmente, parecem prejudiciais e inúteis»⁽¹⁵⁾. Para W. Connor, «em toda a Europa de Leste, o igualitarismo e a consciência de uma segurança de emprego penetraram o mundo operário e constituíram um obstáculo maior na via das reformas económicas»⁽¹⁶⁾. De resto, se recordarmos a base teórica das reformas, que não é mais do que a teoria económica do equilíbrio geral, compreende-se facilmente como o igualitarismo terá inevitavelmente de constituir uma resistência à sua aplicação. E também se compreenderá porque a componente igualitarista tem de estar presente num sistema de transição para o socialismo. Resta contudo que se encontre um «substituto» motivador da dinâmica social e económica que terá, ele próprio, de ser componente essencial do projecto socialista, sem o que a transição para o socialismo poderá ser, muito simplesmente, a transição para a estagnação, o imobilismo e o desinteresse, e o socia-

(14) KOZMINSKI [1972], p. 27.

(15) Cit. em CONNOR [1975], p. 119.

(16) CONNOR [1975], p. 114.

lismo a sociedade de entropia máxima, o que seria negar a própria ideia de socialismo — sociedade empenhada, consciente e dinâmica.

7) Enfim, porventura síntese de todas as anteriores questões/contradições, como conciliar *democracia* e *socialismo*, *liberdade* e *empenhamento colectivo*? — É com efeito esta, sobretudo a primeira, a forma por que, desde há muito, têm vindo a ser formuladas, de modo condensado, as dificuldades fundamentais de um projecto socialista. Infelizmente, em lugar de propostas e acções concretas no sentido de as superar, tem-se adoptado quase sempre um nominalismo estéril e mistificador. As expressões social-democracia, socialismo democrático, democracia socialista de algum modo parecem anunciar que os que delas se reclamam são portadores de uma «solução». Mas bem se sabe também quanto oportunismo e quanto conformismo (com os mecanismos fundamentais do sistema capitalista) se tem abrigado sob estas capas. Também, a Leste, não faltam as democracias populares que, ao serem simultânea e globalmente designadas de países socialistas (do «socialismo real»), nos propõem modelos de sociedade em que democracia e socialismo enfim se teriam encontrado. Ora, seja qual for o conceito de democracia que se adopte, desde que ele preveja uma participação activa dos cidadãos nas decisões *políticas* que interessam à colectividade, nem que seja apenas na escolha de representantes ou dirigentes a quem ingenuamente dêem «carta branca» para conduzir os destinos dessa mesma colectividade (e já estaremos no limiar da demissão colectiva, logo da não-democracia, mesmo tomada esta na mais «generosa» acepção), ainda assim é suficiente a evidência de que nos chamados países «socialistas» não existe forma *aceitável* de democracia.

Em contrapartida, ensina-nos a experiência de numerosos períodos revolucionários desde o princípio deste século (a portuguesa pós-25 de Abril, entre muitas outras) a extrema vulnerabilidade dos processos de «democracia de base» ou «democracia directa», que sempre surgem e se desenvolvem em tais contextos, sendo pelo menos incontestável que em nenhum caso eles puderam dar origem a uma organização social modelada por tais princípios. O que não significa que tais experiências não tenham revelado insuspeitadas capacidades de iniciativa e de criatividade colectivas, bem como um potencial de solidariedade, de sentido do «socialmente útil», de operacionalidade anti-burocrática, de autonomia face aos aparelhos de poder tradicionais — tudo elementos essenciais de qualquer «projecto socialista». Simplesmente, a luta política *decisiva* travava-se entretanto à margem dessas experiências (quando

muito *servindo-se* delas), e era conduzida por aparelhos partidários em disputa pelo «aparelho de poder de Estado», o que é compreensível pois, como já vimos, é a esse nível, e ao das grandes organizações económicas e financeiras, que estão concentrados os poderes de decisão e de controle *sobre* toda a sociedade.

É na ultrapassagem desta falsa alternativa que se situa o projecto socialista: a conquista do poder por um movimento exclusivamente basista, atomizado e desarticulado, é uma das utopias cuja inviabilidade a experiência já claramente demonstrou — e muito mais o seria o seu exercício; por outro lado, a conquista do poder por um aparelho de profissionais, organizados, hierarquizados e disciplinados, ainda que feita *em nome* das grandes massas, rapidamente cede às exigências de um exercício «realista» desse mesmo poder, que, para se «consolidar», não se pode compadecer de basismos «anarquizantes» — cai-se então num novo poder de Estado sem controlo democrático, exercido por uma vanguarda iluminada, que não demora a constituir-se numa burocracia onnipotente e asfixiante.

O problema fundamental que o «projecto socialista» terá, pois, de equacionar, e de cuja solução dependerá em grande parte a de todas as contradições anteriores, será o da existência de um Estado que, num contexto de luta de classes, contenha em si mesmo os mecanismos da sua negação a prazo enquanto aparelho repressivo (ou de «coesão social»), pela substituição gradual de relações de dominação de uma classe ou bloco social sobre outras (outro) por relações de solidariedade e auto-disciplina colectivas. Este é, reconhecemo-lo, o ponto em que parecemos aproximar-nos mais da utopia, e é, por isso mesmo, este o desafio mais arriscado e também o mais motivador que se coloca à lucidez dos que procuram traçar as linhas de força de tal projecto. Voltaremos adiante, necessariamente, a esta questão, ao examinar alguns debates ou propostas relevantes no que toca a toda a problemática enunciada. Mas desde já diremos que, também neste ponto parece indispensável rever e precisar conceitos: um deles será por certo o de democracia representativa, que tem de ser dissociado de outro, quase sempre tomado como seu sinónimo, ou seja, o de democracia parlamentar.

A concluir esta primeira parte, em que nos limitámos a expor, em termos de contradições a resolver, as grandes componentes do projecto socialista, queremos salientar desde logo um aspecto capital, que nos fará a ligação com os dois ensaios anteriores. Vimos, ao longo da exposição feita sobre essas contradições, surgirem-nos, constantemente

imbricados, problemas económicos, políticos, sociais, culturais, factores ligados à tecnologia, à organização social, ao «modo de vida», ao quotidiano, às relações de classes, etc., etc. Talvez não fosse preciso mais para se apreender até que ponto o «sistema socialista» (como o «sistema capitalista») não pode ser de nenhum modo identificado em termos de «sistema económico». De facto, colocando-nos apenas no plano dos sistemas *económicos*, teremos dificuldade em fugir à lógica da teoria dos sistemas, segundo a qual cada sistema é apenas um ponto num espaço a n dimensões, definido pelos valores dos n parâmetros característicos desse mesmo espaço. Segundo os valores combinados desses parâmetros, poderão apontar-se regiões *mais pronunciadamente* socialistas e regiões *mais pronunciadamente* capitalistas, mas nunca distinguir com rigor, como sistemas com lógicas radicalmente opostas, o *socialismo* do *capitalismo*. E isto é assim não apenas porque ambos são *sistemas globais*, e não apenas económicos, mas porque o «peso» relativo dos diversos elementos caracterizadores de um e outro sistema é distinto. Em linguagem bem conhecida de alguns iniciados, no capitalismo é económica a instância dominante, enquanto no socialismo é dominante a instância política — ou, preferentemente, político-cultural. Em termos mais concretos, isto significa que, por exemplo, os pontos que, no espaço dos sistemas económicos, indiquem uma preponderância quase absoluta dos mecanismos de mercado sobre a planificação correspondem *necessariamente* a sistemas «capitalistas», aqueles em que a relação seja inversa não correspondem *necessariamente* a sistemas «socialistas». Só saindo para fora desse espaço, será possível equacionar este último problema.

2. Embora correndo o risco de decepcionar os leitores cujo fôlego ou a paciência lhes permitiram chegar a este ponto, e cuja ingenuidade ou desatenção terão levado a esperar que lhes apresentássemos uma «solução definitiva» para as questões postas, desde já sublinhamos vivamente que nunca poderia ser esse o nosso propósito, sob pena de nos contradizermos frontalmente: a formulação do «projecto socialista» terá sempre de ser resultado de um trabalho multidisciplinar aprofundado, se é certo que se trata de um projecto de sociedade *global*, logo de um sistema em que têm de se encontrar consistentemente articuladas as componentes política, económica, social, cultural, ideológica. E é apenas da identificação da *natureza* do projecto socialista e das suas *componentes críticas* que se ocupa o nosso trabalho. Poderíamos mesmo dá-lo por concluído neste ponto, pois julgamos atingido esse objectivo. No entanto, certos contributos surgidos nos últimos anos em países que se reclamam

do socialismo parecem-nos de suficiente importância, por nascerem da prática, como elementos motivadores do debate indispensável, para que não lhes dediquemos algumas breves linhas. Como também não nos escusaremos, a concluir, a um insignificante contributo pessoal, em termos de hipótese de trabalho, para esse mesmo debate.

Ocupar-nos-emos, pois, de seguida, e sucessivamente, do «debate cubano sobre a gestão socialista» dos anos 1963-65, da «alternativa» proposta por Rudolf Bahro e dos trabalhos da chamada escola de Budapeste.

É importante notar desde logo os contextos distintos em que se geraram estas contribuições. Enquanto o debate cubano (do qual nos ocuparemos, no essencial, das teses de Guevara) decorre num país claramente «subdesenvolvido», de economia totalmente distorcida pelo domínio imperialista (monocultura açucareira), submetido a um bloqueio económico pelos E. U. e, sobretudo, numa fase em que a nova organização económica e social está por assim dizer em aberto e se experimentam na prática modelos distintos, as contribuições de Bahro e dos filósofos e sociólogos da Escola de Budapeste surgem, pelo contrário, como reacção a sistemas «fechados», com provas dadas, ainda que com diferenças consideráveis: a RDA é o país economicamente mais avançado de todos os países de Leste, e também daqueles em que a ortodoxia do sistema de planificação central persistiu com menos alterações, enquanto a Hungria é um país de nível «intermédio» de desenvolvimento, muito aberto ao exterior (em termos de trocas comerciais) e o único em que, como já vimos, se tem vindo a aplicar uma «reforma económica» que contradiz frontalmente o sistema de planificação central⁽¹⁷⁾. Salientamos ainda, porque isso explica certas diferenças substanciais nas posições dos autores em discussão e porque essa forma de expressão é por eles frequentemente utilizada, que enquanto Cuba se encontrava (e encontra por certo) numa fase de desenvolvimento *extensivo*, tanto a RDA como a Hungria já passaram à fase de desenvolvimento *intensivo*. Daí, por exemplo, que a Guevara se não ponham com a mesma acuidade que aos restantes intervenientes problemas como o da «estrutura de consumos» ou mesmo da «qualidade do desenvolvimento».

(17) Ainda que utilizando um indicador discutível, poderemos ter uma ideia grosseira dos níveis respectivos de desenvolvimento económico através do respectivo PNB/capita em 1978 (não esquecendo que o debate cubano decorre nos anos 1963-64): Cuba 1090 US\$, RDA 5680, Hungria 3060. Para comparação: Portugal 1820, França 8780, Reino Unido 5480 (ATLASECO [1979]).

Vejamos então sumariamente em que consistiu o «debate cubano» e que elementos pode trazer à problemática que nos ocupa⁽¹⁸⁾.

Desde o primeiro texto de Guevara, «Contra o burocratismo»⁽¹⁹⁾, ele enuncia um dos seus temas privilegiados: a construção do socialismo exige um *motor interno*. A sua falta é, segundo ele, uma das causas dos graves problemas de então e, concretamente, do «burocratismo». É patente, para Guevara, «a falta de interesse do indivíduo em prestar um serviço ao Estado e por superar uma situação dada. Funda-se numa falta de consciência revolucionária ou, em todo o caso, no conformismo frente ao que anda mal (...) [daí que], seja que esta falta de motor ideológico se produza por uma carência absoluta de convicção ou por certa dose de desespero frente a problemas repetidos que não se podem resolver, o indivíduo, o grupo de indivíduos, refugiam-se no burocratismo, preenchem papéis, salvam a sua responsabilidade e estabelecem a defesa escrita para seguir vegetando ou para defender-se da irresponsabilidade de outros»⁽²⁰⁾. A expressão «motor interno» surge aliás por mais de uma vez nos textos de Guevara, e está sempre associada à ideia de «consciência social» ou «consciência revolucionária». Na realidade trata-se de uma «vontade de agir», ou «propensão para agir», motivada por *conhecimentos* ou *convicções próprias* (ou seja por uma *consciência*, no exacto sentido) e não por alavancas exteriores. Donde que outro dos temas privilegiados de Guevara, em torno do qual muito se discutiu naquele período, tenha sido o

⁽¹⁸⁾ Os textos fundamentais deste debate estão reunidos em SILVERMAN [1971], e encontram-se mencionados na bibliografia sob os nomes dos que nele participaram: Guevara, Rom, Codina, Cossio, Mora, Font, Bettelheim, Mandel. Uma descrição pormenorizada do debate encontra-se em DE SANTIS [1965]. Na obra «Cuba, una revolución en marcha», que inclui o texto de De Santis, podem ler-se alguns dos textos de Guevara no original espanhol, e em particular o artigo «Contra el burocratismo», não traduzido na referida antologia. V. ainda MANDEL [1967], ALIER [1972] e ALPHANDERY [1972].

⁽¹⁹⁾ Não confundir com «burocracia», como sistema de organização, de que muito se falará nos textos húngaros e no contributo de Bahro. De algum modo se pode dizer que o burocratismo (que também existe nos países de Leste) corresponde às «taras» de um sistema burocrático em que, inevitavelmente, competências e responsabilidades se não encontram ajustadas. Em Cuba, obviamente, dada a grande carência de técnicos e quadros administrativos nos primeiros anos após a Revolução, essas taras eram, por assim dizer, dominantes no sistema: isso conduzia (e nós bem conhecemos isso...) ao que Guevara chamava a «reunionite», ou então ao seu contrário, no caso daqueles para quem qualquer problema se resolve como «na guerrilha», expeditamente. A esses chamou Guevara de «guerrilheiros administrativos».

⁽²⁰⁾ GUEVARA [1963]-1, p. 139.

dos «estímulos materiais», que são incentivos à acção *por interesse*: «Segundo a nossa concepção, estímulo material directo e consciência são termos contraditórios (...) [e] retardam o desenvolvimento da moralidade socialista»⁽²¹⁾. A sua utilização, que Guevara não exclui, teria no entanto que ser cuidadosamente feita, em modalidades que evitassem uma competição desenfreada entre trabalhadores, e colectivas de preferência a individuais. Mandel, que subscreve as teses guevaristas sublinha que só deverão ser rejeitados os incentivos materiais «que entram em conflito com a elevação da consciência socialista dos trabalhadores, por exemplo o salário à peça, o stakhanovismo; ou aqueles que estimulam a competição entre empresas contra o interesse da economia global»⁽²²⁾.

Poderia supor-se que, face a este tipo de preocupações, Guevara fosse um descentralizador, se não um «autogestionário». Mas é justamente aí que reside a originalidade do pensamento guevarista. Em termos de gestão da economia, ele é um convicto centralizador, um partidário acérrimo da planificação central. E os seus argumentos são simultaneamente de ordem pragmática e de ordem teórica. De ordem pragmática quando se fundamenta na enorme escassez de quadros técnicos e gestores competentes, o que a seu ver é um obstáculo prático de monta a uma gestão descentralizada eficiente. De ordem teórica quando observa que, se já havia algo que em Cuba, no plano das forças produtivas, tivesse antes da Revolução atingido o nível «adequado» para ser socializado sem dificuldade era justamente o sector das grandes empresas industriais pertencentes aos monopólios americanos, o que «permitia um controlo centralizado sobre algumas empresas a partir das sedes centrais em Havana ou Nova Iorque (...) Poderíamos dizer, pois, que, enquanto técnica [de gestão] o predecessor do sistema orçamental foi o monopólio imperialista tal como existia em Cuba, após ter passado pelas alterações inerentes ao longo processo de desenvolvimento das técnicas administrativas e de controlo»⁽²³⁾. Este tipo de argumento, que pode à primeira vista parecer finalmente mais pragmático que teórico, radica na teoria marxista das contradições entre relações de produção e desenvolvimento das forças produtivas. Ora é justamente no sector dos grandes monopólios industriais que Guevara vê o único domínio em que essa correspondência/contradição se encontrava objectivamente madura para a revolução e segundo ele não teria sentido, do ponto de vista da transição socialista, ir segmentar o que já

(21) GUEVARA [1964]-1, pp. 134-135.

(22) MANDEL [1964], p. 89.

(23) GUEVARA [1964]-1, pp. 129 e 132.

se encontrava concentrado e, portanto, mais facilmente planificável. Pelo contrário, Guevara dá um passo mais e considera *todo* o sector industrial como «uma única empresa» e defende que, tal como sucede entre sectores ou oficinas de uma empresa, os produtos que circulam entre as diversas empresas deixaram de ter o carácter de mercadorias, e nessas «transacções» (que o não são na realidade, nessa concepção) deixou de vigorar a lei do valor. É por esta via que uma larga parcela do debate se situa (como já sucedera no debate soviético dos anos 20) em torno do papel da «lei do valor» durante a transição para o socialismo. Devemos aqui fazer uma breve pausa para precisar que, ao tempo (1963-64), em Cuba, eram aplicados dois sistemas *opostos* de gestão: o sistema orçamental, no sector industrial, e o sistema de «cálculo económico» na agricultura e no comércio externo. No primeiro, defendido como já vimos por Guevara, as empresas (ou *consolidados*, grupos de empresas afins — Empresa Consolidada do Petróleo, Empresa Consolidada da Moagem, etc.), eram financiadas por dotações orçamentais e o «critério de sucesso» era o cumprimento do Plano (parcelar, pois não havia ainda uma planificação global). Não havia pagamentos entre empresas e os estímulos ao trabalho eram preferencialmente de natureza moral: «o grande papel do partido na unidade de produção é o de ser o seu motor interno (...) para que o trabalho produtivo, a capacitação, a participação nos assuntos económicos da unidade sejam parte integrante da vida dos operários, se vão transformando em hábito insubstituível»⁽²⁴⁾. O sistema de «cálculo económico» inspirava-se nas concepções que ao tempo serviam de base à reforma económica soviética, citando os seus defensores com frequência Novozhilov e Liberman. Recorde-se que se está próximo do relatório Kossygin (1965) que desencadeou o processo de reforma na URSS. Os princípios básicos são os de: autonomia de gestão das unidades produtivas tendo como critério prioritário de avaliação o lucro, recurso ao crédito bancário com juro para fins de financiamento, relações mercantis (de compra e venda *efectivas*) entre empresas, uso intensivo de incentivos materiais, em particular de salários à peça e ao rendimento. Os grandes argumentos dos partidários deste sistema centram-se na necessidade de fazer corresponder as relações de produção reais (portanto as formas de propriedade «socialista» e de gestão) ao nível muito primário de desenvolvimento das forças produtivas, uma melhor (mais eficiente) utilização

(24) Cit. em DE SANTIS [1965], p. 220. Para ver a sua inserção no texto original, v. GUEVARA [1964]-1, p. 140.

de recursos, menor burocracia e maior motivação para o trabalho (logo, mais elevada produtividade). A discussão situa-se, pois em planos distintos. Enquanto uns privilegiam a eficiência económica, o socialismo enquanto sistema económico (pelo menos na primeira fase de transição), os outros visam desde logo lançar as bases do socialismo enquanto *sistema global*. Recorde-se contudo que Guevara não era insensível à importância decisiva das questões económicas. Por um lado à componente económica de «suporte» da consciência social: «O comunismo é uma meta da humanidade que se alcança conscientemente; logo, a educação, a liquidação das taras da sociedade antiga na consciência dos indivíduos, é um factor de suma importância, sem esquecer, claro está, que *sem avanços paralelos na produção* não se pode chegar nunca a tal sociedade»⁽²⁵⁾ [sublinhado meu — JMP]. Na sua introdução ao debate cubano, Silverman coloca cruamente a mesma questão: «A falta de controlo económico eficaz é a forma mais importante que mina os incentivos morais. (...) O impacte da escassez de bens sobre os incentivos morais não pode ser ignorado (...) Os incentivos morais têm de ser reforçados através da eliminação da ansiedade quanto à satisfação das necessidades básicas, e isto faz-se elevando os níveis de vida»⁽²⁶⁾. E também Mandel sublinha: «Já expressámos antes as razões por que cremos impossível basearmo-nos inteiramente em incentivos morais, na educação socialista dos produtores. Tal educação tem de ser suportada por uma realidade *económica* e social que não neutralize largamente os seus efeitos»⁽²⁷⁾. Mas, mesmo no plano da «eficiência económica», Guevara defende as suas posições com a seguinte argumentação: «(...) uma atenção preferencial dada ao desenvolvimento da consciência retardará a produção? Em termos comparativos, é possível que assim suceda durante um dado período, ainda que ninguém tenha efectuado o correspondente cálculo. Nós sustentamos que o desenvolvimento da consciência faz mais pelo desenvolvimento da produção num prazo relativamente curto do que os incentivos materiais. Tomamos esta posição porque o desenvolvimento da nossa sociedade é globalmente projectado de forma a conduzir ao comunismo. Isto pressupõe que o trabalho cessará de ser uma penosa necessidade para se tornar num imperativo agradável. Tal afirmação está carregada de subjectivismo e requer a sanção da experiência que estamos vivendo»⁽²⁸⁾.

⁽²⁵⁾ GUEVARA [1964]-1, p. 130.

⁽²⁶⁾ SILVERMAN [1971], pp. 22 e 29.

⁽²⁷⁾ MANDEL [1964], p. 89.

⁽²⁸⁾ GUEVARA [1964]-1, p. 135.

Enfim, para completar as teses guevaristas num ponto importante, vejamos brevemente o problema dos critérios de investimento. Ainda aqui, a posição é perfeitamente consistente com a perspectiva global, e é exposta com a maior clareza por Mandel: «Pode a “lei do valor” [logo a procura da máxima rendibilidade] guiar o investimento socialista? Isto seria não só o fim de qualquer planificação real, mas, mais do que isso, condenaria os países subdesenvolvidos (...) a permanecer indefinidamente subdesenvolvidos. De facto, num país subdesenvolvido, a agricultura é mais “rendível” que a indústria, a indústria ligeira mais “rendível” que a pesada, a pequena indústria mais “rendível” que a grande indústria, e, acima de tudo, a importação de bens industriais do mercado mundial é mais rendível do que a sua produção doméstica. Permitir-se que o investimento seja comandado pela lei do valor corresponderia de facto a manter o desequilíbrio da estrutura económica criada pelo capitalismo»⁽²⁹⁾.

Para o objectivo que nos propusemos, cremos suficientes as referências que acabamos de fazer ao debate cubano de 1963-64, ainda que isso não dispense uma leitura cuidada pelo menos dos seus textos capitais. Assinalamos desde já que, pelo que ficou exposto, se pode imaginar ter-se tratado duma quase-reedição a 40 anos de distância do debate soviético dos anos 20, em que Guevara teria tomado o papel de Preobrajensky e os seus opositores os dos bukharinianos, defensores da NEP e da iniciativa privada (camponesa). Existem evidentes analogias, mas, independentemente de certas assimetrias na incidência dos debates em certos aspectos (p. ex. a questão dos estímulos materiais/morais, central no debate cubano, não merece uma atenção específica no debate soviético), uma diferença é essencial, e determinante no conteúdo mesmo do debate: enquanto Preobrajensky era, antes de mais, um economista (economista com posições «revolucionárias», é certo), Guevara não o era, e isso reflecte-se fortemente no campo em que procura situar a discussão. Não esqueçamos [v. 2.º ensaio] que o «sistema» de Preobrajensky só pode ser assimilado à posterior opção estaliniana no plano estritamente económico: nunca Preobrajensky (se excluirmos a sua posterior «auto-crítica») defendeu que o seu sistema implicasse a colectivização forçada e a repressão generalizada. Isto é, o seu «sistema» pressupunha um elevado grau de «consciência social». Mas esse é um aspecto que, na sua argumentação, só esporadicamente é explicitado. De qualquer modo, a «questão cam-

(29) MANDEL [1964], pp. 81-82.

ponesa», pano de fundo do debate soviético, e que tornava o projecto de Preobrajensky, na sua globabilidade, uma quase-impossibilidade que ele só conseguia «resolver» apostando numa cada vez menos provável revolução mundial, praticamente não transparece no debate cubano: aí foi desde logo feita uma Reforma Agrária «colectivista», e não uma «distribuição de terras», a dimensão é totalmente outra (o problema soviético envolvia umas dezenas de milhões de camponeses, em Cuba nem uma dezena), e, enfim, estava ultrapassada, pelo menos em princípio, a questão do «socialismo num só país». Daí que as propostas de Guevara assumam uma muito maior «credibilidade», e o seu «voluntarismo» não só seja intelectualmente aceitável como potencialmente mobilizador. Guevara introduz, de facto, num sistema económico análogo ao de «plani-ficação central», uma nova dimensão que, só por si lhe altera radicalmente a configuração e a prática: a consciência social, a participação colectiva — assentes numa «nova educação», que não pode ser confundida com *propaganda*.

O «sistema» de Guevara é o de uma «centralização provisória», em que todas as alavancas políticas e culturais devem visar uma cada vez maior participação e empenhamento colectivos, até se chegar ao ponto em que as decisões *centrais* sejam a expressão de opções largamente discutidas e assumidas. Para ele, o Partido terá de ser o agente desta transformação *global*, e por isso não deve utilizar meios que se oponham ao que ele chama o «desenvolvimento da consciência».

É altura de examinarmos os contributos para esta mesma problemática dados por homens muito diferentemente posicionados, a partir da análise do funcionamento de sistemas chamados de «socialismo real». Sociólogos, filósofos, economistas, os seus textos são muito mais «elaborados», e a sua argumentação não se insere em qualquer debate: nos respectivos países, eles acabaram por ser simplesmente excomungados (presos, excluídos dos PC's respectivos a que todos pertenciam, autorizados alguns a aceitar lugares de ensino em universidades ocidentais, marginalizados outros nos seus países em actividades secundárias, etc.). Nem por isso a reflexão que propõem é menos interessante e sugestiva, até porque todos se colocam numa perspectiva de redescoberta do marxismo e de convicta aposta numa sociedade socialista/comunista, isto é, de recusa radical do sistema capitalista.

Começamos pelo exame das análises de Rudolf Bahro, economista da RDA, contidas no seu volumoso texto de 1977 «A alternativa — para

uma crítica do socialismo realmente existente»⁽³⁰⁾. Não é tarefa fácil expôr em poucas páginas as linhas mestras de uma obra tão densa, tão rica e também naturalmente tão controversa. Por isso escolhemos debruçar-nos muito mais sobre as suas propostas e respectivos fundamentos do que sobre a minuciosa e implacável análise crítica da gênese e funcionamento das sociedades de «socialismo real», que constitui as duas primeiras partes do livro. Recordamos ainda que, contrariamente ao caso de Guevara, Bahro parte da observação duma sociedade industrializada, cuja capacidade produtiva é claramente suficiente para a satisfação de todas as necessidades básicas da população. Vejamos então a linha geral do pensamento de Bahro.

Para Bahro, a noção central que caracteriza o projecto socialista é a de *emancipação*, a mesma em que Marx fundou, a partir da sua análise do capitalismo, a luta pelo socialismo: «Em lugar da antiga sociedade burguesa, com as suas classes e os seus antagonismos de classe, surge uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos»⁽³¹⁾. Ora, segundo Bahro, «é mais do que evidente que as sociedades soviéticas e dos países de Leste europeu, são incompatíveis com os objectivos fixados pelo Marxismo. O socialismo realmente existente, independentemente das suas muitas realizações, é caracterizado por: permanência do trabalho assalariado, da produção de mercadorias, do dinheiro; racionalização da divisão tradicional do trabalho; persistência de desigualdades sociais que vão muito para além das desigualdades de rendimentos monetários; existência de corporações oficiais para a manutenção da ordem e tutela das populações; liquidação das liberdades conquistadas pelas massas na era burguesa, em lugar da preservação e realização dessas liberdades (considere-se tão só a censura generalizada e a pronunciada formalidade e irrealidade de facto da chamada democracia socialista). É também caracterizado por: um corpo de funcionários, um exército e polícia permanentes, todos apenas responsáveis perante os respectivos superiores; a duplicação da pesada máquina do Estado num aparelho de Estado e num aparelho do Partido; o seu isolamento dentro das fronteiras nacionais. (...) Temos

⁽³⁰⁾ BAHRO [1977]-1. Dada a síntese a que somos obrigados, utilizámos de preferência, para efeito de citações, um outro texto do mesmo autor (BAHRO [1977]-2), em que ele-próprio condensou em cerca de 30 páginas o essencial das suas teses. No entanto, sempre que se tornou necessário precisar melhor certos conceitos ou posições do autor, recorremos ao texto do ensaio original.

⁽³¹⁾ MARX/ENGELS [1848], p. 46.

o tipo de máquina do Estado que Marx e Engels se propunham esmagar pela revolução proletária, e que não devia ser permitido reemergir sob qualquer forma ou pretexto. Isto é irrefutavelmente claro nos seus próprios textos, em particular os respeitantes à Comuna de Paris»⁽²¹⁾.

Ora nada disto é compatível com uma perspectiva de «emancipação geral», com a criação de uma «nova e mais elevada civilização, que resolva os problemas fundamentais da humanidade de um modo tal que o indivíduo se encontre ao mesmo tempo mais satisfeito e mais liberto (...) Ora até agora, parece que os comunistas só tomaram o poder para continuar a velha civilização a um ritmo acelerado»⁽²²⁾. A divisão social do trabalho, a estrutura de necessidades, o «modo de vida», não são suficientemente distintos, «no sentido mais global, cultural e não estritamente político», do capitalismo. É por isso também que é insuficiente o acento posto pela oposição interna na questão dos direitos humanos, oposição essa que finalmente acaba por se fiar apenas no «apoio e socorro que possa vir do Presidente dos Estados Unidos»⁽²³⁾.

Segundo Bahro, o «socialismo realmente existente» é historicamente uma via não-capitalista de industrialização de sociedades pré-capitalistas, particularmente adequada em tais situações para criar as pré-condições do socialismo, no mesmo sentido (ainda que com diferente ênfase, sublinha) que o capitalismo monopolista também é, nas sociedades que seguiram a via capitalista, uma pré-condição do socialismo. Anota, de resto, que países como a RDA ou a Checoslováquia não são típicos desta evolução, e que, como nos outros países de Leste, foi por razões políticas decorrentes da 2.ª Guerra Mundial que neles foi exogenamente «introduzida» a via não-capitalista.

Mas este «despotismo da industrialização» nunca foi «desde início, um sistema de real liberdade e igualdade, nem poderia ter sido. Ele reproduz regularmente e inevitavelmente as barreiras que bloqueiam a via para um livre desenvolvimento da subjectividade auto-consciente e da autonomia individual. Ele incorpora precisamente todas as condições estruturais da subalternidade individual»⁽²⁴⁾. E aqui chegamos a outra noção básica da análise de Bahro, «a pedra angular da sua concepção alternativa». O que entende Bahro por *subalternidade*? «É a mentali-

(21) BAHRO [1977]-2, pp. 4-5.

(22) Id., p. 7.

(23) Id., id.

(24) Id., p. 10.

dade e o comportamento da “gente sem importância” [*little people*] dependente e alienada da totalidade»⁽³⁶⁾. «O conceito de subalternidade refere-se a uma estrutura objectiva que produz esta mentalidade em escala maciça e que, para além disso, tem o poder de organizar interiormente [*inwardly* — «no íntimo», JMP], homens livres como subalternos num sentido formal e tratá-los como tal»⁽³⁷⁾. Em sentido restrito, a subalternidade é a condição de tudo o que se insere numa hierarquia, é mesmo a sua pedra basilar. «No entanto, se este papel define o comportamento social total dos que lhe estão sujeitos, se o seu processo global de vida se desenrola principalmente sob o signo de certas funções parciais subordinadas a uma totalidade incontrolável, então essa subalternidade deixa de ser simplesmente uma propriedade da função subordinada e torna-se uma propriedade do indivíduo encarregado de a executar. Então, passa a dominar o comportamento subjectivo, trazendo consigo automaticamente a incapacidade de ser responsável por um contexto mais geral. Toda a sociedade de classes, toda a relação de dominação, produz subalternidade. Mas nenhuma outra sociedade de classes desde o modo de produção asiático subalternizou as grandes massas dos seus membros livres numa forma tão completa como o socialismo realmente existente. É a subalternidade como sistema e — como Andreas Hegedüs já estabeleceu há anos — em consequência também um sistema de irresponsabilidade organizada»⁽³⁸⁾. Para Bahro, a raiz mesma da subalternidade encontra-se na «divisão tradicional do trabalho». Na divisão horizontal, que compartimenta o saber e as esferas de actividade, impedindo uma visão global dos problemas, mas sobretudo «na divisão vertical do trabalho por funções requerendo níveis diversos de capacidade e conhecimento, de acordo com níveis diversos de educação, e, igualmente importante, por uma pirâmide hierárquica de poderes de gestão»⁽³⁹⁾.

De todas estas considerações conclui Bahro que é condição indiscutível para a emergência de uma nova ordem social que retome os objectivos emancipatórios de Marx «uma revolução cultural contra o domínio da divisão tradicional do trabalho e do Estado»⁽⁴⁰⁾. Mas se, nas sociedades de socialismo realmente existente (e também nas de capitalismo monopolista, ainda que de forma não tão rígida) temos por um

⁽³⁶⁾ BAHRO [1977]-2, p. 10.

⁽³⁷⁾ Id., p. 11.

⁽³⁸⁾ Id., id.

⁽³⁹⁾ Id., p. 12.

⁽⁴⁰⁾ Id., p. 11.

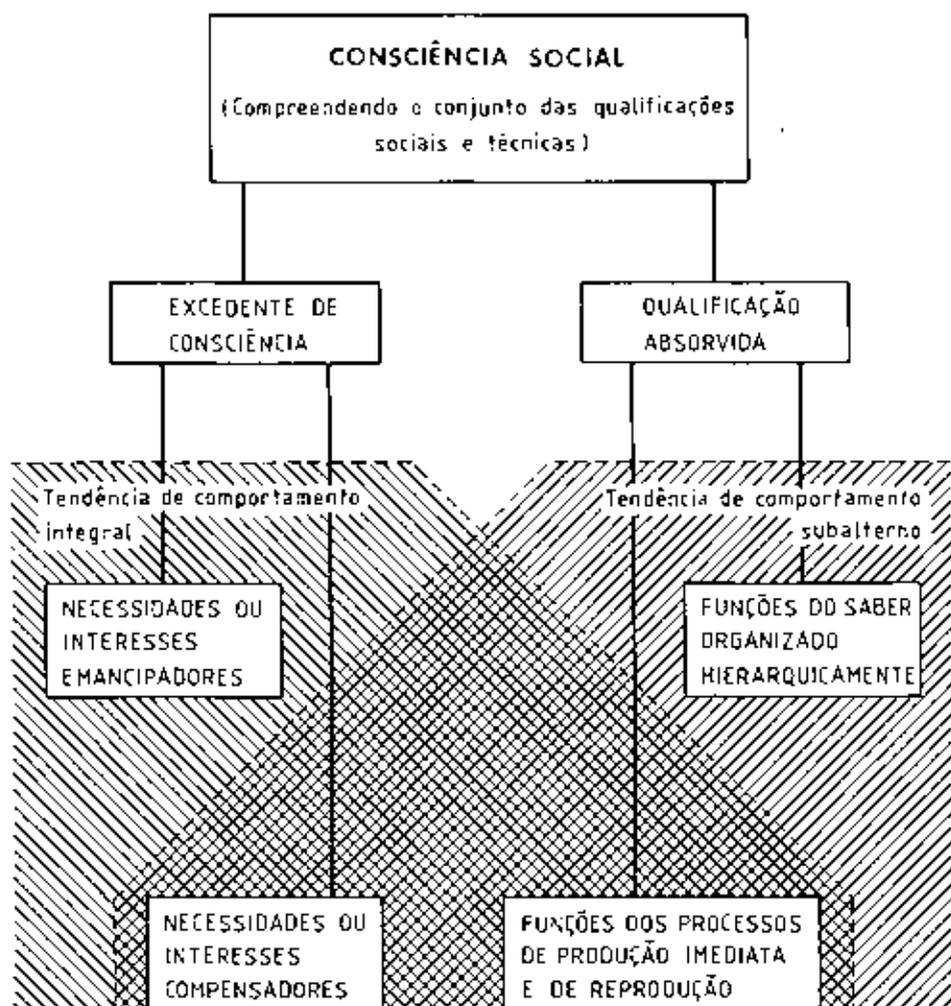
lado um aparelho burocrático de poder, por outro massas subalternizadas, onde ir buscar o «motor» da transição para a nova sociedade? Bahro introduz aqui um novo conceito-chave na sua análise: o *excedente de consciência*. «O excedente de consciência é o potencial decisivo para a mudança social. De que se trata? É uma capacidade de energia psíquica que já não é absorvida pelas necessidades *imediatas* e pelos perigos da existência humana, e que pode assim entregar-se a preocupações mais afastadas»⁽¹⁾. «[Este] potencial psíquico, uma vez liberto [nas sociedades industriais — JMP] da luta absorvente pelos meios de existência, poderá repartir-se de modo complementar em duas formas diametralmente opostas do interesse posto na sociedade. (...) Por um lado os interesses de *compensação* são a inevitável reacção ao facto de que a sociedade limita e bloqueia demasiado cedo a expansão [*épanouissement*], o desenvolvimento e a afirmação de inúmeras pessoas. As necessidades correspondentes são saciadas por satisfações de substituição»⁽²⁾. Bahro inclui aqui a posse e o consumo do máximo de objectos e serviços e, no limite, a própria «sede de poder». «Por outro lado, pelo contrário, os interesses de *emancipação* voltam-se para o crescimento, a definição e a realização da personalidade em todos os domínios da vida humana». Segundo Bahro, o aparelho do poder nos países do socialismo real tenta justamente, «em parte dispersar o excedente de consciência não dispendida [nas actividades produtivas vitais] por actividades não-produtivas, em parte paralisá-lo pelo terror, mas acima de tudo desviá-lo para satisfações de substituição»⁽³⁾. A aceitarmos esta análise diríamos que, nas sociedades capitalistas avançadas, predominam largamente os primeiros e terceiros tipos de actuação, se bem que, guardadas as devidas proporções, já se tenha falado com alguma propriedade do «terror publicitário» (sem falar das práticas repressivas conhecidas, que relevam desta mesma motivação). De passagem, antecipamos desde já uma certa convergência entre esta perspectiva de Bahro e certos estudos húngaros sobre a utilização dos tempos livres, a que adiante nos referiremos.

É nesta óptica que Bahro afirma que «a totalidade da vida mental da sociedade é o campo de batalha da revolução cultural futura — e essa vida mental não se move contra a existência material, mas precisamente através do processo de reprodução e dos seus objectivos, sendo o seu

(1) BAHRO (1977)-1, p. 240.

(2) Id., p. 255.

(3) BAHRO (1977)-2, p. 17.



Fonte: BAHRO [1977]-1, p. 298.

centro de gravidade a informação e decisão»^(*). Para apreendermos plenamente o sentido dessa *totalidade*, teremos agora de completar a construção de Bahro em torno do conceito de consciência social. De facto, até aqui só falámos do «excedente de consciência», há que ver a questão da «consciência absorvida», o seu *complemento*. Se ao primeiro caberá ser o «motor» ou o ponto de partida de uma transformação radical, a

(*) BAHRO [1977]-2, p. 18.

segunda terá igualmente de ser «revolucionada», pois o socialismo pressupõe uma nova «consciência social total», em que se tornarão predominantes os interesses de emancipação. Diz Bahro: «Aquilo a que chamo consciência absorvida é o dispêndio de energia psicosocial que é gasta por um lado na hierarquia das funções de gestão [social], por outro lado nas actividades de rotina do processo de reprodução. (...) [Mais precisamente], 1) o conhecimento burocrático organizado para o comando sobre o processo de trabalho e sobre o processo da vida em geral, o qual se exprime politicamente pelos interesses do aparelho, pelo exercício arrogante do poder; e 2) o trabalho abstracto, alienado, na produção, serviços e gestão, que se exprime em reacções e modos de comportamento subalternos, em baixo rendimento e subserviência, em falta de interesse e indiferença pelos assuntos públicos»⁽¹⁾. A articulação destes quatro elementos da consciência social faz-se assim, segundo Bahro, de acordo com um esquema gráfico elucidativo (v. página anterior)!

Temos assim sumariamente apresentado o esquema conceptual básico de Rudolf Bahro; o projecto socialista/comunista só pode ser, nas sociedades industriais, o de uma *revolução cultural* que realize a *emancipação* dos homens da sua condição de *subalternidade*. O lugar natural dessa luta é a *consciência social*, e os seus protagonistas serão, por um lado, os *interesses de emancipação* que de forma crescente se manifestam em indivíduos e extractos variados provenientes de diferentes classes sociais, e por outro os aparelhos e estruturas de poder/saber que actuam no sentido de reproduzir a subalternidade.

Não nos deteremos aqui sobre a forma pela qual Bahro imagina possível o desenvolvimento dessa revolução cultural nos países do socialismo realmente existente. O que para nós interessa é o sistema-objecto, e a *natureza* da transição, que o terá de visar e *conter* em embrião e em desenvolvimento. As formas concretas da transição serão obviamente função do «estado inicial», e portanto variarão de sociedade para sociedade. Importa quando muito referir que um sistema de democracia política de tipo ocidental é, na sua concepção, como se compreende, um ponto de partida mais favorável do que um sistema do tipo existente nos Países de Leste, por permitir uma luta ideológico-cultural aberta, se bem que, como igualmente se compreende, a inexistência nos últimos de propriedade privada dos meios de produção, e bem assim a organização econó-

(1) BAHRO [1977]-2, p. 16. Recordamos aqui a citação de Guevara em que ele próprio se interrogava sobre essa mesma falta de interesse e indiferença.

mica que daí decorre, sejam, em contrapartida, factores fortemente positivos para a transição. Aliás Bahro, e nisso é criticado por alguns húngaros, não concebe tal revolução cultural sem uma organização que ele explicitamente filia no conceito gramsciano de «intelectual colectivo» e que denomina de Liga dos Comunistas⁽⁴⁶⁾: um partido «novo», construído à imagem e semelhança da «nova sociedade», onde se congregarão todos os «interesses emancipadores» da «velha sociedade».

Vejamos, agora, brevemente, alguns aspectos elucidativos da «alternativa», isto é, do sistema «alternativo» proposto por Bahro. Começa por ser elucidativo que nos seja difícil expor essa alternativa nos termos compartimentados característicos dos «programas» políticos habituais. De facto, é tal a interligação estrutural entre todos os domínios de acção, que todas as acções serão simultaneamente económicas, políticas, culturais, etc.

Bahro começa por constatar que, a manter-se a actual «evolução permanente das expectativas», uma economia que, impulsionada pelos «progressos» técnicos e científicos, cria mais «necessidades» do que as que satisfaz, «a sociedade será sempre *demasiado pobre* para o comunismo. E dentro de 100 anos poderá continuar a objectar-se aos comunistas que pretendem generalizar a pobreza»⁽⁴⁷⁾. Ora, «as condições da liberdade não podem ser medidas em dólares ou rublos por cabeça. O que falta aos homens dos países desenvolvidos, não são novas necessidades, mas a

(46) «[Uma liga de comunistas] teria de ser: 1) Não um partido da classe operária no velho — e demasiado restrito — sentido, mas uma combinação de todas aquelas pessoas, provenientes de todos os extractos e grupos da sociedade, cuja consciência é dominada por necessidades e interesses emancipatórios; 2) Não um partido de massas do tipo em que uma auto-designada elite dirigente de intelectuais autoritários manipulam os chamados “membros”, mas uma união de indivíduos de pensamento afim, i. e., interessados em resolver os mesmos problemas, e todos considerados como igualmente competentes; 3) Não uma corporação sectária dos “que sabem mais”, isolada da sociedade, mas uma comunidade revolucionária aberta para a sociedade e a que se poderão juntar todos os que se esforcem na mesma direcção; 4) Não uma organização supra-estatal que guia e controla o aparelho efectivo do Estado e da administração do exterior e por cima, mas o inspirador ideal de uma actividade integrada de todos os grupos na base, o que dá às pessoas [ou “ao povo”: *people*] a capacidade de controlar todos os processos de tomada de decisão de dentro; 5) Não um exército obediente que toma decisões burocráticas sobre a manutenção e a extensão do *status quo*, mas o que Gramsci chamou um intelectual colectivo, criando e exercendo um consenso maioritário para a mudança, em comunicação democrática com todos os interesses na sociedade» (BAHRO [1977]-2, p. 25).

(47) BAHRO [1977]-1, p. 249.

possibilidade de se realizarem pela actividade individual: prazer da acção, prazer da comunicação, vida concreta no sentido mais largo»⁽⁴⁸⁾. Isto quer dizer, por exemplo, que «o crescimento da produção e o da produtividade, que hoje só muito raramente são postos em questão, perderão *na prática* a sua auréola de inelutáveis necessidades económicas. O que não significa de resto que haja que fazer do “crescimento zero” uma regra absoluta, mas que o critério de quantidade seja ele-próprio afastado do primeiro plano»⁽⁴⁹⁾.

Aquilo a que Bahro chama o programa máximo da revolução cultural, e que define os contornos fundamentais do sistema, compreende, pois, entre outros pontos: «a expansão da personalidade como objectivo da produção», o que exige uma completa «remodelação da planificação e da organização em todos os domínios da economia e da ciência»; «unidade dos processos de trabalho e de formação» (unidade da produção e da apropriação da cultura); «redefinição das necessidades materiais e da capacidade disponível de trabalho vivo, do ponto de vista da melhoria e do aumento das condições de desenvolvimento de homens totalmente socializados (prioridade às despesas destinadas à educação); «formas de democracia política que permitam às grandes massas um processo social de compreensão e tomada de consciência»; «deslocamento das prioridades da reprodução: da exploração da natureza pela produção à adaptação desta ao ciclo natural, da reprodução alargada à reprodução simples, do acréscimo de produtividade à melhoria das condições de trabalho e de formação»; «restabelecimento da proporcionalidade entre grande produção (industrial) e pequena produção (artesanal); «cálculo económico com base numa nova economia do tempo»: preferência ao cálculo em tempo de trabalho sobre o cálculo em preços»; «iniciativa individual e vida comunitária real: estabelecimento duma forma de regulação económica que deixe à disposição das unidades de base da produção e da vida social um espaço suficientemente amplo que lhe permita realizar o plano e lhes garanta uma evolução proporcionada da sua própria estrutura»; «sociedade como associação de comunas»⁽⁵⁰⁾.

Alguns destes aspectos merecem uma atenção mais particularizada. Começemos pelo novo sentido a dar à planificação: «A planificação tem de partir não de um balanço de tempo de trabalho, mas de um balanço de tempo social global; de um orçamento do tempo das pessoas para a

(48) BAHRO [1977]-1, p. 382.

(49) Id., p. 381.

(50) Id., pp. 382-383.

totalidade de expressões da sua vida»⁽⁵¹⁾. «O que é decisivo neste contexto — e que parecerá seguramente utopia a quem tem a experiência da nossa planificação económica — é a necessidade duma *reserva de força de trabalho*, duma *sobrecapacidade planificada de trabalho vivo* em relação ao parque de máquinas (e de uma reserva de máquinas e de disponibilidades materiais e energéticas relativamente à produção). Uma certa liberdade de manobra ao nível do fundo do tempo de trabalho da empresa é a condição elementar que permitirá conferir um mínimo de realidade às declarações enfáticas que vêm no homem o “senhor e o centro da produção”. Isto vale também numa perspectiva mais afastada. O livre desenvolvimento da massa dos indivíduos só é possível numa sociedade que pode produzir mais do que tem de produzir e do que produz de facto. O excedente comunista — que releva aliás muito mais da estrutura social da produção e das necessidades do que da quantidade absoluta de bens e serviços — é antes de mais um excedente de capacidade de produção, um excedente de trabalho vivo potencial, de *disposable time* no sentido mais largo. Só este excedente pode assegurar a *cada indivíduo* um espaço em que ele-próprio possa estabelecer, *no quadro* do trabalho colectivo, uma economia pessoal do tempo correspondente aos seus projectos»⁽⁵²⁾. Aliás, ao simples nível da unidade produtiva, «sem uma margem em relação ao plano, a democracia no seio da empresa não passa de uma palavra vã para os operários da produção»⁽⁵³⁾.

No plano da formação/educação, também os objectivos terão de ser radicalmente distintos, pois ela deixará de ser um *meio* para ser um *fim*. Sendo assim, «a organização do trabalho tem de ser adaptada às necessidades da política de educação e não prioritariamente o contrário. Trata-se de dar um novo impulso activo à produção do excedente de consciência, já espontaneamente posto em movimento [condição para que o processo se inicie — JMP]. O objectivo deliberado será o de criar um excedente de educação que o sistema produtivo técnico-científico e a sua superestrutura não estará mais em condições de assimilar na sua presente constituição social. Daí partirá o ataque inevitável à antiga divisão do trabalho»⁽⁵⁴⁾. Invocando Marx, Bahro salienta ser necessário «que a educação seja organizada de forma a que para todos os homens, a sua juventude, chegada ao termo do seu desenvolvimento, culmine na arte

(51) BAHRO [1977]-2, p. 29.

(52) BAHRO [1977]-1, p. 392.

(53) Id., p. 395.

(54) BAHRO [1977]-2, p. 29.

e na filosofia e lhes permita, quer pela via do racional quer pela do emocional, passar do microcosmos subjectivo ao todo»⁽⁵⁵⁾. Nesta perspectiva, os quatro pilares do sistema educativo geral, os únicos para os quais «será necessário um programa de ensino de conteúdo severo e que obrigará a uma apropriação controlada», devem ser: «a língua (ou línguas), para dominar o qualitativo, as matemáticas para dominar o quantitativo, a cibernética para dominar o aspecto estrutural do mundo, e os refinamentos da técnica para dar uma forma artística à expressão do eu»⁽⁵⁶⁾. Uma tal formação sólida de base permitirá colocar em novos termos o problema dos especialistas, e das relações poder/saber: «Existe uma enorme diferença entre um homem que é, *entre outras coisas*, muito especializado numa qualquer operação complexa, e o estado de especialista elevado ao estatuto duma forma social de existência»⁽⁵⁷⁾. «A meu ver, o que importa para o homem chegado ao limiar do socialismo-comunismo é que a hierarquia funcional (cujas informações e decisões devem, no entanto, circular nos dois sentidos), indispensável à regulação do processo social de existência e de trabalho, deixe de ter necessariamente o carácter duma *estrutura social*. Compondo-se a humanidade de indivíduos com capacidades universais, o conjunto social terá de cessar, sobre a base material adquirida, de decalcar a sua estrutura sobre a do sistema de tratamento das informações, de que utiliza e continuará a utilizar as funções reguladoras. É por esta razão que a supressão da antiga divisão do trabalho [nomeadamente, mas não só, entre trabalho intelectual e manual — JMP] é o tema central deste livro. A última “luta de classes” é justamente a que se trava em torno da organização do processo de informação, de conhecimento e de decisão, e da sua subordinação aos indivíduos associados enquanto conjunto [social]»⁽⁵⁸⁾.

Enfim, o problema da «organização comunitária», e da sua articulação social, o que se insere, entre outros aspectos, na problemática da centralização/descentralização. Bahro começa por observar que o ideal do «socialismo cooperativo», ou seja, uma organização económica e social fundada numa associação de cooperativas ou unidades (não só económicas) autogeridas «só pode ser, no melhor dos casos, uma forma embrionária de socialismo», que poderá resultar da apropriação pelos trabalhadores dos locais de produção deixados por um capitalismo muito dis-

(55) BAHRO [1977]-1, p. 268.

(56) Id., p. 270.

(57) Id., p. 271.

(58) Id., p. 409.

perso. Ora não é esse o caso em países de capitalismo avançado, e menos ainda nos países do socialismo realmente existente. Segundo ele, a organização económica da «nova sociedade», a «associação geral» de que falou Marx, não se reduzirá à coordenação de tais cooperativas de produção. «Como “reunir” [rassembler] o corpo social na sua totalidade, o conjunto dos indivíduos para além do processo de reprodução? Tal é a questão cardinal da democracia socialista. Há que ter em conta que a questão da autogestão no seio duma sociedade altamente complexa não pode ser colocada, nem encontrar resposta, do simples ponto de vista particular das comunas, e menos ainda das unidades de produção, mas que se tem sempre de ter presente o carácter *global* do processo de reprodução»⁽⁵⁹⁾. Numa linha que nos recorda certas posições de Guevara, não tem sentido, quando já se atingiu um certo nível de forças produtivas e já se dominam as formas complexas da sua gestão, não tirar partido disso para avançar no sentido da apropriação colectiva real desse potencial produtivo: «Em países como a RDA ou a Checoslováquia, que sempre conheceram direcções centralizadas, seria obviamente insensato retornar *agora* ao ponto de onde os jugoslavos, então economicamente subdesenvolvidos, partiram em 1950, e de repetir os seus erros em lugar de tirar deles as lições que comportam. (...) Torna-se manifestamente necessário *combinar* uma regulação do sistema por cima — inevitavelmente hierárquico no sistema de informações (sem que a hierarquia tome fatalmente a forma de um incontrolável poder de dominação) — e as iniciativas económicas das unidades de base relativamente autónomas do trabalho colectivo e da vida social (unidades cujo funcionamento, pelo seu lado, não contribuí necessariamente para a emancipação)»⁽⁶⁰⁾. Bahro concebe o «comunismo avançado» como um «conjunto subdividido em sujeitos colectivos autónomos de diferentes níveis, que conceberão eles-próprios as suas relações com o todo»: «Associações de indivíduos nos agrupamentos em que prosseguem os interesses específicos que constituem a sua vida social; associação destes agrupamentos especializados no seio de comunas que englobam, enquanto unidade territorial complexa, os diversos aspectos da vida social; enfim, associação de comunas — elas também relativamente especializadas no quadro da divisão do trabalho prevista no plano — numa sociedade»⁽⁶¹⁾.

⁽⁵⁹⁾ BAHRO [1977]-1, p. 410.

⁽⁶⁰⁾ Id., p. 411.

⁽⁶¹⁾ Id., p. 412.

Precisando melhor, «quais serão as decisões que uma sociedade comunista tomará “centralmente”, isto é, ao nível do conjunto social? Haverá em primeiro lugar que definir o conteúdo e o volume das suas necessidades [do conjunto social — JMP] do ponto de vista dos valores já mencionados e que, em certa medida, serão seguramente sempre sujeitos a controvérsia. (...) A escolha dos produtos oferecidos não pode nem deve — contrariamente às *condições* da produção — ser deixada aos sectores ou empresas particulares e depender dos seus critérios internos, quaisquer que sejam. A definição da estrutura da produção e das suas modificações não releva dos colectivos de produção mas da *sociedade*. Este ponto é um dos mais mal compreendidos pelos defensores da ideia dos conselhos. Os indivíduos associados *não* determinam o plano na sua qualidade (...) de *produtores* com interesses específicos, mas enquanto seres sociais tendo uma compreensão profunda dos interesses gerais, de numerosos interesses particulares e dos seus interesses pessoais, e tendendo a integrá-los da melhor maneira nos objectivos do Plano. *Os interesses dos produtores são interesses particulares entre outros* (...)»⁽⁶²⁾. Pela sua parte, a organização comunal (territorial), «deveria ser a instância intermédia de planificação e de direcção», para quem «apenas o rendimento industrial devido à sociedade e determinado em natureza e qualidade, e em relação com o *input* de recursos, seria imperativo (...) Aos seus conselhos de delegados eleitos competiria — sob reserva de certas restrições — tomar as mesmas [o mesmo tipo de — JMP] disposições que o governo do país, saído ele-próprio do sistema de delegados»⁽⁶³⁾. O que não impede (daí algumas daquelas restrições) que devam existir certas «“formações supraterritoriais” como os sectores da energia, transportes e comunicações, próprias ao conjunto das comunas»⁽⁶⁴⁾. Aliás, é-nos recordado que «as comunas numa sociedade moderna não serão certamente nunca autosuficientes (*selfsustaining*, como Marx qualificava a aldeia indiano-asiática pré-colonial), a ponto de equilibrar exactamente a sua produção de produtos alimentares, por exemplo, e as suas próprias necessidades, estruturalmente e no tempo. Os fornecimentos regulares verão as suas modalidades concretas reguladas por contratos directos entre os órgãos comunais ou entre os organismos consumidores e os produtores. Mas o abastecimento geral terá de ser garantido e planificado a nível global (...) Para além disso, os investimentos pesados,

⁽⁶²⁾ BAHRO [1977]-1, p. 413.

⁽⁶³⁾ Id., p. 415.

⁽⁶⁴⁾ Id., id.

desde que impliquem efeitos sobre os objectivos e as condições da produção ao nível supracomunal, serão do domínio do conjunto social, e deverão ser atribuídos às comunas, as quais serão dotadas de todos os meios necessários»⁽⁶⁵⁾.

Finalmente, o problema dos controlos, nos dois sentidos. «O *controlo sobre o aparelho, sobre a administração*, torna-se a tal ponto um assunto comum aos delegados [das comunas], e aos seus eleitores de competências gerais que os especialistas de competências particulares nele participarão eles-próprios na sua qualidade de cidadãos (...) [Pelo seu lado], o *controlo exercido sobre os interesses locais e particulares, i. e., sobre os das comunas e sobre os dos grupos constituídos em torno das diversas sub-funções no seio das comunas*, será o mais delicado: este controlo, de carácter social, deverá ser suficientemente eficaz para evitar que um fracasso faça reaparecer as instâncias repressivas do Estado e todo o seu cortejo de planificadores, estatísticos e relatores. O princípio de solidariedade torna absolutamente necessário que cada comuna, cada grupo de interesse organizado, consinta um certo grau de esforço nesse sentido e não unicamente na eventualidade de situações críticas»⁽⁶⁶⁾.

Para completar o conjunto de parâmetros definidores do sistema de Bahro, resta apenas acrescentar a sua perspectiva «internacionalista», de resto na tradição do pensamento (nem sempre da prática) socialista. A perspectiva de *emancipação* só pode ser, em última análise, mundial (daí que Bahro se refira, por oposição, na caracterização inicial do socialismo realmente existente, ao isolamento do aparelho dirigente «dentro das fronteiras nacionais» — v. p. 246 acima). E aqui vemos um paralelismo inequívoco com as posições de Guevara, defendidas no discurso de Argel, quanto às relações *fraternas* a estabelecer entre países socialistas desenvolvidos e «sub-desenvolvidos». Dado que não referimos este ponto quando expusemos o pensamento do Che, parece oportuno colocar agora lado a lado os dois textos. Guevara (Argel): «Não pode existir socialismo se nas consciências não se operar uma mudança que provoque uma nova atitude fraternal frente à humanidade, tanto no plano individual, na sociedade em que se constrói ou está construindo o socialismo, como no plano mundial em relação a todos os povos que sofrem a opressão imperialista. Cremos que é com este espírito que se deve enfrentar a responsabilidade da ajuda aos países dependentes, e que não deve falar-se mais de desenvolver um comércio de benefício mútuo baseado nos preços que a lei do

(65) BAHRO [1977]-1, p. 418.

(66) Id., p. 420.

valor e as relações internacionais de troca, desigual, produto da lei do valor, impõem aos países atrasados (...) Se estabelecemos este tipo de relação entre os dois grupos de nações, devemos convir que os países socialistas são, de certo modo, cúmplices da exploração imperial (...) Os países socialistas têm o dever moral de liquidar a sua cumplicidade tácita com os países exploradores do ocidente»⁽⁶⁷⁾. Bahro: «Uma das tarefas primordiais da revolução cultural nos países desenvolvidos dos dois blocos consistirá em *suprimir o critério da lei do valor nas trocas com os países menos desenvolvidos*. Estes países, confrontados com a lei do valor, com a equivalência brutal das trocas, estão condenados a uma pauperização que a exploração das matérias-primas faz surgir no horizonte. (...) *A solução reside certamente numa troca calculada segundo um número idêntico de unidades de trabalho*»⁽⁶⁸⁾. Por outras palavras, trata-se, no espírito de ambos, duma *inversão* radical no sistema de relações económicas internacionais: de uma transferência de valor dos países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos, passar-se-ia a uma transferência no sentido inverso (aliás, a aceitar a proposta de Bahro, nem isso seria, pois as relações seriam *equivalentes*, em termos de unidades de trabalho). É óbvio que uma tal inversão se opõe frontalmente ao sistema económico vigente, e implicaria um novo sistema de «preços» — o que só é concebível colocando a questão em termos não-económicos, logo, no plano político-cultural da «solidariedade activa» *real* e da *emancipação geral*. Desnecessário se torna também acrescentar que não é essa mesma inversão que está no espírito dos mentores da chamada «nova ordem económica internacional», proposta reformista de atenuação das mais gritantes disparidades de «desenvolvimento», destinada no essencial a reforçar a posição das camadas dirigentes dos países menos desenvolvidos, assegurando-lhes a continuação da «velha ordem» nas respectivas sociedades.

É altura de nos referirmos aos trabalhos da escola húngara. Na realidade, cremos que a obra de Bahro, de publicação mais recente do que todos esses trabalhos, e elaborada ao longo dos últimos dez anos, incorpora de forma sistematizada e «totalizada» (os ingleses diriam *comprehensive*) grande parte dos contributos essenciais daqueles investigadores, que ele aliás menciona nalgumas passagens. Um deles assim o reconhece publicamente, no texto de uma «carta aberta a Rudolf Bahro» a propósito do seu livro: «Nenhum membro do grupo de intelectuais húngaros a que pertenço me autorizou a falar também em seu nome. Por este motivo

(67) GUEVARA [1965]-1, (espanhol), p. 154.

(68) BAHRO [1977]-1, p. 405.

não citarei aqui nenhum dos nomes nem das obras em que são particularmente evidentes os paralelismos com o teu pensamento»^(*) [sublinhado meu — JMP].

A chamada Escola de Budapeste começou por ser assim conhecida através dos trabalhos de um grupo de jovens filósofos discípulos de Lukacs. Pouco tempo antes da sua morte, em 1971, é o próprio Lukacs que assim define os objectivos centrais da Escola: «Ainda que Hegel, os economistas clássicos ingleses e os primeiros utopistas o tenham ajudado a fundar a sua problemática, Marx foi, ele-próprio, um génio científico, que realizou descobertas radicalmente novas, de que fez com sucesso os princípios metodológicos duradouramente eficazes da investigação científica. Foi para testar a eficácia da aplicação de tais métodos a todos os grandes problemas da vida social e para os impor que nasceu, no decurso da minha actividade de teórico e de pedagogo, o que se tem chamado a Escola de Budapeste»^(*). E Lukacs cita, como os mais destacados elementos dessa Escola, Agnès Heller, György Markus e Mihali Vajda. Segundo outro autor, «na origem, a Escola de Budapeste ocupava-se sobretudo de filosofia. Os sociólogos radicais húngaros sofreram a sua influência, contribuindo assim para uma certa "socialização" da Escola. Como esta escola é sobretudo de carácter ideológico, e como os sistemas de valores destes sociólogos são muito próximos dos da actual Escola, pode-se considerá-los como pertencendo à Escola de Budapeste, que se teria assim alargado à Sociologia»^(*). Os mais representativos destes sociólogos são Maria Markus e Andras Hegedüs (este último antigo primeiro ministro húngaro em 1955-56).

Os grandes temas de Bahro encontram-se presentes nas obras destes investigadores, com diferente incidência segundo as próprias direcções de análise de cada um, mas representando sempre esforços de aprofundamento e de descoberta que constituem sólidos pontos de apoio para a discussão e avanço da problemática que nos tem vindo a ocupar. Vejamos apenas alguns exemplos.

- a) Estrutura de consumo/necessidades — Este é um problema central na obra de Agnès Heller que, entre numerosa bibliografia, conta com dois livros sobre o assunto: «A vida quotidiana» e «A teoria das necessidades em Marx». Apoiar-nos-emos no seu

(*) VAJDA [1978].

(*) LUKACS [1971], p. 2762.

(*) FRANKEL & MARTIN [1973], p. 2769.

texto «Teoria e prática em função das necessidades humanas», em que ela distingue as «necessidades vitais ou de sobrevivência», que «perpetuam a vida, estimulando-a», das «necessidades humanas», que se dirigem «para objectivos tais que, no desejo e no esforço para os atingir, os estimulantes naturais não têm um papel directo». Mas, ainda que mesmo as primeiras tenham uma componente social, e que o capitalismo seja «a primeira sociedade que condena classes sociais inteiras à luta quotidiana pela satisfação unicamente das necessidades vitais», é entre as segundas que a estrutura social determina uma diferenciação essencial: as necessidades humanas *não-alienadas* («o repouso, as actividades culturais, os jogos de adultos, a meditação, a amizade, o amor, o desejo de se realizar, a necessidade de ética») e as *alienadas* («o dinheiro, o poder, a posse»). O desenvolvimento da sociedade capitalista caracteriza-se pela dominação das necessidades alienadas. «Na sociedade burguesa moderna (pelo menos na Europa e na América), a única mudança reside no facto de que esta preponderância se estende a camadas sociais cada vez mais amplas, incluindo a classe operária». «As necessidades humanas não alienadas são *qualitativas*: o seu aumento não é caracterizado por uma acumulação ilimitada — no plano concreto — dessas necessidades, mas pela sua multiplicação, pelo seu alargamento, o que Marx designava por “riqueza”. (...) As necessidades humanas alienadas são, pelo contrário, *quantitativas*. Na prática, a sua simples acumulação é ilimitada. O seu “grau de saturação” raramente é atingido. (...) A ideia que, sob este plano, Marx se fazia do comunismo [era a de] um processo social ao longo do qual as necessidades vitais e as necessidades alienadas (quantitativas) são cada vez mais dominadas pelas necessidades humanas não-alienadas (qualitativas)»⁽⁷²⁾.

- b) Novo «modo de vida» — A. Heller distingue o que chama «revolução social total» dos movimentos de «reforma parcial», de «reforma geral» (visando transformar o conjunto da sociedade através de reformas parciais) e dos movimentos «políticos revolucionários», de tipo jacobino (conduzidos por uma elite revolucionária; conquistado o poder, restringe-se a base de massas e a maioria retorna a um «modo de vida» passivo e não radical-

(72) HELLER [1972], pp. 2798-2799.

mente diferente). Pelo contrário, a prática da revolução social total «é ao mesmo tempo uma *revolução do modo de vida*. E quando se trata duma revolução do modo de vida, a base de massas dos movimentos cresce constantemente. Esta prática arrasta camadas sociais cada vez mais vastas, cujo modo de vida quotidiano habitual se transforma em consequência da sua participação no movimento. È por isso que as revoluções do modo de vida, num futuro histórico previsível, serão sempre irreversíveis. Tais revoluções do modo de vida são, por exemplo, na história da Europa, o cristianismo ou mesmo também, em certos países, o Renascimento. Mas se dissemos que a revolução social total é sempre também uma revolução do modo de vida, não quisemos com isso afirmar que as revoluções do modo de vida sejam sempre revoluções sociais totais. Pelo contrário, podemos tranquilamente afirmar que a história, até aos nossos dias, ainda não conheceu uma revolução do modo de vida que tenha sido uma revolução social total, *consciente*, englobando tudo no seio da sociedade, da vida económica à política e à cultura» [sublinhado meu — JMP]⁽⁷³⁾. Acrescentaremos, pela nossa parte que, a verificarem-se as hipóteses que fazemos no 1.º ensaio deste trabalho no que respeita à incidência «cultural» do pensamento sistémico-cibernético, a dar-se uma autêntica explosão no domínio da informática (e em particular da «telemática») aplicada ao quotidiano do cidadão comum — o que já começa a verificar-se — estaremos muito provavelmente no limiar de uma «revolução do modo de vida», que levará algumas décadas a processar-se, e que estará longe, ainda está, de ser uma «revolução social total». Pelo contrário situar-se-á por inteiro num contexto de «subordinação» (Bahro) ou de «alienação» (Heller).

- c) «Sobreeducação» e divisão do trabalho — Estas questões, tão fundamentais na obra de Bahro, têm ocupado numerosos trabalhos dos sociólogos Maria Markus e A. Hegedüs. No texto de que dispomos destes investigadores, eles procuram demonstrar porque é errónea qualquer das concepções que, apoiando-se em Marx, têm colocado o acento privilegiado do processo de emancipação, uma na redução do tempo de trabalho (e concomitante aumento dos tempos livres), outra em alterações fundamentais

(73) HELLER [1972], p. 2796.

no domínio do trabalho («humanização» dos processos e relações de trabalho). A hipótese de que partem M. Markus e A. Hegedüs é a de que «os mundos dos tempos livres e do trabalho estão estreitamente ligados entre si, e que é por consequência impossível proceder a mudanças profundas num domínio, deixando o outro intacto»⁽⁷⁴⁾. Segundo eles, «a experiência e a investigação sociológica provaram que um aumento do “tempo livre”, enquanto tal, *não muda a maneira de viver* das pessoas [de novo a temática do «modo de vida» — JMP], fornecendo quando muito a possibilidade de aumentar as actividades existentes ou de introduzir novas *que sirvam para satisfazer as necessidades mais urgentes, no interior da maneira de viver dada.* (...) No entanto, na prática, em quase todos os países, o tempo passado, fora das horas de trabalho “oficial”, a ganhar dinheiro aumenta também fortemente»⁽⁷⁵⁾. Os autores referem-se às horas extraordinárias, ao trabalho «complementar» (exercido fora do local de trabalho), bem como a outras formas de obtenção dum rendimento adicional. No caso da Hungria, verifica-se mesmo que «as empresas estatais e as cooperativas esforçam-se não só por manter um pessoal muito mais importante do que seria justificável, mas *surgem elas-próprias como compradoras do tempo livre dos seus próprias operários*»⁽⁷⁶⁾. Isto tem tudo obviamente que ver com o facto de que «a procura de tempos livres suplementares é ultrapassada pela procura crescente de bens que não podem ser obtidos por um grande número de operários, dado o montante actual do rendimento nacional, ainda que a indústria produza esses bens em quantidades cada vez maiores»⁽⁷⁷⁾. Este crescimento do «desejo de aquisição» introduz de novo a questão do carácter insaturável das necessidades quantitativas, já assinalado por Bahro e A. Heller.

Se passarmos ao problema do tempo de trabalho, também a «investigação sociológica demonstrou que a natureza mesma do trabalho — por outras palavras: o lugar na divisão do trabalho — determina em larga medida a vida inteira do homem, assim como a maneira como utiliza os seus tempos livres. As es-

(74) MARKUS & HEGEDÜS [1971], pp. 2808-2809.

(75) Id., p. 2809.

(76) Id., p. 2815.

(77) Id., pp. 2811-2812.

truturas actuais da divisão do trabalho continuam a ser um obstáculo importante à realização da autonomia humana, no domínio mesmo do trabalho. A maioria dos trabalhadores efectua um trabalho parcelar, *privado de finalidade do ponto de vista social e profissional*. Por outro lado, *os indivíduos estão ligados a um ofício concreto e muitas vezes a um emprego por toda a vida, praticamente da infância à reforma*. É a característica mais conservadora da organização actual da produção»⁽⁷⁸⁾. Ora esta ligação «vitalícia» a um trabalho específico começa no sistema de ensino, que «reparte a população pelos ramos principais da divisão social do trabalho». Os autores pensam, pelo seu lado, «que é possível desenvolver um sistema ligando a organização da produção e a formação escolar, sistema que não determinaria o lugar do homem na divisão do trabalho por toda a vida, mas lhe permitiria orientar-se constantemente para a procura de si-mesmo e da sua identidade, criando as possibilidades e os estimulantes *para que o operário possa mudar de profissão ou de ofício em qualquer momento da vida* (...) A tarefa principal de um sistema escolar que dispense um ensino geral é *educar o homem enquanto ser humano* e não enquanto operário fazendo parte da divisão do trabalho; por outras palavras, essa tarefa é a de *preparar as pessoas para controlar as suas próprias relações sociais e para dirigir o seu destino conscientemente*»⁽⁷⁹⁾. Este sistema de «ensino geral» obrigatório, seria dobrado por um sistema de ensino especializado, desde o nível primário, aberto a todos, claramente separado do primeiro, dotado de uma grande flexibilidade, e com acesso a vários níveis, segundo a formação de base e a experiência profissional de cada um. «O corolário natural do sistema proposto é a criação duma formação sistematicamente sobre-qualificada, num duplo sentido. Por um lado, por um tal sistema de formação, a maioria dos operários atingirá *um nível de educação geral mais elevado* do que lhes será necessário para o trabalho parcelar que provavelmente efectuarão. Ao mesmo tempo, o *número de operários a quem a formação especializada* permitirá ocupar uma dada profissão será excedentário relativamente ao número necessário. O temor de uma formação sistematicamente sobrequalificada, neste sentido, im-

⁽⁷⁸⁾ MARKUS & HEGEDÜS [1971], p. 2817.

⁽⁷⁹⁾ Id., p. 2823.

pede uma atitude crítica face à sociedade e é um dos obstáculos principais à fundação duma organização da produção conforme com os critérios socialistas»⁽⁸⁰⁾. Enfim, «o sistema de formação sistematicamente sobrequalificada acima descrito forneceria estímulos às pessoas para que escolhessem de forma mais independente os ofícios ou os empregos, e para que utilizassem mais os seus tempos livres no sentido do seu próprio desenvolvimento e da sua própria realização»⁽⁸¹⁾.

- d) A organização «comunal» — Também aqui se verifica uma grande coincidência de pontos de vista entre Bahro e os teóricos húngaros, ainda que estes coloquem as questões práticas numa forma mais interrogativa. Heller: «A criação duma nova estrutura de necessidades só pode ser obra de homens organizados em comunidades»⁽⁸²⁾. No entanto, existe um certo círculo vicioso: «(...) sem a superação do modo de vida burguês e da estrutura burguesa (...) as “necessidades radicais” não surgem (...) [Mas então], se a “necessidade radical” não é verdadeiramente uma necessidade, a organização de tais comunidades poderá ter qualquer base para se fundar, um tal programa não será utópico?»⁽⁸³⁾. A resposta da autora a este aparente impasse não será das mais convincentes, sobretudo para os que conhecem as sociedades ocidentais, mas é por certo a única *possível*, a aposta que *tem* de ser feita: «Creio que as condições de um tal programa já nasceram e podem ser deduzidas do comportamento de camadas populares cada vez mais vastas. Massas cada vez mais importantes sentem de facto insatisfação, situam-se “mal” num universo de necessidades quantitativas e buscam instintivamente uma forma de vida em que as necessidades quantitativas não fossem dominantes. Quando nas sociedades capitalistas mais industrializadas uma camada da juventude (e com frequência a melhor) se desvia do sistema de valores dos pais (frigorífico-carro-prestígio social), quando os jovens —ainda quase sempre os melhores— abandonam em massa as universidades, quando se expande por toda a parte uma nova forma de família — a comunidade —, tudo isso indica que a exigência de transfor-

(80) MARKUS & HEGEDÜS [1971], p. 2824.

(81) Id., p. 2826.

(82) HELLER [1972], p. 2806.

(83) Id., id.

mação da estrutura de necessidades já nasceu»⁽⁸⁴⁾. Também M. Markus e A. Hegedüs formulam idêntica interrogação: «Podem ou não superar-se, e se sim de que forma, as tendências à “coisi-ficação” das sociedades de “consumo de massa”, que limitam a liberdade do indivíduo, no essencial, à escolha de “coisas” encontradas “prontas”, à escolha entre as diversas mercadorias? E poderão ou não ser criadas formas de comunidades que estimulem o desenvolvimento do indivíduo e o orientem para valores de humanização?»⁽⁸⁵⁾. Convém aliás sublinhar que a perspectiva destes autores é certamente mais utópica e menos elaborada que a de Bahro. Enquanto filósofos e sociólogos, as suas teses são em grande medida dominadas pelo «vício de fundo» que para eles constitui a relação familiar tradicional, e as suas «comunas» ou «comunidades» são essencialmente uma contra-posição à «família» enquanto núcleo fundamental, de que *tudo* parte. As comunas territoriais de Bahro têm outro âmbito, como vimos, ainda que ele-próprio não seja alheio à problemática familiar e ao que daí decorre. Só que bem compreende que a «revolução das relações familiares/sexuais» é um processo de muito longo prazo, talvez a parte mais *dura* do processo global de revolucionarização da sociedade. Mas é uma condição do triunfo da «revolução cultural»: «É somente ao atingir a família que ela poderá modificar pouco a pouco o processo de conjunto do estudo e do trabalho e, sobre esta base, libertar todas as relações íntimas e públicas dos controlos exteriores que os envenenam e atrofiam»⁽⁸⁶⁾. E ainda: «Trabalho, família, escola, tudo isto deve ser ultrapassado pelo interior, abolido e assumido, e não simplesmente destruído. É puro subjectivismo, por exemplo, querer começar por “suprimir” o casamento e a família, em lugar de adaptar as suas condições internas e externas de desenvolvimento às novas possibilidades»⁽⁸⁷⁾.

Vistos os pontos essenciais do encontro entre a obra de Bahro e as da «nova esquerda» húngara, gostaríamos apenas de assinalar, no relativo a esta última, dois aspectos adicionais — um deles de algum modo com-

(84) HELLER [1972], p. 2806.

(85) MARKUS & HEGEDÜS [1970].

(86) BAHRO [1977], p. 276.

(87) Id., id.

plementar do trabalho de Bahro, um outro de divergência quanto à problemática da transição.

O primeiro ponto diz respeito à tipologia diferenciada de desenvolvimento das sociedades da Europa de Leste, e se o citamos é porque corrobora plenamente o sentido global do 2.º ensaio deste trabalho, ao opor dois «modelos» distintos e bem caracterizados naqueles países. Essa tipologia encontra-se num trabalho de M. Markus e A. Hegedüs cujo título significativo é justamente «Modernisation and Alternatives of social progress»⁽⁸⁸⁾. «“Pelo menos duas tendências de desenvolvimento principais podem ser observadas nos países da Europa de Leste, no que respeita às ideias sobre o futuro e às alternativas de progresso”. O primeiro modelo exerce uma forte influência através dos canais oficiais, é o modelo “estatal”. Este extrapola para o futuro as estruturas presentes. (...) Este modelo nasceu no período de crescimento extensivo e de penúria de bens. No entanto, ele identifica o socialismo com as formas e soluções nascidas nessa época. Por isso foi particularmente criticado nos países em que o crescimento intensivo tomou o lugar do crescimento extensivo. (...) A segunda alternativa, a da “via principal”, proclama “directa ou indirectamente, a ideia segundo a qual os países da Europa de Leste devem essencialmente seguir em linhas gerais a via dos países ocidentais avançados”. (...) Os partidários da “via principal” consideram o primeiro modelo como ineficaz e não dinâmico. Consideram os interesses do lucro contidos no mercado como a principal força motivadora da produção, logo a única via para o desenvolvimento dinâmico. Por consequência, crêem que o desenvolvimento e a satisfação das tendências “aquisitivas” do homem é a mais importante motivação do comportamento económico. [Enfim] consideram a expansão das relações mercantis como o único caminho para realizar a descentralização e, até certo ponto, para a democratização do poder administrativo do Estado no controlo da produção. (...) Esta alternativa tecnocrática ou tecnicista traz muitas soluções a problemas que a alternativa “estatista” tinha criado (...)»⁽⁸⁹⁾, pelo que finalmente exerce sobre as massas «um forte poder de atracção».

Julgamos ter desenvolvido suficientemente esta distinção ao longo deste trabalho, mas não é inútil sublinhar o facto de que a própria «nova esquerda» húngara *reconhece* (e não apenas especialistas ocidentais, ainda que insuspeitos) a existência de dois modelos bem caracterizados nos

⁽⁸⁸⁾ MARKUS & HEGEDÜS [1972].

⁽⁸⁹⁾ FRANKEL & MARTIN [1973], pp. 2779/2781. As citações contidas nesta passagem são de MARKUS & HEGEDÜS [1972].

países de Leste. E, a propósito, note-se que em Bahro tal diferenciação não se encontra marcada com precisão. É por isso que este contributo adquire alguma importância, na medida em que acentua o facto de que também o «socialismo de mercado», ainda que *diferente*, não constitui resposta aos problemas de emancipação e é apenas uma outra *forma* do «socialismo realmente existente».

O segundo ponto, fundamental no plano prático da transição, e portanto uma questão central na análise das condições de transformação/revolução nas formações sociais reais, não diz directamente respeito à nossa problemática que é geral (teórica) e se propõe a identificação de um objectivo (o socialismo como *projecto*). Nem por isso a podemos ignorar, quanto mais não seja porque também a ela nos referimos ao tratar a obra de Bahro, e não terá sido por acaso que o fizemos. Referimo-nos à existência ou não de um «motor consciente» do processo de «revolução cultural», de conquista da «hegemonia ideológica» (conceito gramsciano retomado por Bahro), e bem assim da articulação dos processos de revolução cultural e revolução política.

Já vimos que Bahro reputa indispensável a existência de uma «liga dos comunistas», organização portadora dos novos valores e aspirações «qualitativas», em que a própria estrutura interna do poder se encontra invertida. Mas ele refere-se muito mais à acção «cultural» demolidora/mobilizadora do que à acção política no sentido corrente do termo, e em particular ao clássico *momento* da «conquista do poder»: «Esta liga, contra-poder construtivo mas de natureza revolucionária, tem de exercer a sua influência sobre o sistema das forças e a organização social, e recordar à hierarquia estatal os seus limites. O fenómeno não é passageiro como no caso do partido [revolucionário de tipo tradicional — JMP], dure o que durar a fase intermediária. O resultado é uma situação de duplo poder e uma redução progressiva do peso do Estado. Que o partido comunista deixe de ser um partido de governo é condição para que os comunistas possam *enquanto tais* participar nele [governo], o que é absolutamente indispensável. (...) É necessário (...) que eles dominem as actividades do processo de reprodução, incluindo as funções hierárquicas do sistema de informação, que só pouco a pouco se tornarão puramente administrativas»⁽⁹⁰⁾. Só em certo passo Bahro admite a inevitabilidade de «conflito aberto»: «Contrariamente a um golpe de Estado, a revolução cultural não pode apanhar a sociedade de surpresa. A oposição [neste

(90) BAHRO [1977]-1, p. 340-341.

caso, a Liga — JMP] não luta directamente pelo poder, coloca a sua aposta num crescimento a longo prazo da sua influência — que depende da possibilidade de discussão livre e pública sobre o seu programa e de uma organização e propaganda próprias. Uma fase de conflito aberto entre ela e os escribas e fariseus oficiais é inevitável»⁽¹⁾. Trata-se, como é claro, de uma «revolução por dentro», *progressiva*, mas conduzida por uma «inteligência colectiva», por um partido organizado, ainda que não no sentido leninista de «vanguarda iluminada das massas». Quanto aos húngaros, podem distinguir-se em primeira aproximação, sobre esta questão «duas posições contrastantes: a dos que repropõem uma relação de “guia espiritual” entre intelectuais e massas e, como Hegedüs, consideram indispensável o papel de mediação e integração dos conflitos sociais atribuído ao partido único, e a dos que, pelo contrário, como Vajda e os seus amigos da Escola de Budapeste [no sentido restrito — JMP], sugerem, como única via para sair do impasse burocrático-autoritário em que actualmente se encontram os países de Leste, uma revitalização da sociedade civil. O envolvimento de todos na discussão igualitária das alternativas e perspectivas para o futuro deveria dar vida a uma nova *Oeffentlichkeit*, isto é, uma esfera pública, a qual, de maneira muito mais incisiva que a sua antecessora burguesa, através nomeadamente da autogestão, da contracultura e de novas formas de vida comunal, deveria dar lugar a uma dimensão de comunicação democrática entre as massas, criadora de novos valores, necessidades e formas de comportamento»⁽²⁾. Mais explicitamente, segundo as próprias palavras de Vajda, «é necessário ir ao fundo da questão e abandonar a ideia do partido revolucionário. Uma revolução “guiada” por uma *elite* política não pode realizar o socialismo, se para este — e também para ti [trata-se de uma carta dirigida a Bahro — JMP] — é essencial a superação da divisão social entre dirigentes e dirigidos. A ideia comunista do partido é, ao contrário, a conservação de tal divisão do trabalho (...) Se, como tu sustentas, a divisão do trabalho social em intelectual e físico é a raiz principal de todas as formas de exploração e opressão, devemos também abandonar a ideia da *elite* revolucionária *sob qualquer forma*, para atingir o objectivo mais importante do socialismo, ou seja, a abolição da divisão social (não obviamente da técnica) do trabalho»⁽³⁾. Agnès Heller, pelo seu lado, exprime-se do seguinte modo, evitando a «questão do partido» (ele fala sempre

(1) BAHRO [1977]-2, p. 31.

(2) BOELLA [1978].

(3) VAJDA [1978].

em termos de «movimento social»), mas não a da «revolução política»: «[Para] os movimentos revolucionários afectando o conjunto da sociedade (...) a vitória não se situa pontualmente no tempo; ela não é nunca um acto ou um conjunto de actos, mas sempre um processo. É um processo tal que são os próprios homens — massas cada vez mais vastas — os seus portadores. [Em tais movimentos], são os próprios homens que transformam — no decurso do desenvolvimento contínuo das suas objectivações — a sua estrutura de necessidades e valores (...) [O problema está em que] se tem de reestruturar a totalidade das necessidades e dos valores numa sociedade onde a alienação é geral — e isso mesmo quando a classe operária nela se sinta *mal à l'aise* —, numa sociedade em que as necessidades das massas são acima de tudo necessidades vitais e quantitativas. Para fazer isso, a revolução política é evidentemente necessária, mas não é capaz por si só de realizar essa estrutura radicalmente nova»⁽⁹⁴⁾. E precisa que «a revolução política para Marx não é realmente mais do que uma etapa, pois ele opõe a emancipação humana à simples emancipação política»⁽⁹⁵⁾.

Convém ter presente que todos estes trabalhos visam prioritariamente uma análise das perspectivas de transição nas sociedades do Leste europeu. Desnecessário se torna dizer que há toda uma discussão a travar, noutras bases, relativamente às sociedades ocidentais, em particular aquelas em que as instituições são formalmente «democráticas». Uma boa parte dos autores citados, Bahro desde logo, parecem depositar esperanças que reputamos totalmente infundadas no papel «progressista» (no sentido da «revolução cultural») dos chamados partidos «eurocomunistas», citando designadamente os partidos francês, italiano e espanhol.

Terminamos aqui a panorâmica naturalmente muito incompleta de posições comunistas «não-ortodoxas» provenientes de países de «socialismo real» (ainda que Cuba, ao tempo de Guevara, fosse ainda muito mais um «laboratório revolucionário», só muito posteriormente alinhado, no essencial, com os processos inspirados da Europa de Leste, sobretudo da URSS). Não podemos fugir aos problemas que equacionam, ainda que possamos discutir da viabilidade das soluções que propõem, se entendermos, como os seus autores, que o «projecto socialista» é o de um «sistema global», e nunca, restritamente, o de um «sistema económico». Veremos, de seguida, algumas das lições fundamentais a colher de tais contributos.

⁽⁹⁴⁾ HELLER [1972], p. 2804.

⁽⁹⁵⁾ Id., p. 2796.

3. É tempo de retomarmos o nosso tema-objectivo, que é finalmente o da precisa distinção entre um sistema económico «mais ou menos socialista» (com relações variáveis Plano/mercado, propriedade colectiva/propriedade privada, etc.) e um sistema *global* socialista. Através dos trabalhos que sumariamente passámos em revista, e independentemente de eventuais optimismos ou «utopismos» que pensemos conterem quanto às respectivas propostas de transição, é flagrante a preocupação comum com a questão da «consciência social», e o realismo comum quanto aos problemas que coloca a existência de organizações e relações crescentemente complexas à medida que se intensifica o processo geral de «crescimento económico» assente na «industrialização». Não é por acaso que, com maior ou menor ênfase, todos põem um acento muito explícito nos aspectos de informação, comunicação, educação — e nos sistemas de decisão. Nos trabalhos cujo ponto de partida é a observação de sociedades industrializadas é importante notar a patente «deseconomização» de questões como a divisão do trabalho e de estrutura de necessidades. Isto é indiscutivelmente um retorno àquilo a que se poderá chamar de «tradição marxista», para a qual o socialismo representava um *salto* (do reino da necessidade para o reino da liberdade) civilizacional e não apenas uma alteração, por radical que fosse, de «sistema económico». A própria relação de exploração sempre foi para Marx uma relação de «dominação social» («O capital é uma relação social») radicada na divisão do trabalho, portadora da divisão da sociedade em classes sociais. Muitas das simplificações economicistas, não inocentes em geral, que têm sido feitas da teoria marxista fundam-se numa abusiva identificação entre relação social de exploração e taxa de exploração (relação entre as horas de trabalho apropriadas como mais-valia — m — e as horas de trabalho efectuadas ou «capital variável» — v). Ora sucede, que, por um lado, Marx não fazia esta rigorosa identificação e, por outro e mais importante, ele enunciava estes conceitos *para o modo de produção capitalista*, em que a instância económica é dominante, e em que portanto a relação económica de exploração podia de algum modo consubstanciar ou sintetizar a relação social de exploração. Num sistema socialista, em que o político-cultural terá necessariamente de ser dominante, é a esse nível^(*) que terá de se

(*) Importante: não se trata aqui de nível «hierárquico» de funções sociais, nem sequer de um subsistema (ou subsistemas) que, num organigrama do tipo do de Mikhalevsky (v. p. 102 acima), possa(m) ser interpretado(s) como de algum modo agindo do «exterior» sobre o subsistema económico. Na realidade é na *totalidade* dos comportamentos (nomeadamente os decisoriais), inclusive os que relevam da consciência social individual, que tal dominância se deverá verificar.

efectuar a eliminação das relações de dominação, a esse nível que o empenhamento colectivo terá de ser decisivo: a economia terá de ser *conscientemente* controlada e dirigida, o que não significa desconhecer as balizas que impõe e muito menos os bloqueamentos que pode determinar na própria consciência social. Pelo contrário, significa justamente *conhecer* isso mesmo, e esse conhecimento ser *apropriado* pela generalidade dos indivíduos. Assim como o conhecimento dos fenómenos naturais nos permite *dominá-los* e tirar partido deles, sem que em muitos aspectos eles deixem de determinar a nossa existência (o tipo de habitat, por exemplo, depende em grande parte das condições naturais), do mesmo modo o conhecimento das «contraintes» económicas (limitações de recursos, equilíbrios básicos, tecnologias disponíveis, etc.) deverá servir-nos para *dominar* a economia e fazer dela um instrumento de progresso colectivo. E aqui, como em tantos outros campos e como já tínhamos sugerido na primeira parte deste ensaio, põe-se um problema de redefinição de conceitos: é a própria ideia de *progresso* que tem de ser radicalmente alterada — «De um modo geral, há que aprender a interpretar a ideia mesma de progresso duma maneira radicalmente diferente daquela a que estamos habituados»⁽⁹⁷⁾. E daí decorre naturalmente que todos os termos contraditórios então por nós enunciados ganhem, também eles, um sentido novo. Já vimos como Bahro coloca a questão da planificação e os limites que impõe/aceita para a autogestão: as comunidades locais ou regionais, as unidades produtivas, etc., terão por objectivo *não* a maximização do lucro ou a simples «prosperidade material» própria (caso da autogestão jugoslava) mas a *emancipação* geral, de que o Plano será a *expressão colectiva* em que, por forma *organizada*, todos participam. Isto pressupõe uma generalizada apreensão dos mecanismos que sustentam a *totalidade* social, suportada por um sistema de informação/comunicação extremamente aberto e intersticial, o mesmo é dizer, pressupõe um elevado grau de «consciência social» em que, na formulação de Bahro, os interesses de emancipação se tenham tornado predominantes. Se tomarmos a questão da democracia, também não é difícil compreender que, em tais condições, ela estará ultrapassada. A democracia confundir-se-á com a participação activa e deixará naturalmente de ter o sentido actual de demissão colectiva pontuada por periódicos actos eleitoriais em que os «representantes eleitos» fazem parte de um corpo de políticos profissionais ou de notáveis locais, cuja acção apenas visa a sua própria subsistência enquanto aparelho de poder, e logicamente também a subsistência da «organização social»

(97) BAHRO [1977]-1, p. 246.

que lhes confere essa função. Enfim um último exemplo de reformulação de conceitos: o da dissociação do poder e do saber. O problema deixará claramente de se equacionar deste modo. De facto no sistema socialista o saber científico, o saber técnico, o saber administrativo, o saber económico *não poderão*, enquanto tal, gerar poder social. Será ainda aí a consciência social, o «saber» que tem por base o conhecimento da sociedade e o conhecimento (participado) dos seus objectivos que determinará a organização do poder que, ele-próprio, perderá o sentido de poder *sobre* a sociedade para adquirir o de poder *na* sociedade. Isto será facilitado por dois elementos fundamentais: por um lado, a des-identificação entre progresso social e progresso técnico-científico-material (ainda que a este possa ser *atribuído* um papel determinado e controlado como parte do progresso social) levará a que os especialistas nestes domínios deixarão de ser vistos como os depositários e os portadores do progresso social. Por outro lado, quer a «sub-planificação» (Bahro) ou planificação a um nível de recursos inferior ao disponível, quer a sobre-educação (Bahro/Markus/Hegedüs), tenderão a diluir a actual função social dos especialistas. Com efeito essa função, e o poder real daí decorrente, são tanto maiores quanto mais *tensa* é a sociedade (a sua dinâmica económica, em particular) ou quanto mais profundas as suas crises, o que é compreensível. Uma sociedade em tensão constante na busca de novos produtos, no fomento de novas necessidades/consumos, na busca de novas «oportunidades de investimento», ou na prossecução acelerada de novos aumentos de produção, na vertigem do estabelecimento e do cumprimento de Planos, na desconfiança permanente em relação aos comportamentos dos seus sujeitos económicos — eis o contexto ideal para o sucesso, o poder, se não o prestígio dos técnicos, dos economistas, dos administradores, e também dos burocratas. O mesmo sucede nas sociedades «em crise», e não é por acaso que, em tais fases, é frequente o apelo aos «tecnocratas» para assumirem directamente o poder. Ora justamente, a sociedade socialista/comunista será, *por definição*, uma sociedade *não-tensa*, no sentido acima, e em que as eventuais «crises» terão a resposta colectiva inerente aos próprios mecanismos de informação/comunicação/decisão. Também, por esta via, os especialistas perderão uma parcela considerável da função *decisiva* que desempenham nas actuais sociedades industrializadas. É oportuno recordar aqui o dilema em que se encontrava Guevara: ele procurava desenvolver a «consciência social» (o «motor interno») numa sociedade em estado de forte *tensão* produtiva, em que, na terminologia de Bahro, ainda não existia uma «consciência excedente» generalizada. Daí que a sua preocupação se polarizasse sobretudo na indi-

ferença perante as tarefas de produção ou a ela ligadas. Daí que procurasse *concentrar* os escassos «especialistas» de que dispunha, e com isso estivesse a reforçar o poder de uma burocracia técnico-partidária. Atribuir, em tais condições, as funções de «motor interno» ao Partido — e por certo não havia alternativa — era, finalmente, reproduzir os mecanismos de poder burocrático que se conhecem nos países da Europa de Leste. Foi isso, com toda a lógica, o que acabou por se verificar, e é esse provavelmente o destino inelutável das revoluções anti-capitalistas em países de baixo nível de desenvolvimento — o próprio Bahro o reconhece. É a etapa da «revolução política» (A. Heller), que criará as condições *materiais* para a «revolução social total». Mas deve-se a Guevara, e não a Bahro, como erradamente diz Marcuse num dos seus últimos escritos, o primeiro passo para a eliminação da distinção tradicional feita pelos marxistas (em particular depois de Lenine) entre *socialismo* e *comunismo* como etapas bem marcadas de um processo revolucionário⁽⁹⁸⁾. É certo que ele (como Fidel na sua fase «guevarista») fala de etapas, e do «comunismo» como um objectivo final e distante, mas é patente e claramente explícita em todos os seus textos a tese do desenvolvimento paralelo das forças produtivas (i. e., da «acumulação material») e da «consciência social», entendida como uma «ética comunista» assente nos princípios da solidariedade, da acção/comunicação colectivas, da emancipação *total* (e não só material): «Em regime socialista [...] é necessário acentuar a sua [do homem] participação consciente, individual e colectiva em todos os mecanismos de direcção e de produção, e ligá-la à educação técnica e ideológica, de modo a que ele sinta quanto estes processos são estreitamente interdependentes e a sua progressão paralela. Assim, uma vez quebradas as cadeias da alienação, ele atingirá a consciência total do seu ser social, a sua plena realização enquanto criatura humana. Isto traduzir-se-á concretamente pela reconquista da sua natureza própria através do trabalho liberto e pela expressão da sua condição humana, através da cultura e da arte»⁽⁹⁹⁾. Onde Bahro inova não é, pois neste ponto, mas naquele em que, como Marcuse também assinala, atribui à consciência social nas sociedades industrializadas, o papel de «força

⁽⁹⁸⁾ «Bahro rompe finalmente com a distinção (já há muito convertida em ideologia repressiva) entre socialismo e comunismo: socialismo é comunismo desde o princípio e vice-versa. Natureza e objectivo da sociedade socialista: o indivíduo total, o alargamento do reino da liberdade no reino da necessidade, podem (e devem) tornar-se, agora e aqui, objectivos e directrizes da política e da estratégia comunistas» (MARCUSE [1978]).

⁽⁹⁹⁾ GUEVARA [1965]-2, p. 97 (trad. franc.).

material da transformação». Isto é, em resposta àqueles que sublinham o «idealismo» de pretender de forma voluntarista «forçar» o avanço da consciência social para além daquilo que permitiria o estágio do desenvolvimento das forças produtivas⁽¹⁰⁰⁾, Bahro considera que, em tais sociedades é a própria «tecnologia [que] tem necessidade de massas cultivadas e cria paralelamente as condições necessárias para o desaparecimento do sub-desenvolvimento individual e do estado de subordinação. Trata-se de forçar a "sobreprodução" de consciência a fim de chegar a inverter o conjunto dos acontecimentos históricos para fazer da Ideia um poder material decisivo. O que está iminente, e de facto já começou, é uma *revolução cultural* no verdadeiro sentido do termo: *uma mudança radical nas formas de vida subjectivas das massas*, comparável somente a essa outra transformação que, partindo do patriarcado e passando pela divisão vertical do trabalho e do Estado, conduziu à sociedade de classes. No decurso desta segunda revolução cultural, o homem vai fundar a sua existência sobre a sua consciência, a "mais alta manifestação da matéria", e vai concentrar os seus esforços sobre a organização social desta noosfera [a «esfera» do espírito, da *psique* — JMP] a fim de regular, a partir daí, de uma nova forma as suas relações com a natureza»⁽¹⁰¹⁾. E noutra passagem, o mesmo autor refere-se à consciência social «enquanto noção integrante da força produtiva subjectiva da sociedade, logo, enquanto realidade absolutamente material, económica (...)»⁽¹⁰²⁾. Por outras palavras, nas sociedades industriais, a *subjectividade*, que os marxistas «ortodoxos» até então sempre consideraram como que um produto de *condições objectivas*, podendo sobre elas agir «sem retorno», de algum modo se torna *ela-própria* uma «condição objectiva»: se foram as «leis objectivas» da «economia política» que, a partir de um dado momento, *produziram* um excedente de consciência que a própria infraestrutura económica e o correspondente aparelho de gestão/poder já não podem absorver, esse excedente torna-se uma «força material objectiva» em constante crescimento que entrará necessariamente em contradição com uma organização

(100) Guevara, confrontado com este problema, e em posição mais vulnerável por se situar justamente numa sociedade «subdesenvolvida», encontra uma outra resposta: «Na actual era do imperialismo, a consciência adquire dimensões mundiais. A consciência hoje é o produto do desenvolvimento de todas as forças produtivas à escala mundial, e bem assim do ensino e educação proporcionados às massas do mundo inteiro pela União Soviética e pelos outros países socialistas» (GUEVARA [1964]-3, p. 103).

(101) BAIRO [1977]-1, p. 241.

(102) *Id.*, p. 299.

social (forças produtivas/relações de produção) sem resposta para as exigências «qualitativas» por esse processo libertas. Isto não é de nenhum modo uma subversão da dialéctica marxista. Pelo contrário, pretende ser a sua aplicação às condições novas que são as das sociedades altamente industrializadas — condições que ninguém pode acusar Marx de não ter podido rigorosamente prever. Na realidade, e na linha exacta de Marx, trata-se de constatar que tais sociedades se põem a si-próprias *novos* problemas, *porque* as suas *condições materiais* lhes permitem resolvê-los. Mas nem por isso esta perspectiva, pela «localização social» onde preferencialmente se forma o «excedente de consciência», deixa de pôr em questão o papel emancipador *exclusivo* da «classe operária», cuja libertação seria, na teoria original, condição necessária e suficiente para a libertação de *todos*.

Isto conduz-nos a um outro ponto, que pode também ferir as convicções de muitos marxistas supostamente ortodoxos. Trata-se da relação entre consciência social e consciência de classe. Limitar-nos-emos a enunciar algumas linhas de reflexão, e algumas implicações que tal relação/distinção comporta. É óbvio, aliás, que uma discussão aprofundada desta questão deveria ser ponto central das preocupações de todos quantos, seja qual for o seu ângulo de observação, procuram contribuir para uma «teoria do socialismo» enquanto sistema global *em projecto*.

À partida, em termos de definição genérica, não cremos situar-nos em terreno controverso. Aliás o próprio Marx utilizou a expressão «consciência social», inclusive numa das suas mais citadas passagens (do Prefácio à «Crítica da economia política»). A consciência social é o resultado da apreensão *individual* da sociedade enquanto organização, enquanto estrutura, enquanto relação de forças e de interesses, e bem assim da *posição* do indivíduo dentro dessa sociedade — é, na expressão de Marx, «a reprodução do concreto [social] pela via do pensamento», concreto esse que «aparece no pensamento como processo de síntese», como «totalidade pensada, produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo da única maneira possível»⁽¹⁰³⁾. Em termos de pura *démarche* intelectual, de uma «elevada» consciência social deveria decorrer uma «consciência

⁽¹⁰³⁾ MARX [1859], p. 350. Segundo Bahro, a consciência social é o *potencial* existente em todos os indivíduos, a «energia mental», que, *em determinadas condições*, lhes possibilita a apreensão da sociedade como um todo, mas que, na maioria deles, se encontra «absorvida» por actividades reprodutoras da «subalternidade». Daí a necessidade de um partido «cuja autoridade ideológica é directamente função da qualidade da sua produção intelectual (...) O trabalho do partido consiste num conhecimento do real, no seu sentido marxista complexo: o conhecimento é um processo global, in-

de classe», isto é, de pertença a uma dada classe social, com o seu posicionamento e interesse próprios dentro da estrutura social, os quais lhe definem os termos do conflito e das contradições que a opõem a outra(s) classe(s) ou grupos sociais. De facto não pode existir uma só classe social, um só «grupo social» — é uma evidência: cada classe define-se pelas diferenças (de interesses, de papel no sistema produtivo, de condições materiais de existência, etc.) relativamente a outra(s). Mas, ainda no mesmo plano da «via intelectual», é não só admissível como um facto correntemente verificado, que certos indivíduos sigam a partir daí o percurso inverso e venham a aderir às (a *identificar-se* com as) posições e aspirações de outra classe ou grupo que não aquela(e) a que originalmente pertencem, por exemplo em nome da *emancipação geral*. Na realidade, sendo embora reconhecido este facto (e como o não seria se se trata justamente do percurso de um Marx, de um Lenine, e de tantos outros dirigentes revolucionários?), sempre se atribuiu o papel de *potencial revolucionário decisivo* à crescente «aquisição» da consciência de classe a partir da *prática*, ou seja, a partir da vivência concreta de «condições de explorado» por parte, fundamentalmente, do proletariado industrial. O papel do «partido revolucionário» era justamente o de despertar esta consciência de classe nas grandes massas proletarizadas e, através disso, *cumprir a História*, em cujo processo inelutável a revolução estava inscrita. Utilizando a terminologia de Bahro, a classe operária seria o único portador de «interesses emancipadores», a única em que tais interesses estariam presentes na consciência social dos seus membros. Ora é justamente este o ponto nodal das teses de Bahro e, a nosso ver, uma questão vital a ser discutida e aprofundada: se nas sociedades industriais as forças dominantes puderam, para além de assegurar a satisfação no essencial das necessidades vitais e de subsistência, alimentar uma tensão constante em torno dos «interesses de compensação», ao ponto de ser fundamentalmente neste terreno que se travam a maioria das lutas sociais⁽¹⁰⁴⁾, se,

cluindo a «experimentação e a passagem à prática» (BAHRO [1977]-I, p. 342). A fim de «esmagar a resistência do quotidiano» [dos «interesses de compensação»], é indispensável desencadear «um processo psicológico, um élan» que arrastaria em particular a maioria da juventude para as esferas do ideal político-filosófico. A promessa de emancipação contida no movimento colectivo deve ser tão irresistível que milhares de jovens alcançariam uma *visão consciente da totalidade social*, mesmo da humanidade» (BAHRO [1977]-I, p. 352 — sublinhado meu, JMP).

(104) «É o reconhecimento consciente ou não deste facto [de que sem a superação do modo de vida burguês, não se desenvolvem nas massas «as necessidades radicais» — JMP], e não a falsificação do ensinamento de Marx, que levou as diferentes ten-

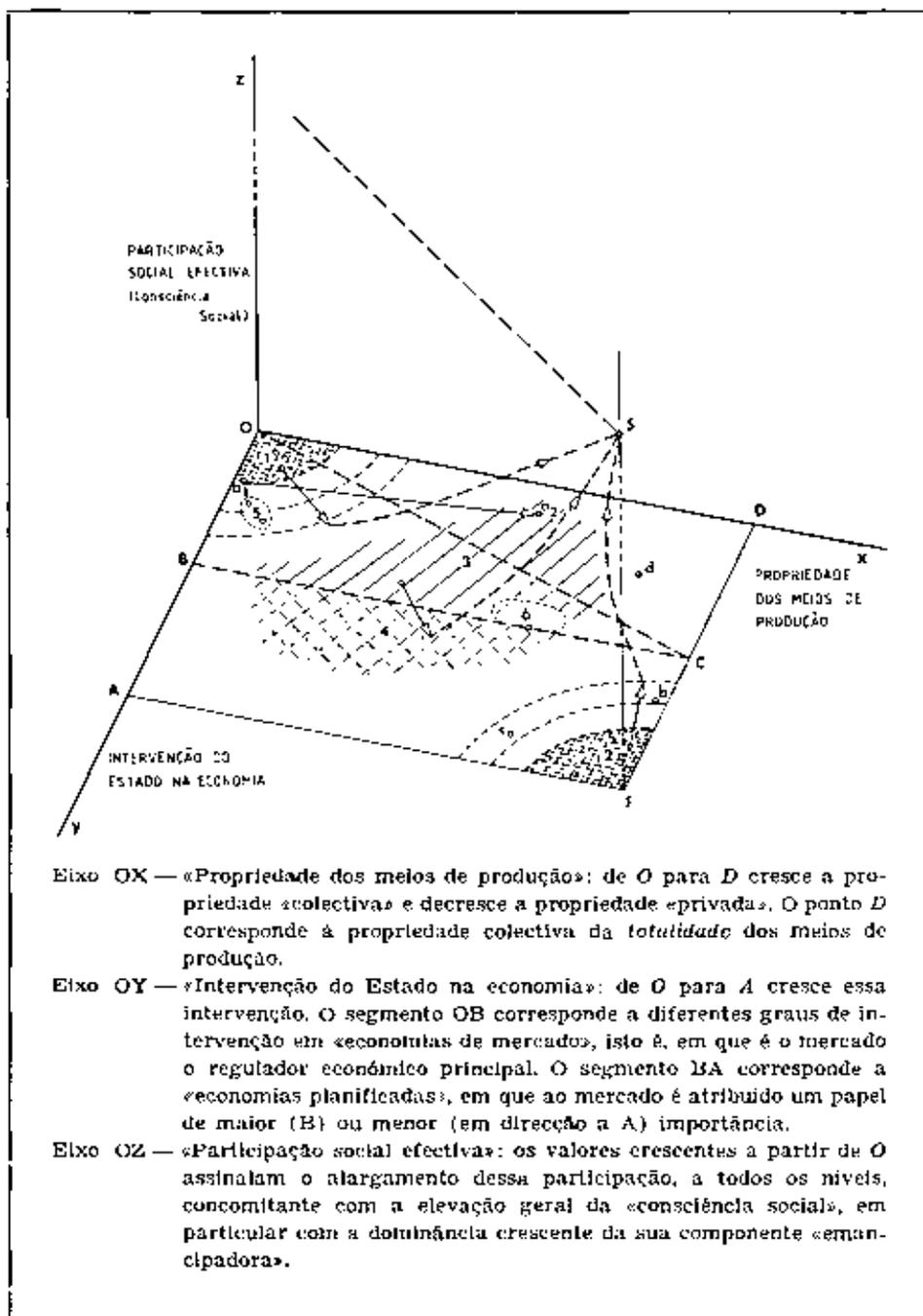
por outro lado, o proletariado industrial tradicional nelas se encontra em indiscutível retracção numérica, se enfim cada vez mais a insatisfação, a frustração, a alienação são *sentidas* por grandes massas em termos de «modo de vida», de discriminação na fruição de «bens» qualitativos, de massificação dos próprios *desejos*, não corresponderá a um conceito alargado de exploração uma nova composição das forças motoras da emancipação? Se exploração não é só a apropriação privada da mais-valia, mas *também* a apropriação pelas forças dominantes do excedente de consciência que decorre das próprias condições de produção (e para Bahro, como para os húngaros, é neste sentido que se pode, e *deve* falar da exploração nos países do socialismo realmente existentes)⁽¹⁰⁵⁾, o potencial revolucionário reside em todos aqueles para quem a revolução é muito mais do que a simples «apropriação colectiva dos bens de produção». Nesta óptica, a consciência de classe, em lugar de ascender a uma «compreensão da totalidade social» e desencadear um *élan* revolucionário, situar-se-ia, nas sociedades industriais, nos limites da «esfera da subalternidade», quer levando os explorados a mimar os comportamentos dos

dências do movimento operário, ainda que por vias diversas, a apelar para as necessidades existentes *de facto* ou em curso de formação no seio da sociedade burguesa; em primeiro lugar, a apelar para as necessidades vitais e para as quantitativas» (HELLER [1972], p. 2806). Tal facto constitui o já referido «círculo vicioso», para a saída do qual Bahro avança a sua hipótese da «consciência excedente», e que Marcuse enuncia do seguinte modo: «A revolução pressupõe uma ruptura com este poder [o dos interesses de compensação] — ruptura que, pelo seu lado, só pode resultar da revolução! Este é o “círculo vicioso” que no livro de Bahro aparece com tal densidade e sob diversas formulações. Este é hoje o problema histórico determinante da teoria da revolução» (MARCUSE [1978]). Este era também, ainda sob outra formulação, um dos problemas centrais que Gramsci foi o primeiro a tratar (a questão da «hegemonia»), e por isso Bahro tanto nele se apoia.

⁽¹⁰⁵⁾ Isto tem que ver com um conceito, que aqui nos limitamos a introduzir sumariamente, embora esteja subjacente a muito do que se disse: o de sociedades dicotómicas. Seria o caso daquelas sociedades em que o grande desenvolvimento das forças produtivas (produção complexa, tecnologias sofisticadas) dá origem a uma divisão social do trabalho em que radicalmente se opõem os que sabem dirigir/gerir e os que apenas sabem/podem executar, decorrendo daí uma relação de poder que não deriva da «propriedade privada dos bens de produção». Onde, em tais sociedades, a existência daquilo a que Bahro chama uma «exploração política». Certos autores húngaros (Vajda, p. ex.) admitem que uma sociedade dicotómica pode não ser necessariamente uma sociedade de classes, no sentido marxista tradicional: seria esse justamente o caso dos países de socialismo real. (Sobre este ponto, v. BAPTISTA [1975], sobretudo o seu artigo «Burocracia, sistema político e dinâmica social», naturalmente muito influenciado pelos trabalhos da escola húngara, já que o seu autor se doutorou em sociologia em Budapeste).

exploradores, cujo estatuto social, os níveis de consumo, o poder, seriam colocados como objectivo e aspiração (base ideológica do reformismo), quer levando-os a reproduzir, no seio mesmo dos partidos e organizações «revolucionárias» relações de subalternidade e «menoridade mental» que prefiguram um modelo de «sociedade burocrática» do tipo das do socialismo realmente existente. Para além disso, a consciência de classe que suporta os partidos «revolucionários», pelo facto de assentar numa visão emancipatória *exclusiva* da classe operária, excluiria da luta todos os «interesses de emancipação» existentes na sociedade em numerosos indivíduos de outros grupos e classes, apenas os admitindo na clássica posição de *compagnons de route*, ou enquanto grupos «aliados» mas subalternos. O não atingir uma «visão social total» seria (ou teria sido até hoje) o obstáculo maior à realização das tão apregoadas «alianças de classe». Sem falar na enorme desconfiança relativamente a todos os movimentos de emancipação não-operários (na sua «natureza») das chamadas minorias sociais: mulheres, jovens, ecologistas, etc., e também a temas não exclusivamente relacionáveis com a condição proletária: o sexo, a família, a «marginalidade», etc. Na perspectiva proletária tradicional todas estas questões estariam automaticamente solucionadas, ou em vias de solução, a partir do momento em que a «classe operária», pela mão do seu partido, tomasse o poder. E isso, saindo já do campo das hipóteses para o dos factos, a experiência histórica não o tem demonstrado.

Enfim, a terminar este ensaio, gostaríamos de apresentar uma «hipótese gráfica» que de algum modo, ainda que muito grosseiramente, consubstancia o essencial do que procurámos evidenciar no conjunto dos três ensaios que constituem o presente trabalho. Trata-se muito simplesmente de visualizar a *necessidade*, para um «projecto socialista», de *sair* do espaço dos sistemas económicos, do espaço «quantitativo», para um espaço multidimensional em que o qualitativo, o cultural no mais amplo sentido, adquire um papel crescente e finalmente determinante. Dadas as limitações de uma representação gráfica, naturalmente que tanto os parâmetros do espaço económico como a «multidimensionalidade» do domínio não-económico tiveram que ser sintetizados por forma a reduzir-se às três únicas dimensões dos eixos passíveis de representação. Assim, encontramos os «sistemas económicos» distribuídos num plano cujas dimensões axiais são «a propriedade dos meios de produção» e o «grau de intervenção do Estado na economia» (grosseiramente identificável com o «modo de regulação económica», p. ex., a relação-articulação Plano/mercado). O eixo vertical medirá o «grau de participação social efectiva» nos processos decisórios a todos os níveis, o que é obviamente



AREAS NOTÁVEIS E ARTICULAÇÃO POLITICA

AREA 1 -- Sistemas próximos do «mercado livre»: propriedade dos meios de produção totalmente ou quase totalmente privada, intervenção mínima do Estado nos mecanismos económicos (ou intervenção fortemente «liberalizante»). Situam-se aqui os «países exemplares» da economia de mercado livre, quase todos «subdesenvolvidos»: Países do Sueste asiático, Chile, etc. Tendencialmente são *regimes políticos ditatoriais*. Nota — A propaganda ideológica que é feita de uma Coreia do Sul, p. ex., tenderia a incluí-la aqui. Na prática, trata-se de um projecto fortemente voluntarista e intervencionista de construção de um «capitalismo monopolista» semelhante ao modelo japonês.

AREA 2 — Sistemas de «planificação central»: propriedade dos meios de produção totalmente ou quase totalmente colectiva (ou mesmo estatal), existência de um Plano imperativo centralmente elaborado e controlado na sua aplicação. Situam-se aqui os países do «socialismo real», com as excepções da Hungria e da Polónia (em que a maior parte da terra foi descolectivizada). São países de *regime ditatorial tecno-burocrático*.

AREA ADJACENTE A AREA 1 -- Sistemas de «capitalismo monopolista» (industrializados): situam-se aqui (sobretudo numa sub-zona 5) os países de economia liberal mais desenvolvidos, como os E. U., a R. F. A. e o Japão, com economias fortemente concentradas (grandes empresas monopolistas, muitas delas multinacionais), em que é reduzida a propriedade estatal dos meios de produção, embora haja uma considerável intervenção dos poderes públicos na economia. São geralmente países de regime político «democrático» mas com fortes indícios «antidemocráticos»: discriminação política (R. F. A.), discriminação racial e de minorias (E. U.), teque político muito estreito, repressão ideológica e social acentuadas.

AREA ADJACENTE A AREA 2 — Casos excepcionais no bloco de países do «socialismo real». Nomeadamente: ponto *c* — Polónia, pela razão acima apontada, e ponto *b* — Hungria, onde vigora o sistema «experimental» de «socialismo de mercado». Sistemas políticos autoritários, mas tendencialmente mais atenuados que os da zona 2.

AREA 3 — Em particular a sua sub-área compreendida entre os segmentos OC e EC — Países mais ou menos próximos do chamado «sistema de capitalismo monopolista de Estados»: situa-se aqui a generalidade dos países capitalistas industrializados, em que existe um sector público produtivo importante, implicando quase sempre uma

intervenção considerável do Estado na regulação económica. Na sub-zona 6 estarão as «socialis-democracias» mais «avançadas»: Reino Unido, Suécia, Áustria, etc. E a zona das «democracias políticas» europeias típicas.

ALFA 4 — Zona potencial, de que não se conhecem exemplos, mas teoricamente admissível em situações de transição.

PONTOS NOTÁVEIS

(para além dos pontos *b* e *c* já assinalados)

Pontos *a*, e *a*, — corresponderão grosselramente ao Portugal de antes do 25 de Abril e da actualidade. A localização de ambos os pontos não nos satisfaz, o que dá bem a medida do grau de «atipicidade» das situações que Portugal tem conhecido. De facto o grande intervencionismo do Estado durante o corporativismo português foi, pelo menos até 1968, tudo menos «liberalizante»: talvez devéssemos trazer o ponto *a*, para muito mais próximo de *B*. Quanto à situação actual, optámos por *a*, em lugar de aproximar o ponto do segmento *BC*, porque efectivamente só se pode falar de intervenção do Estado na economia na medida em que ela decorre do poder económico do sector público, não porque exista uma intervenção reguladora deliberada e «estratégica» (e muito menos qualquer esboço de planificação, mesmo indicativa).

O que esta incerteza revela não é mais do que a insuficiência de representação do sistema através de dois únicos parâmetros sintéticos (e também a instabilidade do «sistema» português).

ponto *d* — define tentativamente a zona em que se situaria uma Jugoslávia, mas também aqui o sistema jugoslavo nos denuncia o carácter redutor dos parâmetros escolhidos: a distinção propriedade/gestão, p. ex., não é apreensível através deste gráfico.

SEGMENTOS ORIENTADOS

A traço chelo (rectos) — fenómenos «político-económicos», exemplificativos (excepto no caso português), de discontinuidade: p. ex., uma nacionalização brusca de meios de produção importantes, uma descolectivização rápida, uma «reforma económica» introduzindo alterações consideráveis na relação Plano/mercado, etc.

A traço interrompido (curvos, embora possam ser rectos se a alteração for brusca ou rápida): representam a saída do plano dos sistemas económicos em direcção a sociedades crescentemente participadas. Os percursos assinalados estão todos colocados na sequência de um fenómeno político-económico do tipo anterior, o que será lógico, mas não necessário.

PONTO S

Este ponto é o que mais padece da representação escolhida. Com efeito o «sistema socialista», que se supõe representar, é por definição o de uma sociedade colectivamente regulada e totalmente participada. Mas a sua coordenada A, no eixo OY não corresponde a uma *regulação estatal* no sentido corrente; o Estado, no sentido de *poder*, terá então um sentido radicalmente distinto, que vai adquirindo justamente à medida que a coordenada vertical vai aumentando de «valor». Esta coordenada (a do eixo OZ) altera *qualitativa*mente, o que não é passível de representação, os próprios conceitos do «espaço económico». Sem isso, não haverá transição para o socialismo.

a síntese de numerosos parâmetros, entre os quais avulta como determinante o nível de «consciência social» e a capacidade de *mobilização colectiva* dessa consciência. A própria legenda do gráfico possibilita a sua interpretação, pelo que nos não alongamos sobre ela. Importa sim assinalar que, de uma forma geral, a questão da transição é a de uma luta entre as forças «centrípetas», que procuram manter os indivíduos e os grupos/ /classes sociais no plano do quantitativo (Bahré diria do «subalterno»), obrigá-los a uma disputa de «coisas» — nelas incluído o próprio poder/ /saber eminentemente conservadores e reprodutores da ideologia do «progresso material» — e as forças «centrífugas» que buscam colocar o sistema económico ao serviço do qualitativo, da *emancipação*, do estabelecimento de relações sociais radicalmente diferentes — incluindo uma nova relação poder/saber, em que um e outro adquiram, como já delidamente expusemos, um significado totalmente *outro*. Acrescente-se que a publicidade, nos sistemas capitalistas, e a propaganda ideológica, nos sistemas não-capitalistas, são certamente duas das mais poderosas alavancas de que se servem, como «forças centrípetas», as elites/classes dirigentes dos sistemas realmente existentes, os quais, aliás, como também vimos, pouco têm que ver com a «teoria» que deles é produzida. Sublinhe-se enfim que a luta de classes no sentido corrente se passa, em *períodos normais*, por inteiro ao nível do plano a que chamamos dos «sistemas económicos», ainda que dentro de contextos e com implicações políticas variadas pois, como se sabe, sistema económico e sistema político se encontram fortemente imbricados. É um dos aspectos em que o gráfico apresentado é inevitavelmente «reduzidor», se bem que a sua legenda assinale certas articulações relativas a este ponto.

CONCLUSÃO

Um século depois de Marx é ainda nele e no seu método que terá de repousar o essencial da construção do «projecto socialista/comunista». A sua visão «globalizante» dos sistemas sociais é a única que se poderá opor à frieza tecnocrática do «globalismo sistémico» ou do «estruturalismo anti-humanista» (que de um Marx amputado se reclama), os quais estão em vias de refundir não apenas os conceitos tradicionais de todas as chamadas «ciências humanas» mas, por via disso também, as próprias «estruturas mentais» das sociedades altamente industrializadas. Entendamo-nos: não se trata de recusar os contributos do pensamento sistémico moderno e de o combater em nome de um qualquer retrocesso à parcelização do conhecimento (ou à «sabedoria popular»...). Trata-se, pelo contrário, de levar às últimas consequências a sua dimensão «subversiva», sem o que o seu «globalismo» facilmente se transformará em «totalitarismo» cujos contornos já são bem aparentes no processo em marcha de «telematização» do quotidiano nas sociedades mais industrializadas. O que está em causa é *apropriarmo-nos* do pensamento sistémico como instrumento de apreensão da totalidade social, de aprofundamento da «consciência social», de evidenciação da necessidade *lógica* da «difusão do poder» e dos mecanismos de formação de «consensos colectivos» — e não *deixarmo-nos apropriar* por esse mesmo «pensamento sistémico», pelo poder totalitário de especialistas de cuja fragilidade ele veio a nascer. Com efeito, o pensamento sistémico traduz em definitivo a impotência científica («explicativa») dos especialistas isolados — seria trágico restituir-lhes o poder que perderam, permitindo-lhes que o utilizem sob a forma de colectivos sem rosto, ao serviço daqueles que salvaram no momento em que lhes destruíram a «racionalidade» em que fundaram a sua ideologia. Seria o triunfo do paradoxo.

A lógica dos sistemas está de tal modo mais próxima da «forma de pensar» do homem comum do que a lógica causal parcelizada, que é razoável admitir a sua importante contribuição para a compreensão individual dos mecanismos sociais, incluindo as estruturas de dominação a que cada um (enquanto indivíduo, e enquanto membro de um «colectivo») se encontra submetido. Essa mesma lógica o levará a introduzir o imaginário, o afectivo, o «desejo de vida», as motivações solidárias e igualitárias, como componentes *vitalis* de um sistema emancipador. E também todos os que buscam descobrir porque se sentem frustrados e insatisfeitos num mundo que cada vez mais os alicia com produtos sempre mais

sofisticados se apoiarão nela para encontrar as respostas e os caminhos de uma acção «socialmente consciente». Eles chamarão porventura socialista ou comunista a esse «novo» sistema — que alguém já «imaginara» um século atrás.

Por último, *last but not the least*, apenas umas breves linhas dirigidas aos que se interroguem sobre a utilidade que este trabalho poderá ter para a análise do caso português, de que ele se propunha lançar alguns alicerces teóricos.

Desde logo ficar-nos-á a indicação de quão estéreis (ou mal-intencionadas) serão as discussões em torno do «sistema económico» eventualmente «mais adequado» ao nosso país. É óbvio que tais debates se situarão sempre no quadro de um «projecto político» implícito, e que convém obrigar a explicitar. Isto é tanto mais importante quanto Portugal é um país apenas semi-industrializado em que, contrariamente às sociedades de que fundamentalmente se ocupa um Rudolph Bahro, são ainda escassas as condições de formação de «consciência excedente». O mesmo é dizer, mais precisamente, que o processo de acumulação ainda não atingiu a fase em que as «necessidades básicas» *podem* ser satisfeitas de forma generalizada e que é portanto indispensável identificar *que poder* (*de que forças sociais*) se propõe que conduza e controle aquilo a que chamaríamos de «industrialização restante». E convém ter presente que, em tais sociedades, a «democracia política» de tipo ocidental costuma ter dificuldades em assegurar essa tarefa. Mas sucede que, inserida num continente dito «civilizado», profundamente marcado por influências culturais dele provenientes, tal sociedade meio-desenvolvida está profundamente impregnada dos valores/comportamentos das sociedades de «consumo», que as desigualdades e distorsões inerentes ao estádio em que se encontra ainda mais exacerbam. Acontece também que a «explosão vivencial» colectiva de 1974-75, amordaçada pelas forças políticas que, em *toda* a amplitude do leque partidário, a temeram e lhe apreenderam o potencial *subversivo*, terá também deixado marcas profundas em muitos que, desmunidos de tudo, *conheceram* na prática um *au-delà*, uma pré-figuração de «outro modo de vida».

O Portugal de hoje é, pois, para além do seu simples «estádio de desenvolvimento», um cadinho adormecido, um «entre-Guevara-e-Bahro» ao qual muito do que dissemos pode ser aplicado, a partir de um concreto complexo que coloca desafios teóricos a que lamentaremos um dia não ter querido ou podido responder. O socialismo em Portugal está por *pensar*.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAHAM-FROIS (ed) [1974], [1978] *Problématiques de la Croissance*. Vol. I - Neo-classiques et Neo-Keynésiens, Vol. II - Marx, Sraffa et le retour aux classiques, *Economica*, 1974 e 1978, resp.
- ACKOFF, R. L. [1960] «Systems, Organizations and Interdisciplinary Research», in *Systems Thinking*, F. E. Emery (ed). Penguin Books, 3.^a Ed., 1971.
- ADAM, Jan [1977], «Les cadres supérieurs hongrois: systèmes de stimulation et rémunérations», in *Revue d'Etudes Comparatives Est-Ouest*, vol. 8, n.º 2, Jun. 1977.
- AGUIAR, Joaquim [1972] «Para uma análise sistémica da produção de teorias nas ciências sociais; o caso da economia política», in *Análise Social*, n.º 35-36, vol. IX, 1972.
- ALIER, Juan y Verena Martinez [1972] *Cuba: economía y sociedad*, Ruedo Iberico, 1972.
- ALPHANDERY, Jean Jacques [1972] *Cuba, l'autre révolution*, Editions Sociales, 1972.
- ALTHUSSER, Louis [1968]-1 «Sur le rapport de Marx à Hegel», in *Lévine et la philosophie*, Pet. Coll. Maspéro, 1972.
- [1968] -2 *Lire le Capital — II*, Pet. Coll. Maspéro, 1971.
- [1973] *Resposta a John Lewis*, Estampa, 1973.
- AMES, Edward [1976] «A priceless planned economy», in *Economic Analysis of the Soviet-type system*, Judith Thornton, (ed), Cambridge University Press, 1976.
- ARRIAGA e CASTRO, Filipe [1978] «Piaget e a dialéctica marxistas», in *Abril*, n.º 6, Jul. 1978.
- ARROW, Kenneth J. e HAHN, F. H. [1971] *General Competitive Analysis*, Holden-Day Inc./Oliver & Boyd, 1971.
- ASSELAIN, J.-C. & BONCOEUR, J. [1978] «Rationalité des 'prix à deux canaux'», in *Economie Politique de la Planification en système socialiste*, M. Lavigne (ed), *Economica*, 1978.
- ATLASECO 1979, Ed. Nouvel Observateur, 1979.
- BADIOU, Alain [1968] *Le concept de modèle*, Maspéro, 1969.

- BAHRO, Rudolf [1977]-1 *L'Alternative — Pour une critique du socialisme existant réellement*, Lutter/Stock, 1978.
- [1977]-2 «The Alternative in Eastern Europe», in *New Left Review*, n.º 106, Nov.-Dez. 1977.
- BALASSA, A. [1973] «Economic Growth, equilibrium and efficiency in the present stage of development», in *Acta Oeconomica*, vol. 10 (3-4), 1973.
- BALIBAR, Etienne [1974] *Cinq études du matérialisme historique*, Maspéro, 1974.
- BAPTISTA, José [1975] *Pluralismo, totalitarismo e esquerda radical*, Ed. J. M. Amaral, 1975.
- BARONE, E. [1908] «The Ministry of Production in the Collectivist States (extracto) in *Socialist Economics*, Nove & Nuti (ed), Penguin Books, 1972 (pp. 52-74).
- BAUMOL, W. J. [1965] «Informed Judgement, rigorous theory and public policy», *B. Econom. Journal*, vol. 32, pp. 137-145.
- BAUMOL, W. J. & BRADFORD, D. F. [1970] «Optimal Departures from marginal cost pricing», in *The American Economic Review*, Jun. 1970.
- BERLINER, J. S. [1952] «La organización informal de la empresa soviética», in *Capitalismo, Socialismo de mercado y planificación central*, Leeman, W. A. (ed), 1963; trad. espanhola, Ariel, 2.ª Ed., 1974.
- BERTALANFFY, L. von [1950] «The theory of open systems in physics and biology», in *Systems Thinking*, F. E. Emery (ed), Penguin Books, 3.ª Ed., 1971.
- BETTELHEIM, Charles [1963] «La loi de la valeur et la construction du Socialisme», in *Planification et croissance accélérée*, Pet. Coll. Maspéro, 1970.
- [1964] «On socialist planning and the level of development of the productive forces», in *Man and Socialism in Cuba*, Silverman (ed), Atheneum, 1973.
- BIHARI, Z. [1974] «Social and economic stimulation of workers», in *Acta Oeconomica*, vol. 12 (2), 1974.
- BLITZER, Charles H. [1973] On the social rate of discount and price of capital in Cost-benefit Analysis, Economic Staff Working Paper nr. 144, IBRD/IDA, Fev. 1973.
- BOELLA, Laura [1978] «Mihaly Vajda, Rudolf Bahro e la revision del marxismo nell'Est europeo», in *Manifesto*, 16 Nov. 1978.
- BORNSTEIN, Morris [1971] «An integration», in *Comparison of Economic Systems — Theoretical and Methodological approaches*, A. Eckstein (ed), Univ. of California Press, 2.ª Ed., 1973.
- [1973] «East Economic Reforms and the Convergence of Economic Systems», in *Readings in Applied Microeconomics*, L. Wagner & N. Balazsis (ed), 1973.
- BOSE, Arun [1975] *Marxian and Post-marxian political economy — An Introduction*, Penguin Books, 1975.
- BOULDING, Kenneth [1970] *Economics as Science*, McGraw-Hill Book Co., 1970.
- BROWN, Rex V. [1970] «Do managers find decision theory useful?», artigo da *Harvard Business Review*, Maio-Junho de 1970, publicado em *Risk and Uncertainty — Non-deterministic decision-making in Engineering Economy*, G. Felseher (ed), Am. Inst. of Industrial Engineering, 1975.
- BRUS, Włodzimierz [1967] *Problèmes généraux du fonctionnement de l'économie socialiste*, Maspéro, 1970.
- BRYSON, P. J. [1975] «La fixation des prix en Allemagne de l'Est: les occasions manquées d'une réforme», in *Revue d'Etudes Comparatives Est-Ouest*, vol. 6, 1975, n.º 2.

- BUKHARINE [1924] Uma nova revelação sobre a economia soviética, ou como arruinar o bloco operário-camponês (sobre a base económica do trotskismo), in *Le débat soviétique sur la loi de la valeur*, antologia, Maspéro, 1972.
- [1925]-1 Crítica da plataforma económica da oposição, in *Le débat soviétique sur la loi de la valeur*, antologia, Maspéro, 1972.
- [1952]-2 A NEP e as nossas tarefas, in *Le débat soviétique sur la loi de la valeur*, antologia, Maspéro, 1972; in *La Acumulacion socialista*, antologia, Ed. Corazon, 1971.
- [1926]-1 O problema das leis do período de transição, in *Le socialisme dans un seul pays*, 10/18, 1974.
- [1926]-2 O problema dos reguladores da vida económica ou o erro fundamental do camarada Preobrajensky, in *Le socialisme dans un seul pays*, 10/18, 1974.
- [1926]-3 A lei da acumulação primitiva socialista ou porque não se deve substituir Lenine por Preobrajensky, in *Le socialisme dans un seul pays*, 10/18, 1974.
- CARR, Edward Hallet [1952] *The bolshevik revolution-2*, Penguin Books, 1966.
- [1954] *The interregnum 1923-24*, Penguin Books, 1969.
- [1958] *Socialism in one country-1*, Penguin Books, 1970.
- [1969] *Foundations of a Planned Economy-1*, Penguin Books, 1974.
- CASTRO, Fidel [1966] Discurso do 1.º de Maio, in *Révolution Cubaine — II*, Pet. Coll. Maspéro, 1968.
- CAZENEUVE, Jean [1970] *Les pouvoirs de la télévision*, Gallimard, 1970.
- CHAKRAVARTY, S. [1973] «Theory of development planning: An appraisal», in *Economic Structure and Development — Essays in honour of Jan Tinbergen*, Bos, H. C., Linnemann, H. & Wolff, P. de (ed), North-Holland/Elsevier, 1973.
- CHAMBRE, Henri [1964], «L'entreprise soviétique», in *L'entreprise et l'économie du XX.º Siècle - I*, Bloch-Lainé & Perroux (eds), P. U. F., 1966.
- CHEVALIER, Georges [1978]-1, «Entreprise, plan et marché: approche théorique», in *Entreprise et planification socialiste; l'expérience hongroise*, La Documentation Française, N. & ED., n.º 4462, 1978.
- [1978]-2 «L'entreprise subordonnée au plan par des moyens indirects: l'expérience hongroise», in *Entreprise et planification socialiste; l'expérience hongroise*, La Documentation Française, N. & ED., n.º 4462, 1978.
- COBBS, John [1975]-1 «Egalitarianism: threat to a free market», in *Business Week*, 1 Dez. 1975.
- [1975]-2 «Egalitarianism: mechanisms for redistributing incomes», in *Business Week*, 8 Dez. 1975.
- [1975]-3 «Egalitarianism: the corporation as villain», in *Business Week*, 15 Dez. 1975.
- CODINA, Alexis [1964] «Experiences of control under the budgetary system», in *Man and Socialism in Cuba*, Silverman (ed), Atheneum, 1973.
- CONNOR, W. [1975] «De l'utopie à la société pragmatique: les conséquences sociales des réformes économiques en Europe de l'Est», in *Revue d'Etudes Comparatives Est-Ouest*, vol. 6, 1975, n.º 1.
- COSSIO, Miguel [1963] «Contribution to the debate on the law of values», in *Man and Socialism in Cuba*, Silverman (ed), Atheneum, 1973.

- CROZIER, Michel [1963] *Le phénomène bureaucratique*, Seuil, 1963.
- [1978] Entrevista ao jornal «Le Monde», série «grilles du temps», 27 Abr. 1978.
- CSIKOS-NAGY [1970] «Major problems of improving the Hungarian economic mechanism», in *Acta Oeconomica*, tomo 5 (3), 1970.
- [1973] *Socialist Economic Policy*, Longman/Akadémiai Kiadó, 1973.
- [1974] «Can the accelerated economic growth be maintained?», in *Acta Oeconomica*, vol. 12 (3-4), 1974.
- [1975] *Socialist price theory and price policy*, Akadémiai Kiadó, 1975. Recensão crítica in *Acta Oeconomica*, vol. 17 (3-4), 1976. As citações feitas são desta última.
- [1976] «Price mechanisms and trade in the means of production in Hungary», in *Acta Oeconomica*, vol. 16 (1), 1976.
- CUVILLIER, Armand [1965] *Introduction à la sociologie*. 7.^o Ed., Armand Colin, 1965.
- DALE, Ernest [1978] *Management: Theory and practice*, 4.^o Ed., McGraw-Hill Kogakusha Ltd., 1978.
- DALKEY, Norman C. [1975] *Group Decision Analysis*, in *Multiple Criteria Decision-Making* — Kyoto, 1975, M. Zeleny (ed), Springer - Verlag, 1976.
- DARSKA, Anna [1975] «Le système des entreprises pilotes en Pologne», in *Revue d'Études Comparatives Est-Ouest*, vol. 6, 1975, n.^o 2.
- DASGUPTA, Partha [1972] «A comparative analysis of the UNIDO Guidelines and the OECD Manual», in *Bulletin of the Oxford University Institute of Economics and Statistics*, vol. 34, n.^o 1, (Fev. 1972), pp. 33-52.
- DE SANTIS, Sergio [1965] «Debate sobre la gestión socialista en Cuba», in *Cuba — una revolución en marcha*, Ruedo Iberico, 1967.
- DELAMOTTE, Jeanne [1973] *Shehekino, entreprise pilote soviétique*, Editions Ouvrières, 1973.
- DOBE, Maurice [1965] *Soviet economic development since 1917*, Routledge & Kegan, 1972.
- [1968] *Welfare economics and the economics of socialism — Towards a commonsense critique*, 3.^o Ed., Cambridge University, 1975.
- DOMAR, E. [1957] «A soviet model of growth», in *Socialist Economics*, Nove, A. & Nuti, D. M. (ed), Penguin Books, 1972.
- DREWNOWSKI, Jan [1961] «Un sistema de preferencia dual», in *Capitalismo, Socialismo de mercado y Planificación Central*, W. A. Leeman (ed), trad. espanhola, Ariel, 2.^o Ed., 1974.
- DURKHEIM, E. [1894] *Les Règles de la méthode sociologique*, 16.^o Ed., Presses Universitaires de France, 1967.
- DUVERGER, Maurice [1979] Entrevista ao «Diário de Notícias», 13 Mar. 1979.
- ECKSTEIN, Alexander [1971] «Introduction», in *Comparison of Economic Systems — Theoretical and Methodological approaches*, A. Eckstein (ed), Univ. of California Press, 2.^o Ed., 1973.
- ECO, Umberto [1968] *Obra aberta*, ed. brasileira, Ed. Perspectiva, 1971.
- EGNELL, E. & PEISSIK, M. [1974] *A empresa na União Soviética*, Europa-América, 1975.
- ELLENSTEIN, Jean [1973] *Histoire de l'URSS — Le socialisme dans un seul pays*, Editions Sociales, 1973.

- EMERY, F. E. [1969] «Introduction», in *Systems Thinking*, F. E. Emery (ed), Penguin Books, 3.ª Ed., 1971.
- ERLICH, Alexander [1960] The soviet industrialisation debate 1924-28, Trad. italiana, Laterza, 1969.
- FALUVÉGI [1974] «Regulation of enterprise incomes and the system of financial incentives», in *Acta Oeconomica*, vol. 12 (2), 1974.
- [1976] «Development of the financial regulators and the new hungarian five-year plans», in *Acta Oeconomica*, vol. 16 (1), 1976.
- FAURE, R., BOSS J.-P., LE GARFF, A. [1961] *La Recherche Opérationnelle*, Presses Universitaires de France, 2.ª Ed., 1962.
- FEIWEL, George R. [1977] «Teoria e política macroeconómica: Kalecki e Keynes», in *Economía*, vol. 1, n.º 3, Out. 1977.
- FONT, MARCELO Fernandez [1964] «Development and operation of Socialist banking in Cuba», in *Man and Socialism in Cuba*, Silverman (ed), Atheneum, 1973.
- FRANKEL, Serge & MARTIN, Daniel [1973] *La nouvelle gauche hongroise: sociologie et révolution*, in *Les Temps Modernes*, n.º 337-338, Ag./Set. 1974.
- GADO, O. [1976] The economic mechanism in Hungary — how it works in 1976 — Recensão crítica in *Acta Oeconomica*, vol. 17 (3-4), 1976. As citações feitas são desta última.
- GALBRATH, J. K. [1958] *The Affluent Society*, Trad. francesa, Calman-Levy, 1961.
- [1967] *The new industrial state*, Trad. brasileira, Ed. Civilização brasileira, 1969.
- GEORGESCU-ROEGEN [1971] *The entropy law and the economic processes*, Harvard University Press, 1971.
- GIDE, André [1936] *Retour de l'URSS*, Gallimard, 1978.
- GLATTFELDER, F. & MATEFFY, P. [1971] «Price type calculations in Hungary: experience and new directions», in *Acta Oeconomica*, vol. 7 (1), 1971.
- GODELIER, Maurice [1969]-1 *Rationalité et irrationalité en économie — I*, Pet. Coll. Maspéro, 1974.
- [1969]-2 *Rationalité et irrationalité en économie — II*, Pet. Coll. Maspéro, 1974.
- GROSSMANN, Gregory [1953] *La escasez de capital y la doctrina soviética*, in *Capitalismo, Socialismo de Mercado y Planificación Central*, Leeman, W. A. (ed), 1963; trad. espanhola, Ariel, 2.ª Ed., 1974.
- GUEVARA, Che [1963]-1 «Contra el burocratismo», in *Cuba — una revolución en marcha*, Ruedo Iberico, 1967, Trad. francesa em *Ecrits II — Oeuvres Révolutionnaires 1959-67*, Maspéro, 1968.
- [1963]-2 «On production costs and the budgetary system», in *Man and Socialism in Cuba*, Silverman (ed), Atheneum, 1973.
- [1963]-3 «On the concept of Value», in *Man and Socialism in Cuba*, Silverman (ed), Atheneum, 1973. Original espanhol em *Cuba — Revolución en marcha*, Ruedo Iberico, 1967.
- [1964]-1 «On the budgetary finance system», in *Man and Socialism in Cuba*, Silverman (ed), Atheneum, 1973. Extractos do original espanhol em *Cuba — Revolución en marcha*, Ruedo Iberico, 1967. Trad. francesa em *Ecrits II — Oeuvres revolutionnaires 1959-67*, Maspéro, 1968.
- [1964]-2 «Banking, credit and socialism», in *Man and Socialism in Cuba*, Silverman (ed), Atheneum, 1973. Trad. francesa in *Oeuvres VI*, Pet. Coll. Maspéro, 1972.

- GUEVARA, Che [1964]-3 «The meaning of socialist planning», in *Man and Socialism in Cuba*, Silverman (ed), Atheneum, 1973. Trad. francesa em *Escritos II — Oeuvres Révolutionnaires 1959-67*, Maspéro, 1968.
- [1965]-1 «Discours d'Alger», in *Le socialisme et l'homme*, Pet. Coll. Maspéro, 1967. Extractos do original espanhol in *Cuba — una revolución en marcha*, Ruedo Iberico, 1967.
- [1965]-2 «El socialismo y el hombre en Cuba», in *Cuba — una revolución en marcha*, Ruedo Iberico, 1967. Trad. francesa em *Le socialisme et l'homme*, Pet. Coll. Maspéro, 1967.
- GUILLEMAUD, Jacques [1964] *Cybernétique et matérialisme dialectique*, trad. espanhola, Artiach Editorial, 1971.
- HARCOURT, G. C. & LAING, N. F. (ed) *Capital and Growth*, Penguin, 1971.
- HEAL, G. M. [1969] «Planning without prices», in *Review of Economic studies*, Jul. 1969.
- HELLER, Agnès [1972] «Théorie et pratique en fonction des besoins humains», in *Temps Modernes*, n.º 337-338, Ag./Set. 1974.
- HETIY, L. & MAKÓ, Cs. [1977] «La participation directe des travailleurs aux décisions dans les usines hongroises», in *Revue Internationale du Travail*, vol. 116, n.º 1, Jul./Ag. 1977.
- HIRSCHMAN, A. O. & LINDBLOM, C. E. [1962] «Economic development, research and development, policy making: some converging views», in *Systems Thinking*, F. E. Emery (ed), Penguin Books, 3.ª Ed., 1971.
- HOROWITZ, David [1968] *Marx and Modern Economics*, Trad. brasileira, Zahar, 1972.
- HUNT, E. K. & SCHWARTZ, J. G. (ed) [1972] *A Critique of Economic Theory*, Penguin Books, 1972.
- HURWICZ, Leonid [1971] «Centralization and Decentralization in economic processes», in *Comparison of Economic Systems — Theoretical and Methodological approaches*, A. Eckstein (ed), Univ. of California Press, 2.ª Ed., 1973.
- INFANTE, Joaquín [1964] «On the operation of the auto-financed enterprise», in *Man and socialism in Cuba*, Silverman (ed), Atheneum, 1973.
- JALNINE, V. [1972] «Rôle des stimulants matériels et répartition des revenus du travail en URSS», in *Revue Internationale du Travail*, Ag./Set. 1972, transcrito em *Problèmes Economiques*, n.º 1313, Mar. 1973, (foi esta ótinta a fonte que consultámos).
- JASNY, Naum [1972] *Soviet economist of the twenties — names to be remembered*, Cambridge University Press, 1972.
- KALECKI, Michał [1951] «Costs and Prices», in *Selected essays on the dynamics of the Capitalist economy*, Cambridge University Press, 1971.
- KANTOROVITCH, L. V. [1959] *Calcul économique et utilisation des ressources*, Dunod, 1963 (Prof. de H. P. de la Barrière).
- KATSENELINBOIGEN, A. & LEVINE, H. S. [1976] «The soviet case», in *The American Economic Review*, Fev. 1977.
- KATZ, D. & KAHN, R. L. [1966] «Common characteristics of open systems», in *Systems Thinking*.
- KHACHATUROV, T. [1975], «Criteria and Indicators of the effectiveness of social production», artigo original no *Kommunist*, n.º 7, 1975, trad. in *Problems of economics*, Fev. 1976.

- KOOPMANS, T. C. [1959] *Trois essais sur la science économique*, Dunod, 1970.
- KOOPMANS, T. C. & MONTIAS, J. N. [1971] «On the description and comparison of Economic Systems», in *Comparison of Economic Systems — Theoretical and Metodological Approaches*, A. Eckstein (ed), 2.ª Ed., Univ. of Calif. Press, 1973.
- KORNAI, János [1971]-1 *Anti-Equilibrium — On economic systems theory and the tasks of research*, North-Holland Publishing Company, 1971.
- [1971]-2 «Economic Systems Theory and General Equilibrium Theory», *Acta Oeconomica*, vol. 6, n.º 4, 1971.
- [1976]-1 «Pressure and Suction in the market», in *Economic Analysis of the Soviet-type System*, J. Thornton (ed), Cambridge University Press, 1976.
- [1976]-2 «The measurement of shortages», in *Acta Oeconomica*, vol. 16 (3-4), 1976.
- KOSSYGIN, A. N. [1965] «Sobre a melhoria da gestão industrial», extracto do Relatório ao C. Central do PCUS, 25 Set. 1965, in *Socialist Economics*, Nove, A. & Nutt, D. M., Penguin Books, 1972.
- KOZMA, F. [1976] «Welfare in a socialist way», Recensão crítica de I. P. Szabó, in *Acta Oeconomica* 17 (2), 1976. As citações feitas são desta última.
- KOZMINSKI, Andrzej [1972] «L'opinion polonaise et l'économie», in *Perspectives Polonaises*, Maio 1972, transcrito em *Problèmes Economiques*, n.º 1278, 28 Jun. 1972.
- KREHM, William [1977] «The entropy concept as a tool of economic analysis», in *Economie Appliquée*, n.º 1, 1977.
- LACAZE, Dominique [1976] *Croissance et dualité en économie marxiste*, Economica, 1976.
- LAL, DEEPAK [1974] *Methods of Project Analysis: a Review*, World Bank Staff Occasional Papers, n.º 16, 1974.
- LANGÉ, Oskar [1936] «On the Economic theory of Socialism», extracto publicado em *Socialist Economics*, Penguin Books, 1972.
- [1975] «The computer and the market», in *Socialist Economics*, Penguin Books, 1972, (pp. 401-405).
- LAVIGNE, M. [1974] «The socialist economics of the Soviet Union and Europe», trad. revista do original francês [1970], M. Robertson ed., 1974.
- [1975]-1 «Les réformes économiques en Europe de l'Est: 10 ans après», in *Rev. d'études comparatives Est-Ouest*, n.º 1, 1975.
- [1975]-2 «Une symétrie beaucoup plus formelle que réelle», in *Monde Diplomatique*, Ag. 1975.
- [1978] «La société socialiste avancée», in *Economie politique de la planification en système socialiste*, M. Lavigne (ed), Economica, 1978.
- LENINE, V. I. [1917] *Les bolcheviques perdront-ils le pouvoir?*
- LEONTIEF, Nassily [1973] «A importância da economia marxista para a teoria económica moderna», trad. de um artigo da *American Economic Review* (Suplement) Mar. 1938, in *A economia moderna e o Marxismo*, Horowitz (ed) 1968, Zahar, 1972.
- LEPKOWSKI, Wit [1979] «The social Thermodynamics of Ilya Prigogine», in *Chemical & Engineering News*, 16 Abr. 1979.
- LEWIN, Moshe [1973] *Political Undercurrents in Soviet Economic Debates*, Pluto Press, 1975.

- LIBERMAN, E. G. [1962] «The plan, profits and bonuses», trad. inglesa de um artigo na *Pravda*, 9 Set. 1962, in *Socialist Economics*, Nove, A. & Nuti, D. M., Penguin Books, 1972. Existe trad. espanhola em *Planificación del Socialismo*, Oikos-Tan (Barcelona), 1968.
- [1964] «Una vez más a propósito del plan, del beneficio y de las primas», trad. espanhola de um artigo no *Pravda*, 20 Set. 1964, in *Planificación del Socialismo*, Oikos-Tan (Barcelona), 1968.
- [1968] «Le rôle du profit dans le système de stimulants de l'industrie soviétique», in *Revue Internationale du Travail*, vol. 97, n.º 1, Jan. 1968.
- LIPSEY, R. G. & LANCASTER, K. [1956-57] «The general theory of second best» in *Review of Economic Studies*, vol. 24, pp. 11-32.
- LITTLE, I. M. D. & MIRRLEES, J. A. [1964], *Manual of Industrial Project Analysis*. OCDE, 1964.
- LORENZI, Jean-Hervé [1975] *Le marché dans la planification*, P. U. F., 1975.
- MACEDO, Jorge Braga de [1978] «Prémio Nobel em Economia para Herbert Simon: o 'homo Interdisciplinaris'», in *Economia*, vol. II, n.º 3, Out. 1978.
- MADARASZ, A. [1973] «Is political economy timely? — To the hungarian edition of Marx's *Grundrisse*», in *Acta Oeconomica*, vol. 10 (2), 1973.
- MANDEL, Ernest [1964] «Mercantile categories in the period of transition», in *Man and Socialism in Cuba*, Silverman (ed), Atheneum, 1973.
- [1976] «Le grand débat économique», in *Partisans*, n.º 37, Jun. 1967.
- Manual de Economia Política da Academia de Ciências da URSS [1859], trad. brasileira, Ed. Vitória, 1961.
- MARCUSE, Herbert [1978] «Ueber Bahro, den Protosozialismus und den Spaetkapitalismus», in *Kritik*, n.º 19, 1978, traduzido in *Manifesto*, 31 Mar. e 2 Abr. 1979.
- MARKUS, Maria & HEGEDÜS, Andras [1970] «Communauté et individu» (em húngaro), cit. em FRANKEL & MARTIN [1973].
- [1971] «Loisir et division du travail», in *Temps Modernes*, n.º 337-338, Ag./Set. 1974.
- [1972] «Modernisation and the Alternatives of social progress», comunicação à International Sociological Conference on Modernisation, Varsóvia, 11-18 Jun., 1972, (cit. em FRANKEL & MARTIN [1973]).
- MARSCHAK, Jacob [1975] Guided soul-searching for multi-criterion decisions, in *Multiple Criteria Decision Making* - Kyoto, 1975, M. Zeleny (ed), Springer-Verlag, 1976.
- MARX, Karl [1857-58] *Fondements de la critique de l'économie politique*, vol. II, Ed. Anthropos, 1968.
- [1859] Extractos da Introdução à «Crítica da Economia Política», in *Marx-Ecrits choisis I*, Gallimard, 1963.
- MARX, K. & ENGELS, F. [1848] *Manifesto do Partido Comunista*, Ed. Sociales, 1962.
- MATEJKO, Alexander [1975] «Spontanéité contre formalisme en Europe de l'Est — Quelques problèmes de la bureaucratisation en régime socialiste d'Etat», in *Revue d'Etudes Comparatives Est-Ouest*, vol. 6, 1975, n.º 4.
- MAZIARSKI, Jacek [1975] «La modernisation de la Pologne», extractos in *Problèmes politiques et sociaux*, n.º 290, 6 Ag. 1976.
- MEADOWS, Dennis L. et al [1972] *Hatte à la croissance?*, Fayard, 1972.

- MEDIO, A. [1974] «Neo-classiques, neo-ricardiens et Marx», in *Une nouvelle approche en économie politique? — Essais sur Sraffa, Faccarello & Lavergne* (ed), Economica, 1977.
- MIKHALEVSKY, B. N. [1976] «The basic characteristics of a multi-level system for medium-range planning», in *Economic Analysis of the Soviet-type System*, J. Thornton (ed), Cambridge University Press, 1976.
- MINC, Georges [1976] «La Pologne à la découverte de la méritocratie», in *Problèmes politiques et sociaux*, n.º 280, 6 Ag. 1976.
- MISHAN, E. J. [1960] «A Survey of welfare economics, 1939-59», in *The Economic Journal*, Jun. 1960.
- [1962] «Second thoughts on second best», in *Oxford Economic Papers*, Out. 1962, pp. 205-217.
- MONTIAS, J. M. [1959] «Planning with material balances in Soviet-type economics», in *Socialist Economics*, Nove, A. & Nuti, D. M. (ed), Penguin Books, 1972.
- [1976] *The structure of economic systems*, Yale University Press, 1976.
- MORA, Alberto [1963] «On the operation of the law of value in the Cuban Economy», in *Man and Socialism in Cuba*, Silverman (ed), Atheneum, 1973.
- [1965] «On certain problems of building socialism», in *Man and Socialism in Cuba*, Silverman (ed), Atheneum, 1973.
- MORISHIMA, M. [1973] *Marx's economics - A dual theory of value and Growth*, Cambridge University Press, 1973.
- MORRIS, William T. [1968] *Management Science — A Bayesian Introduction*, Prentice-Hall, 1968.
- NAPOLEONI, Claudio [1956]-1 *Diccionario de Economía Política*, trad. espanhola, Ed. Castilla, 1962. Artigo «Economía» (Ciência); [1956]-2 -- id. Artigo «Valor».
- NEMCHINOV, V. [1964] -- 1 «Gestión y planificación social de la producción en URSS», trad. espanhola de um artigo publicado no *Kommunist*, Mar. 1964, in *Planificación del Socialismo*, Oikos-Tan (Barcelona), 1968.
- [1964]-2 «Uso de métodos matemáticos en la economía», in *El uso de las matemáticas en la economía*, Labor, 1973.
- NORA, Simon & MENC, Alain [1978] «L'informatisation de la société», *La Documentation Française*, Jan. 1978.
- NOVE, Alec [1969] *An economic history of the URSS*, Penguin Books, 1972.
- [1970] «Economic reforms in the URSS and Hungary -- A Study in Contrasts», in *Socialist Economics*, Nove, A. & Nuti, D. M. (ed), Pelican Books, 1972.
- [1977] *The soviet economic system*, Allan & Urwin, 1977.
- NOVOZHILOV, V. V. [1966] «Problems of planned pricing and the Reform of Industrial Management», in *Socialist Economics*, Nove & Nuti (ed), Penguin Books, 1972.
- [1959] «Mesure des dépenses de production et de leur résultats en économie socialiste», in *Cahiers de l'I. S. E. A.*, 146, Fev. 1964. Existe trad. espanhola em *El uso de las matemáticas en la economía*, Nemchinov, V. S. (ed), Labor, 1973.
- NYERS, R. [1976] «Sources of economic growth in Hungary», in *Acta Oeconomica*, vol. 17 (1), 1976.
- PACKARD, Vance [1958] *La persuasion clandestine*, Calman-Lévy, 1958.
- PEREIRA, João Martins [1977] *O Socialismo, a Transição e o Caso Português*, Bertrand, 1977.

- PETTY, SCOTT & BIRD [1975] «The Capital Expenditure Decision-Making Process of Large Corporations», in *The Engineering Economist*, vol. 20, n.º 3 — Primavera de 1975.
- PEUMANS, H. [1971] *Théorie et pratique des calculs d'investissement*, Dunod, 1971.
- PIAGET, Jean [1968] *Le Structuralisme*, P. U. F., 2.ª Ed., 1968.
- Planificación del Socialismo, Trad. española do n.º 47 de «Recherches Internationales», 1965, Oikos-Tan (Barcelona), 1968.
- PREOBRAJENSKY [1921] «Les perspectives de la nouvelle politique économique», in *Le débat soviétique sur la loi de la valeur*, antologia, Maspéro, 1972.
- [1922] *De la NEP au socialisme*, CNRS, 1966.
- [1924] «Ley fundamental de la Acumulación socialista primitiva», in *La Acumulación Socialista*, antologia, Ed. Corazon, 1971.
- [1925-26] Notas económicas (I — 15-12-25, II — 31-3-26, III — 31-8-26), in *La Acumulación Socialista*, antologia, Ed. Corazon, 1971.
- [1926] *La nouvelle économique*, E. D. I., 1966.
- [1927] *L'équilibre économique dans le système de l'URSS*, in *Le débat soviétique sur la loi de la valeur*, antologia, Maspéro, 1972.
- Prise de position de la Commission de Politique Culturelle auprès du C. C. du Parti Ouvrier Socialiste Hongrois (MSZMP) sur les thèses anti-marxistes de quelques sociologues [1973] — extractos de un texto publicado na revista húngara *Szociologia*, 1973 - I, trad. francesa in *Les Temps Modernes*, n.º 337-338, Ag./Set. 1974.
- RAPOPORT, Anatol [1962] «Bon et mauvais usages de la théorie des jeux», trad. francesa do *Scientific American* (Dez. 1962), *Temps Modernes*, Out. 1963, pp. 681-706.
- [1975] «Interpersonal comparison of utilities», in *Multiple Criteria Decision Making* - Kyoto, 1975, M. Zeleny (ed), Springer-Verlag, 1976.
- REVESZ, G. [1972] «Capital-labour substitution», in *Acta Oeconomica*, vol. 9 (3-4), 1972.
- [1974] «Stimulation, distribution according to work income regulation», in *Acta Oeconomica*, vol. 12 (1), 1974.
- RICE, Donald B. [1975] «Message from the President [of the Institute of Management Sciences]», *OR/MS Today*, Set. 1975.
- ROBINSON, J. [1953-54] «The production function and the theory of capital», in *Capital and Growth*, Harcourt & Laing (ed), Penguin modern economics, 1971.
- [1962] *Economic Philosophy*, Penguin Books, 8.ª Ed., 1976.
- [1964] «Consumer's Sovereignty in a Planned Economy», in *Socialist Economics*, Penguin Books, 1972.
- ROM, Luís Alvarez [1963] «Finance and political development», in *Man and Socialism in Cuba*, Silverman (ed), Atheneum, 1973.
- [1964] «On the analysis of the systems of finances», in *Man and Socialism in Cuba*, Silverman (ed), Atheneum, 1973.
- SANTOS, A. & BAPTISTA, A. F. [1978] *Decisões de investimento, economia de escala e processos tecnológicos*, Congresso da Ordem dos Engenheiros, Porto, 1978.
- SARAFATA [1975] «Recherches sur la hierarchie du prestige (en Pologne)», in *Problèmes politiques et sociaux*, n.º 290, 6 Ag. 1976.
- SCHOEFER, Gert «Che cos'è il socialismo burocratico?», extractos traduzidos para o italiano, sob o título «Il socialismo reale è un socialismo nella variante burocratica. Un'analisi e una discussione delle idee di Rudolf Bahro», in *Manifesto*, 3 Jan. 1979.

- SEN, A. K. [1965] «General Criteria of Industrial Project Evaluation», in *Evaluation of Industrial Projects*, Nações Unidas, 1968.
- SILVERMAN, Bertram [1971] (ed) *Man and Socialism in Cuba — The great debate*, com introdução do editor, Atheneum (N. Y.), 1973.
- SIMON, Herbert A. [1961] «The Corporation: will it be managed by machines?», in *Automation — Implications for the future*, Morris Philipson (ed), Vintage Books, 1962.
- [1965] «Rational choice and the structure of the environment», in *Systems Thinking*, F. E. Emery (ed), Penguin Books, 3.ª Ed., 1971.
- SOLOW, R. M. [1963] *Capital theory and the Rate of Return*, trad. francesa, Dunod, 1970.
- SOMENZI, Vittorio [1972] «Cibernetica e Materialismo Dialettico», in *Sul marxismo e le scienze*, Critica Marxista — quaderni n.º 6, 1972.
- SQUIRE, Lyn & van der TAK, H. G. [1975] *Economic Analysis of Projects*, trad. francesa, Economica, 1977.
- SRAFFA, Piero [1959] *Production of commodities by means of commodities — Prelude to a critique of economic theory*, trad. francesa, Dunod, 1970.
- SZEGO, S. [1972] «The effects of western inflation on the hungarian monetary equilibrium», in *Acta Oeconomica*, vol. 9 (2), 1972.
- SZIKSZAY, B. [1976] «Living standard and price policy in Hungary», in *Acta Oeconomica*, vol. 17 (1), 1976.
- SZYMKIEWICZ, Krystyna [1977] *La planification du commerce extérieur — L'exemple polonais*, Economica, 1977.
- TALLOS, G. [1976] *The role of bank credit in the Hungarian economic management system — Recensão critica in Acta Oeconomica*, vol. 16 (3-4), 1976.
- TCHIMICHKLAN, Madeleine [1976] *Recensão critica ao livro «Shchekino, entreprise pilote soviétique»*, in *Revue d'Etudes Comparatives Est-Ouest*, vol. 6, 1975, n.º 4.
- THEVENON, Eric [1978] «La régulation du profit et des salaires dans les entreprises d'Etat en Hongrie avec le nouveau mécanisme économique», in *Entreprise et planification socialiste: l'expérience hongroise*, La Documentation Française N. & ED., n.º 4462, 1978.
- TIMAR, L. [1973] «Results of the new system of economic control and management and its further development», in *Acta Oeconomica*, vol. 10 (3-4), 1973.
- [1976] «Employment policy and labour economy in Hungary», vol. 17 (2), 1976.
- TROTSKY, Leon [1923] *Cours Nouveau*, 10-18, 1972.
- [1924] *As Hoções de Outubro*, in *A grande polémica (I): a revolução permanente*, Inelativas Editoriais, 1975.
- UNIDO [1972] *Guidelines for project evaluation*, N. York, 1972.
- «(L')URSS en Chiffres pour 1974», Office Central de Statistique près le Conseil des Ministres de l'URSS, Statistika, 1975.
- VADJA, Mihaly [1978] «Lettera aperta a Rudolf Bahro», in *Manifesto*, 16 Nov. 1978.
- WAELEBROECK, J. [1964] «La grande controverse sur la planification et la théorie mathématique contemporaine», in *Cahier I. S. E. A.*, G. 19, Fev. 1964.
- WEISS, Dieter [1978] *Economic Evaluation of projects — a critical comparison of a new World Bank methodology with the UNIDO and the revised OECD approach*, German Development Institut, 2nd. Ed., 1978.
- WILCZYNSKI, J. [1976] *The economics of socialism*, Allen & Unwin, 1978.
- ZALESKI Eugène [1975] in *Revue Est-Ouest*, n.º 1, 1975, pp. 58-59.

PUBLICAÇÕES EDITADAS
PELO
CENTRO DE ESTUDOS DE ECONOMIA AGRÁRIA

SERIE A:

- 1 - GESTÃO DA EMPRESA AGRÍCOLA. SUAS RELAÇÕES COM A INVESTIGAÇÃO ECONÔMICA E A VULGARIZAÇÃO. Prof. E. de Castro Caldas e Eng.º Agr.º Mário Pereira. 1959. (Esgotado).
- 2 - TRABALHOS PORTUGUESES INÉDITOS SOBRE ECONOMIA AGRÁRIA. Inventário, 1.º volume, 1959. (Esgotado).
- 3 - CURSO DE GESTÃO DA EMPRESA AGRÍCOLA. Sessões de abertura e de encerramento, 1959. (Esgotado).
- 4 - A REPARTIÇÃO DO RENDIMENTO SOCIAL-AGRÍCOLA. INTRODUÇÃO AO SEU ESTUDO, Prof. Henrique de Barros. 1960. (Esgotado).
- 5 - DUAS CONFERÊNCIAS SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Dr. Bruno Knall. 1961. (Esgotado).
- 6 - TÉCNICAS DE PROGRAMAÇÃO LINEAR. SUA APLICAÇÃO AOS PROBLEMAS ECONÔMICOS DA EMPRESA AGRÍCOLA. Eng.º Agr.º Fernando Estácio. 1961. (Esgotado).
- 7 - A REGIÃO A OESTE DA SERRA DOS CANDEEIROS, Eng.º Agr.º Carlos da Silva, Alberto Alarcão e Lopes Cardoso, 1961. (Esgotado).
- 8 - CONTABILIDADE AGRÍCOLA GLOBAL, 2.ª edição. Eng.º Agr.º Amândio Galvão. 1967. (Esgotado).
- 9 - COOPERAÇÃO AGRÍCOLA. Lições e conferências, 1962. (Esgotado).
- 10 - LA TECHNIQUE SUIVIE AU PORTUGAL DANS L'ÉTUDE DES DIMENSIONS OPTIMALES DES EXPLOITATIONS AGRICOLES FAMILIALES. Eng.º Agr.º Fernando Estácio. 1962. (Esgotado).
- 11 - O MÉTODO DOS MODELOS E A ANÁLISE ECONÔMICA DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA. Eng.º Agr.º Mário Pereira. 1962. (Esgotado).
- 12 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. PLANEAMENTO REGIONAL. Conferências, 1963. (Esgotado).
- 13 - NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NO CONTINENTE PORTUGUÊS. Prof. E. de Castro Caldas e Dr. Manuel de Santos Loureiro, 1963. (Esgotado).
- 14 - ANÁLISE E PLANEAMENTO DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA. Seminário. 1964. (Esgotado).
- 15 - O CAPITAL-DE-EMPRESA EM AGRICULTURA. Prof. Henrique de Barros e Eng.º Agr.º Amândio Galvão, 1964. (Esgotado).
- 16 - A FUNÇÃO DE PRODUÇÃO DE COBB-DOUGLAS E A ANÁLISE INTER-REGIONAL DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Eng.º Agr.º José António Girão. 1965. (Esgotado).

- 17 — O MERCADO DO VINHO EM PORTUGAL. ANALISE ECONOMETRICA. Dr. António Monteiro Alves. 1965.
- 18 — A CONTRIBUIÇÃO DO SECTOR AGRICOLA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO EM PORTUGAL. Dr. António Monteiro Alves e Eng.º Agr.º Fernando Gomes da Silva. 1965.
- 19 — LIMIARES DE RENDABILIDADE DA EXPLORAÇÃO AGRICOLA NUMA REGIAO DO NOROESTE. Eng.º Agr.º Mário Pereira, Amândio Galvão, Fernando Estácio e Rogério de Almeida. 1966.
- 20 — CREDITO AGRICOLA. Conferências. Eng.º Agr.º L. Quartim Graça e M. Pierre Breton. 1967.
- 21 — O PAPEL DAS COOPERATIVAS NA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRICOLAS. Seminário. 1967. (Esgotado).
- 22 — REGIOES HOMOGENEAS NO CONTINENTE PORTUGUES. PRIMEIRO ENSAIO DE DELIMITAÇÃO. Prof. E. de Castro Caldas e Dr. Manuel de Santos Loureiro. 1966. (Esgotado).
- 23 — TRABALHOS PORTUGUESES INEDITOS SOBRE ECONOMIA AGRARIA. Inventário. 2.º volume, 1958/1966. 1968.
- 24 — O ARRENDAMENTO E A PARCERIA RURAIS. ESTUDO COMPARATIVO DAS LEGISLAÇÕES DE DIVERSOS PAISES. Dr. Afonso de Barros. 1968.
- 25 — O SISTEMA-DE-PRODUÇÃO DA EMPRESA AGRICOLA COMO OBJECTO DE PLANEAMENTO. (Ensaio). Eng.º Agr.º Amândio Galvão. 1968. (Esgotado).
- 26 — TEMPOS DE TRABALHO AGRICOLA NUMA REGIAO DO NOROESTE. Eng.º Agr.º J. Silva Lourenço e Eng.º Tec.º Agr.º Vítor Manuel Alves. 1968. (Esgotado).
- 27 — ANALISE ECONOMICA DO SECTOR DA CARNE, 1948-1965. Eng.º Agr.º Fernando Gomes da Silva e Fernando Estácio, Dr. António Monteiro Alves e Eng.º Agr.º José António Girão e José Manuel Barrocas. 1968. (Esgotado).
- 28 — TEMPOS-PADROES DE TRABALHO PARA A CULTURA ARVENSE DE SEQUEIRO NO ALTO ALENTEJO. Eng.º Agr.º Francisco Caldeira Cary. 1968. (Esgotado).
- 29 — PRODUTIVIDADES DO TRABALHO E DA TERRA NO CONTINENTE. Eng.º Agr.º Mário Pereira e Fernando Estácio. 1968. (Esgotado).
- 30 — ANALISE DE REGRESSAO. O ALGORITMO STRAP. Eng.º Agr.º José António Girão e José Manuel Barrocas. 1968. (Esgotado).
- 31 — O CRESCIMENTO REGIONAL EM PORTUGAL. ANALISE DA SUA DISTRIBUIÇÃO. Eng.º Agr.º Armando Trigo de Abreu. 1969. (Esgotado).
- 32 — INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS MODELOS GRAVITACIONAIS. SUA APLICAÇÃO NA ANALISE REGIONAL. Eng.º Agr.º Raul Dias da Cruz. 1969. (Esgotado).
- 33 — CONSUMO PRIVADO E CONSUMO ALIMENTAR EM PORTUGAL. Dr. António Monteiro Alves e Eng.º Agr.º Fernando Gomes da Silva. 1969. (Esgotado).

- 34 — MOBILIDADE GEOGRAFICA DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL (CONTINENTE E ILHAS ADJACENTES), MIGRAÇÕES INTERNAS, 1921-1960, Eng.º Agr.º Alberto de Alarcão, 1969. (Esgotado).
- 35 — ESTUDO ECONOMICO DA EXPLORAÇÃO AGRICOLA NUMA REGIAO DA BEIRA LITORAL, Eng.º Agr.º Alfredo Louza Viana e José Manuel Barrocas, 1970. (Esgotado).
- 36 — PRINCIPIOS E TECNICAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA EMPRESA AGRICOLA, Eng.º Agr.º Jean Piel-Desruisseaux e Francisco Caldeira Cary, 1970.
- 37 -- ECONOMIAS DE ESCALA, METEDOLOGIA DA SUA QUANTIFICAÇÃO APLICADA ESPECIALMENTE AS ADEGAS COOPERATIVAS, Eng.º Agr.º José Gabriel Cavaleiro Froença, 1971.
- 38 — RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E PROGRESSO TECNICO NO QUADRO DA AGRICULTURA DE GRUPO, Eng.º Agr.º Agostinho do Carvalho, 1971. (Esgotado).
- 39 — AMORTIZAÇÃO DOS CAPITAIS DA EMPRESA AGRICOLA, Eng.º Agr.º J. Silva Lourenço, 1972.
- 40 -- ASPECTOS RECENTES DA EVOLUÇÃO DO MERCADO DO VINHO EM PORTUGAL, Dr. António Monteiro Alves e Eng.º Agr.º Fernando de Sousa Lourenço, 1972.
- 41 — MODELOS DE EXPLORAÇÃO PECUARIA NUMA REGIAO DA BEIRA LITORAL, Eng.º Agr.º Rogério Vieira de Almeida, Fernando Brito Soares e Alfredo Louza Viana, 1973.
- 42 — TEMPOS-PADRAO DE TRABALHO PARA AS PRINCIPAIS CULTURAS DA LEZIRIA DO RIBATEJO, Eng.º Agr.º Francisco Caldeira Cary, 1973.
- 43 — ALIMENTAÇÃO E CONDIÇÕES DE VIDA DE FAMILIAS DE TRABALHADORES RURAIS DO BAIXO ALENTEJO, Eng.º Agr.º Agostinho de Carvalho e Dr.ª Maria Leonor Gomes, 1973.
- 44 -- NECESSIDADES ENERGETICAS DE TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTORES NA SUB-REGIAO VITICOLA DE «TORRES», Eng.º Agr.º Agostinho de Carvalho e Gabriel Guerreiro Gonçalves e Eng.º Tec.º Agr.º José Júlio Carvalho Ribeiro, 1974.
- 45 — ALCUNS ELEMENTOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DA ASSIMETRIA REGIONAL AGRARIA PORTUGUESA, Eng.º Agr.º Mário Pereira, 1974.
- 46 — PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS NA GESTAO DE COOPERATIVAS AGRICOLAS, INQUERITO PRELIMINAR NUMA REGIAO DO OESTE, Eng.º Agr.º Joaquim da Silva Lourenço e Nuno Siqueira de Carvalho, 1974.
- 47 — UM MODELO DE LOCALIZAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DE INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO DE PRODUTOS AGRICOLAS, APLICAÇÃO AO CASO DE ADEGAS COOPERATIVAS NUMA SUB-REGIAO DO DAO, Eng.º Agr.º A. J. Cortez de Lobão, F. C. Cary e R. Vieira de Almeida e colaboração dos Eng.º Agr.º A. Sevinate Pinto e Joana C. Palmilha, 1974.

- 48 — A PROGRAMAÇÃO LINEAR EM AGRICULTURA. METODOLOGIA DE PLANEAMENTO E ANÁLISE. Eng.º Agr.º Fernando Estácio. 1975.
- 49 — UM MODELO DE ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DO SECTOR AGRÍCOLA EM PORTUGAL. Eng.º Agr.º Fernando Estácio, António Cortez de Lobão e José Manuel Barrocas. 1976.
- 50 — A ANIMAÇÃO DAS COMUNIDADES CAMPONESAS E A GESTÃO SIMPLIFICADA. Eng.º Tec.º Agr.º José Júlio Carvalho Ribeiro. 1976.
- 51 — ALIMENTAÇÃO E CONDIÇÕES DE SAÚDE DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS DA SUB-REGIÃO VITÍCOLA DE «TORRES». Eng.º Agr.º Agostinho de Carvalho, Prof. G. Jorge Janz, Dr. J. S. Bandeira Costa, Dra. Maria Leonor Gomes, Eng.º Carlos Gonçalves, Eng.º Agr.º Gabriel Guerreiro Gonçalves, Dr. J. Gonçalo Janz, Dra. Gabriela S. Pinto, Prof. C. Santos Reis e Eng.º Tec.º Agr.º José Júlio Carvalho Ribeiro. 1977.
- 52 — SOBRE A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DE GESTÃO AO AGRICULTOR. Eng.º Agr.º Amândio Galvão. 1978.
- 53 — A AGRICULTURA PORTUGUESA NO LIMÍAR DA REFORMA AGRÁRIA. Prof. Eugénio de Castro Caldas. 1978.
- 54 — A ESTRUTURA AGRÁRIA PORTUGUESA (1968-1970) — SUAS RELAÇÕES COM A POPULAÇÃO E A PRODUÇÃO AGRÍCOLAS. Eng.º Agr.º Mário Pereira. 1979.
- 55 — CONTABILIDADE GLOBAL DA EMPRESA AGRÍCOLA. Eng.º Agr.º Amândio Galvão. 1979.
- 56 — ESTRUTURA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS. O PRODUTO AGRÍCOLA BRUTO COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE E DETERMINAÇÃO — ENSAIO PARA 1968-70. Dr. Francisco Cabral Cordovil. 1979.
- 57 — A REFORMA AGRÁRIA EM PORTUGAL DAS OCUPAÇÕES DE TERRAS A FORMAÇÃO DAS NOVAS UNIDADES DE PRODUÇÃO. Dr. Afonso de Barros. 1979.
- 58 — NATUREZA DO PROBLEMA AGRÍCOLA EM PORTUGAL (1950-73). UMA PERSPECTIVA. Eng.º Agr.º José António Girão. 1979.
- 59 — SISTEMAS ECONÓMICOS E CONSCIÊNCIA SOCIAL — PARA UMA TEORIA DO SOCIALISMO COMO SISTEMA GLOBAL. Eng.º João Martins Pereira. 1980.

SERIE B:

- 1 — THE ECONOMICS OF WATER SUPPLY AND CONTROL. Eng.º Agr.º Fernando Estácio, 1959. (Sep. «International Journal of Agrarian Affairs», Oxford, 2 (5) Jun, 1959). (Esgotado).
- 2 — UM ENSAIO DE ANÁLISE GRÁFICA DA INFLUÊNCIA DO MEIO NOS RESULTADOS ECONÓMICOS DA EMPRESA AGRÍCOLA. Eng.º Agr.º Carlos da Silva, Alberto Alarcão e António Lopes Cardoso, 1960. (Sep. «Revista Agronómica», Lisboa, 43 (1) 1960). (Esgotado).
- 3 — UMA APLICAÇÃO DO MÉTODO DE PROGRAMAÇÃO LINEAR. Eng.º Agr.º Fernando Estácio, 1960. (Sep. «Revista Agronómica», Lisboa, 43 (1) 1960). (Esgotado).
- 4 — A UNIÃO SUIÇA DOS CAMPEZES. Eng.º Agr.º Mário Pereira. (Sep. «Revista Agronómica», Lisboa, 43 (2) 1960). (Esgotado).
- 5 — A ESTABILIZAÇÃO DOS MERCADOS AGRÍCOLAS E A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, O MERCADO DE FRUTAS E LEGUMES. Eng.º Agr.º António Lopes Cardoso, 1961. (Sep. «Revista Agronómica», Lisboa, 44 (2) 1961). (Esgotado).
- 6 — SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO DA EMPRESA AGRÍCOLA. Eng.º Agr.º J. Silva Lourenço, 1961. (Sep. «Revista Agronómica», Lisboa, 44 (1 e 3) 1961). (Esgotado).
- 7 — LE REMEMBREMENT DES EXPLOITATIONS AGRICOLES ET L'AMÉLIORATION DE LEURS STRUCTURES INTERNES. Prof. Henrique de Barros, 1961. (Sep. «Revista Agronómica», Lisboa, 44 (4) 1961). (Esgotado).
- 8 — A CONCENTRAÇÃO DA ACTIVIDADE AGRÍCOLA E A INTEGRAÇÃO EMPRESARIAL. Eng.º Agr.º António Lopes Cardoso, 1962. (Sep. «Revista Agronómica», Lisboa, 45 (3) 1962).
- 9 — UMA APLICAÇÃO DOS PROGRAMAS LINEARES. Eng.º Agr.º José Manuel Barrocas, 1962. (Sep. «Revista Agronómica», Lisboa, 45 (4) 1962). (Esgotado).
- 10 — IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DE UMA «ZONA DIMINUIDA» NO CENTRO DO PAÍS. Eng.º Agr.º R. Dias da Cruz, 1963. (Sep. «Agross», Lisboa, 46 (1) 1963). (Esgotado).
- 11 — A FUNÇÃO DE COMPERTZ, CARACTERÍSTICAS E ESTIMAÇÃO. Eng.º Agr.º José António Girão, 1965 (Sep. «Revista Agronómica», Lisboa 47 (3/4) 1964).
- 12 — INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS TEMPOS STANDARD OU PADRÕES DE TRABALHO. Eng.º Agr.º Francisco Cary, 1965. (Sep. «Agross», Lisboa, 46/47 (6, 3 e 5) 1963/64). (Esgotado).
- 13 — A PROGRAMAÇÃO EM NÚMEROS INTEIROS, SUA APLICAÇÃO AOS PROBLEMAS ECONÓMICOS DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA. Eng.º Agr.º José Manuel Barrocas, 1966. (Sep. «Revista Agronómica», Lisboa, 48 (1/2) 1965). (Esgotado).
- 14 — A UTILIZAÇÃO DE ISOLINHAS COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE REGIONAL. Eng.º Agr.º R. Dias da Cruz, 1966. (Sep. «Revista Agronómica», Lisboa, 48 (1/2) 1965). (Esgotado).

- 15 — LES RECHERCHES SUR L'ORGANISATION DU TRAVAIL AU PORTUGAL. Eng.º Agr.º Francisco Cary. 1966. (Esgotado).
- 16 — A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E AS MAQUINAS AGRICOLAS. Eng.º Agr.º Francisco Cary. 1966. (Sep. «Boletim da Ordem dos Engenheiros», Lisboa, 11 (3) 1966). (Esgotado).
- 17 — A FUNÇÃO DE SPILLMAN E A LOGÍSTICA. CARACTERÍSTICAS E ESTIMAÇÃO. Eng.º Agr.º José António Girão. 1966. (Sep. «Revista Agronómica», Lisboa, 49 (3/4) 1966).
- 18 — SYMPOSIUM EURO-MEDITERRANEEN SUR LA RECHERCHE EN ÉCONOMIE ET SOCIOLOGIE RURALES. Rapport final, 1966. (Sep. «Revista Agronómica», Lisboa, 49 (3/4) 1966). (Esgotado).
- 19 — IMPORTANCE ET DIFFICULTÉS SPECIFIQUES DE LA RECHERCHE EN SOCIOLOGIE RURALE. Prof. E. de Castro Caldas. 1966. (Sep. «Revista Agronómica», Lisboa, 49 (3/4) 1966). (Esgotado).
- 20 — IMPLICAÇÕES SOCIAIS E ECONÓMICAS DA INTEGRAÇÃO VERTICAL EM AGRICULTURA. Prof. Davis McEntire. 1968.
- 21 — O MERCADO. INSTITUIÇÃO ECONÓMICA FACTOR DO DESENVOLVIMENTO. Prof. Henrique de Barros e Dr. António Monteiro Alves. 1970. (Sep. «Agronomia Angolana», 28, 1968). (Esgotado).
- 22 — DOIS CONCEITOS DE GESTÃO AGRÍCOLA. Eng.º Agr.º Amândio Galvão. 1970.
- 23 — ESTUDO DAS POSSIBILIDADES DE RECONVERSÃO AGRÍCOLA NUMA ZONA DO CONCELHO DE RIO MAIOR. Eng.º Agr.º Alfredo Louza Viana e Agostinho de Carvalho. 1970. (Sep. «Agros», Lisboa, 52/53 (3-6 e 1-6) 1969/70). (Esgotado).
- 24 — A REPARTIÇÃO DO RENDIMENTO SOCIAL AGRÍCOLA NO CONCELHO DE MONTALEGRE. Eng.º Agr.º Carlos Borges Pires. 1971.
- 25 — O AUTOCONSUMO AGRÍCOLA NA REGIÃO DE MONTALEGRE. Eng.º Agr.º Carlos Borges Pires. (Sep. «Revista Agronómica», Vol. LIV. Tomos I e II. Lisboa. 1971). (Esgotado).
- 26 — BREVE NOTA SOBRE OS MÉTODOS DO CAMINHO CRÍTICO E SUAS APLICAÇÕES EM AGRICULTURA. Eng.º Agr.º A. Trigo de Abreu. Lisboa. 1972.
- 27 — A ANÁLISE BENEFÍCIOS-CUSTOS SOCIAIS DE PROJECTOS AGRÍCOLAS. ASPECTOS DA SUA APLICAÇÃO NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO. Eng.º Agr.º Fernando Estácio. 1975.
- 28 — ALGUNS ASPECTOS DA PROGRAMAÇÃO INTEIRA. O MÉTODO DA SEPARAÇÃO E AVALIAÇÃO PROGRESSIVAS. Eng.º Agr.º José Manuel Barrucas e Dr. Jorge Branco. 1977.
- 29 — TEORIAS DA FUNÇÃO CONSUMO: IMPLICAÇÕES DUMA ANÁLISE ECONOMETRICA. Eng.º Agr.º José António Girão. 1977. (Sep. «Economia», Lisboa, vol. I (1) 1977).
- 30 — EFEITOS A LONGO PRAZO DO EMPRÉSTIMO PÚBLICO. Dr. A. Cavaco Silva. 1977. (Sep. «Economia», Lisboa, vol. I (1) 1977).

- 31 — PRINCÍPIOS DA REFORMA AGRÁRIA NA CONSTITUIÇÃO DE 1976. Eng.º Agr.º J. Silva Lourenço. 1977. (Sep. «Economia», Lisboa, vol. I (1) 1977). (Esgotado).
- 32 — PROCURA, PRODUÇÃO E COMÉRCIO EXTERN(O) DE BENS ALIMENTARES EM PORTUGAL: PROJEÇÕES PARA 1980. Eng.º Agr.º José António Girão. 1977. (Sep. «Economia», Lisboa, vol. I (2) 1977). (Esgotado).
- 33 — O PROBLEMA DA OBTENÇÃO DE UMA BASE INICIAL NOS PROGRAMAS LINEARES. Eng.º Agr.º José Manuel Barrocas. 1977. (Sep. «Economia», Lisboa, vol. I (2) 1977). (Esgotado).
- 34 — PROGRAMAÇÃO DA EMPRESA EM CONDIÇÕES DE INCERTEZA: UMA POSSÍVEL ABORDAGEM. Eng.º Agr.º Fernando Brito Soares. 1977. (Sep. «Economia», Lisboa, vol. I (2) 1977). (Esgotado).
- 35 — NÍVEL E ESTRUTURA DA FISCALIDADE: PORTUGAL E OS OUTROS PAÍSES DA OCDE. Drs. A. Cavaco Silva e Bento Murteira. 1978. (Sep. «Economia», Lisboa, vol. II (1) 1978). (Esgotado).
- 36 — O MÉTODO DO SIMPLEX REVISTO: SUA IMPORTANCIA NA RESOLUÇÃO DOS PROGRAMAS LINEARES. Eng.º Agr.º José Manuel Barrocas. 1978. (Sep. «Economia», Lisboa, vol. II (2) 1978). (Esgotado).
- 37 — PLANEAMENTO DA EMPRESA AGROPECUÁRIA (Conferência). Eng.º Agr.º José Manuel Barrocas. 1979.
- 38 — O FUTURO DEMOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO. Eng.º Agr.º Alberto de Alarcão. 1979. (Sep. «Rev. Centro de Estudos Demográficos», Lisboa, 23, 1977 e 1978).
- 39 — VARIÁVEIS LIMITADAS NOS PROGRAMAS LINEARES. Eng.º Agr.º José Manuel Barrocas. 1979. (Sep. «Economia», Lisboa, vol. III (1) 1979).
- 40 — REFORMA AGRÁRIA, SOCIEDADE INTEGRADA E RECURSOS NATURAIS. Eng.º Agr.º Carlos da Silva. 1979.
- 41 — AGRICULTURA PORTUGUESA E INTEGRAÇÃO EUROPEIA. Eng.º Agr.º António Cortez de Lobão. 1979. (Sep. «Economia», Lisboa, vol. III (2) 1979).
- 42 — CONDIÇÕES DE VIDA E DE ALIMENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS DOS TRABALHADORES RURAIS DA FREGUESIA DE ALBERNOA. Eng.º Agr.º Carlos Borges Pires. 1979.
- 43 — ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO SISTEMA CONTÁBIL GLOBAL APLICADO A AGRICULTURA (ENSAIO). Eng.º Agr.º Amândio Galvão. 1980.
- 44 — ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA POLÍTICA DE PREÇOS EM PORTUGAL E NA CEE. Eng.º Agr.º António Cortez Lobão. 1980. (Sep. «Revista de Ciências Agrárias», 2, 1977-78).
- 45 — A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM E SEU FINANCIAMENTO. Eng.º Agr.º Girão. 1980. (Sep. de «Revista de Ciências», 2, 1977-78).
- 46 — TIPOLOGIA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DA SUB-REGIÃO VITÍCOLA DE «TORRES». Eng.º Agr.º Agustinho de Carvalho e Eng.º Agr.º José Júlio Ribeiro. 1979.
- 47 — A REFORMA AGRÁRIA EM PORTUGAL E O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL. Dr. Afonso de Barros. 1980. (Sep. «Revista de Ciências Sociais», 3, Dezembro 1979).
- 48 — HISTÓRIA DA PROPRIEDADE E COMUNIDADE RURAL: QUESTÕES DE MÉTODO. Drs. Fátima Brandão e Robert Rowland. 1980. (Sep. de «Análise Social», vol. XVI (61-62) 1980).

SERIE C:

- 1 — BOLETIM BIBLIOGRAFICO DO CEEA, Trimestral. (Mimeografado).
- 2 — CURSO DE GESTAO DA EMPRESA AGRICOLA. Profs. Louis Malassis e Dents Bergmann, 1960. (Mimeografado). (Esgotado).
- 3 — OBJECTIVO, ESTRUTURA E ACTIVIDADES DO CEEA. 1965. Apêndice 1965/67. 1969.
- 4 — ESTUDO SOBRE A ECONOMIA DA EXPLORAÇÃO DE BOVINOS NO NORTE LITORAL. Eng.º Agr.º Amândio Galvão, 1970. (Mimeografado). (Esgotado).
- 5 — ASPECTOS ECONÓMICOS DA PRODUÇÃO BOVINA NA REGIAO DO NOROESTE. Eng.º Agr.º Mário Pereira. 1970. (Mimeografado). (Esgotado).
- 6 — AGRICULTURA DE GRUPO, DADOS RELATIVOS A EXPLORAÇÕES AGRICOLAS PORTUGUESAS E LEGISLAÇÕES PORTUGUESA E FRANCESA. Eng.º Agr.º Agostinho de Carvalho, 1971. (Mimeografado). (Esgotado).
- 7 — EVOLUÇÃO DAS EXPLORAÇÕES DO CENTRO DE GESTAO AGRICOLA DA BEIRA LITORAL, 1960-1967, Eng.º Agr.º Alfredo Louza Viana, 1971. (Mimeografado). (Esgotado).
- 8 — ALCUNS ASPECTOS DO MERCADO DE FRUTAS FRESCAS NO CONTINENTE. Eng.º Agr.º António J. Cortez de Lobão, 1972. (Mimeografado).
- 9 — ARRENDAMENTO RURAL. Discussão do projecto de Decreto-Lei da Secretaria de Estado da Agricultura, Proposta alternativa apresentada ao referido projecto. 1975. (Mimeografado).
- 10 — INQUERITO AS EXPLORAÇÕES AGRICOLAS DO BAIXO ALENTEJO. Eng.º Agr.º Carlos da Silva, Agostinho de Carvalho e Raul Dias da Cruz. 1976.
- 11 — OPERARIOS EM DIALOGO, Entrevistas realizadas por Eng.º Agr.º Raul Dias da Cruz. 1976. (Esgotado).
- 12 — VARIAÇÃO DAS MARGENS BRUTAS DAS ACTIVIDADES E ESTABILIDADE DAS SOLUÇÕES DE ALCUNS MODELOS DE PROGRAMAÇÃO LINEAR. Eng.º Agr.º Rogério V. de Almeida. 1977.